

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



**O Processo de Convergência das Economias Comunitárias
- O Caso Português**

**Dissertação para obtenção do
Grau de Mestre em Economia
Internacional**

Carla Margarida Barroso Guapo da Costa

Orientador: Prof. Doutor António Romão

Setembro 1995

AGRADECIMENTOS

Ao Professor António Romão, por toda a orientação e apoio prestados durante a elaboração desta Tese;

À Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (J.N.I.C.T.), pelo suporte financeiro concedido, ao abrigo do *Programa Ciência*;

Aos meus Amigos, pelo espírito de Amizade e Camaradagem que sempre prevaleceu entre nós.

Lisboa, 15 de Setembro de 1995

Aos meus Pais

INDICE

Introdução

Introdução	1
Objecto e Objectivos do estudo realizado	2
Plano da Dissertação	7

Capítulo I: Enquadramento Histórico-Teórico do processo de integração europeia

Introdução	9
I.1 Breve referência histórica	9
I.2 Primeiras tentativas de constituição de uma União Económica e Monetária Europeia	10
I.3 O Sistema Monetário Europeu (SME)	12
I.4 O Acto Unico Europeu	13
I.5 O Tratado da União Europeia	14
I.6 Alguns elementos de análise da UEM	17
I. 7 Referencial teórico	
I.7.1 Conceitos básicos	19
I.7.2 Algumas referências teóricas	
I.7.2.1 A Teoria das Zonas Monetárias Optimas	20
I.7.2.2 Avaliação Crítica dos Critérios de Maastricht	23
I.7.2.3 A necessidade de uma abordagem alternativa	27

Capítulo II: Evolução do processo de Convergência Económica

Introdução	30
II.1 Critérios de selecção de indicadores	31
II.2 Análise da Convergência Nominal	
II.2.1 Inflação e custos salariais	31
II.2.2 Taxas de Juro Nominais de Longo Prazo	39
II.2.3 O equilíbrio das Finanças Públicas	43
II.2.4 A estabilidade cambial	46

II.3 Análise da Convergência Real	50
II.3.1 A evolução das disparidades de rendimento	50
II.3.2 A evolução do desemprego	56
II.4 Conclusões do Capítulo II	60

Capítulo III: A Convergência Real em Sentido Amplo: uma abordagem alternativa

Introdução	63
III.1 Identificação dos Períodos	63
III.2 Critérios de Selecção de Indicadores	65
III.3 Caracterização dos Períodos	
III.3.1 Período compreendido entre 1960 e 1973	
III.3.1.1 A evolução sectorial da produção	66
III.3.1.2 A especialização pelo comércio externo	70
III.3.1.3 A evolução do Emprego e da Produtividade	
III.3.1.3.1 Emprego	73
III.3.1.3.2 Produtividade do Trabalho	76
III.3.1.4 A evolução do Investimento	77
III.3.1.5 1960-1973: Período de Convergência Económica	79
III.3.2 2º Período: 1974- 1985	
III.3.2.1 A datação temporal da crise	81
III.3.2.2 O segundo período em estudo: 1974-1985	82
III.3.2.2.1 A evolução sectorial da produção	83
III.3.2.2.2 A evolução do comércio externo	86
III.3.2.2.3 Evolução divergente do Emprego/Desemprego	91
III.3.2.2.4 A produtividade do trabalho	94
III.3.2.2.5 A evolução do Investimento	95
III.3.2.3 A persistência de obstáculos estruturais	97
III.4 Conclusões do Capítulo III	100

Capítulo IV: As economias mais fracas perante o processo de convergência

- O caso português

Introdução	
IV.1 Objectivo do Capítulo	102
IV.2 O alargamento da Comunidade aos países meridionais	103
IV.3 Problemas Estruturais comuns	109
IV.4 A Economia Portuguesa	112
IV.4.1 A Convergência Nominal	114
IV.4.2 A Convergência Real	118
IV.4.2.1 Rendimento Real	118
IV.4.2.2 A evolução do desemprego	122
IV.4.3 A Convergência Real em Sentido Amplo: uma abordagem alternativa	
IV.4.3.1 A especialização produtiva portuguesa	
IV.4.3.1.1 O padrão de especialização português nas décadas de 60 - 70	125
IV.4.3.1.2 A estrutura produtiva portuguesa nos anos 80 e 90	128
IV.4.3.2 A composição do comércio externo português como reflexo da estrutura produtiva	132
IV.4.3.3 O papel do Investimento Directo Estrangeiro	136
IV.4.3.4 A situação das assimetrias regionais em Portugal e a Política Regional Comunitária	142
IV.5 Conclusões do Capítulo IV	147
Conclusão - Conclusões Gerais	150

Bibliografia

Anexo

INTRODUÇÃO

Introdução

A perspectiva de um aprofundamento do processo de integração europeia suscitada pela assinatura do Tratado de Maastricht, no contexto da recessão que atingiu, no início dos anos 90, a globalidade dos países industrializados, levantou grande número de problemas relacionados, fundamentalmente, com a capacidade da economia europeia em prosseguir os esforços destinados a fortalecer o desenvolvimento comum dos seus membros.

As crises que perturbaram o funcionamento do Sistema Monetário Europeu nos três últimos anos e a falta de coordenação entre as políticas económicas dos diversos países membros incutiram no espírito da maior parte dos observadores a sensibilidade de que, se bem que constantemente defendidas por todos os intervenientes, as denominadas Solidariedade e Coesão Económica e Social funcionam essencialmente em épocas de crescimento económico e prosperidade. Quando, como temos vindo a verificar ao longo dos últimos três anos, enfrentamos as consequências de uma recessão cujos efeitos e duração são ainda relativamente desconhecidos, as divergências entre os vários interesses envolvidos acentuam-se e a coordenação das políticas económicas é ultrapassada pela resolução das dificuldades internas.

Por outro lado, é bastante atraente a perspectiva de poder aferir até que ponto o fenómeno da integração das principais economias europeias, sem dúvida um dos aspectos dominantes da ordem económica e política internacional do Pós-Guerra, tem contribuído para corresponder às necessidades específicas dos países e regiões integradas (dada a grande diversidade, em termos de estruturas produtivas, sociais e culturais que os caracteriza), contribuindo para a aproximação dos níveis de desenvolvimento, ou, pelo contrário, se se tem verificado uma manutenção ou agravamento das disparidades iniciais, particularmente notórias em situações de crise económica generalizada.

Objecto e Objectivos do Estudo Realizado

As normas fixadas pelo Tratado de Maastricht (TM) condicionando a participação dos países europeus na última fase da União Económica e Monetária (UEM) e na adopção da moeda única poderão ser considerados, quase exclusivamente, de índole monetária e financeira, tendo como objectivo aproximar os comportamentos dos países da União em matéria de inflação, défice orçamental, dívida pública e taxas de câmbios. Ou seja, o que ficou conhecido por Convergência Nominal.

A hipótese subjacente ao TM é a de que a estabilidade dos principais agregados monetários, cambiais e orçamentais deverá favorecer o crescimento e a integração económica, de tal modo que os países que consigam registar valores e taxas de crescimento semelhantes para os referidos agregados macroeconómicos, deverão ver convergir as suas estruturas económicas e o respectivo grau de desenvolvimento, viabilizando a implementação da UEM. Neste contexto, a Convergência Nominal deverá favorecer, ou mesmo impulsionar, a Convergência Real.

No entanto, e segundo refere J.P.Fitoussi¹, "*(...) Não se pode, a priori, excluir a hipótese inversa: prosseguir na senda da Convergência Nominal pode revelar-se muito doloroso para os países mais pobres da CE, especialmente os mais distanciados dos objectivos nominais adoptados; poderá mesmo daí resultar um processo de divergência real. Porque não, então, colher uma abordagem alternativa para a UEM, fixando as prioridades em termos de crescimento e emprego. De outro modo, por que motivo a Europa não optou por um plano que colocasse a Convergência Real como primeira etapa em direcção à UEM, em vez da Convergência Nominal?*"

¹ In "Entre convergences et intérêts nationaux: L'Europe", sob a direcção de J.P.Fitoussi; References of the CE; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Paris, 1994; pp. 69 - 70.

Keynesiana/Estruturalista, privilegiando o reforço da aproximação dos níveis de desenvolvimento dos países. Parece ter-se chegado à conclusão de que a simples semelhança entre ritmos de crescimento de preços ou despesas públicas não é suficiente para garantir o sucesso completo dos objectivos de uma verdadeira integração. O reforço do papel dos Fundos Estruturais como contribuintes significativos para a procura da Coesão Económica e Social aprovado na Cimeira de Edimburgo e a subida desenfreada dos níveis de desemprego evidenciam de forma clara a necessidade de medidas de apoio mais profundas que permitam potenciar os efeitos do Mercado Unico Europeu, corrigindo, simultâneamente, as distorções por este provocadas.

c) A posição da economia portuguesa em todo este processo: fazendo parte do grupo menos desenvolvido, Portugal encontra-se na perigosa encruzilhada de poder ser dos países que mais beneficiam do processo de integração, ou então estar entre aqueles cujas deficientes estruturas produtivas o tornarão mais vulnerável aos choques exógenos. O resultado final dependerá, na nossa opinião, não só da flexibilização das exigências impostas pelo processo de UEM (o que, aliás, já começa a verificar-se), mas também das políticas de acompanhamento definidas a nível comunitário. Um outro factor decisivo prende-se igualmente com a postura dos decisores políticos nacionais: devemos prosseguir a procura da CN, ou, pelo contrário, envidar esforços para uma retoma do crescimento e do emprego, mesmo se à custa de um maior crescimento da inflação e depreciação da moeda nacional? Será que não é possível tentar conciliar, num contexto nacional e internacional mais flexível, os dois tipos de Convergência, centrando as preocupações na reconversão e modernização de uma base produtiva que nos permita alcançar, de forma mais coerente, os objectivos previstos no processo de construção europeia?⁴

O nosso objectivo principal será tentar transmitir a ideia de que o processo de convergência económica⁵ não é, de forma alguma, espontâneo, e que o cumprimento dos critérios de CN não será suficiente para assegurar a

⁴Convirá aqui referir que este estudo não pretende, de forma alguma, demonstrar a inutilidade de um processo de CN. A sua pertinência não é por nós posta em causa para o sucesso do processo de integração europeia, no que respeita, nomeadamente, aos requisitos da UEM. Julgamos apenas que a sua prossecução não é suficiente para assegurar, de forma espontânea, a convergência económica global dos países envolvidos.

⁵A nossa definição de convergência económica será apresentada mais adiante, fazendo uma distinção clara entre os dois componentes da convergência: a Convergência Nominal (CN) e a Convergência Real (CR), em sentido amplo e restrito.

evolução da CR, particularmente para as economias menos desenvolvidas, em épocas de estagnação/retrocesso do crescimento económico.

A nossa investigação assentará, assim, em três linhas básicas de reflexão:

1) avaliação do ponto de partida, comportamento e transformação das economias envolvidas no processo de integração europeia, com destaque para a composição das bases produtivas e respectiva especialização face ao exterior, contribuição dos vários sectores para o crescimento do PIB e aferição do nível de vida das populações; pretendemos assim determinar até que ponto a evolução do conjunto das economias europeias envolvidas no processo de integração tem vindo a registar uma convergência consistente e contínua ao longo das últimas três décadas, quer no que respeita ao comportamento dos principais agregados macroeconómicos, quer no que concerne a aproximação dos respectivos níveis de desenvolvimento.

2) estudar até que ponto as economias integradas reagem de forma diferente, em termos de aproximação/divergência nos níveis de desenvolvimento e definição de objectivos comuns, consoante estejamos a atravessar épocas de crescimento acelerado ou de recessão generalizada.

Neste contexto, julgamos poder formular uma das hipóteses de trabalho: ao longo da história da actual União Europeia tem-se processado, alternadamente, uma convergência e uma divergência na evolução das economias em causa. De um modo geral, a convergência verificou-se nos períodos de crescimento económico acelerado a nível mundial (tomaremos como exemplo o período compreendido entre o início da década de 60 e os primeiros anos da década de 70), enquanto a divergência se manifesta nos períodos de recessão (o período de tempo compreendido entre 1974 e 1985 servirá de suporte à nossa investigação).

3) no seguimento da hipótese acima formulada, vamos tentar demonstrar que, embora necessária, o que em Maastricht foi designado por CN não é suficiente para assegurar a respectiva CR, especialmente para as economias mais débeis, como afirmam os partidários de inspiração Neo-Clássica, que tem orientado o processo de integração europeia, pelo menos até

início dos anos 90; procuraremos avançar a hipótese de que, num quadro de desenvolvimento equilibrado de todos os intervenientes, os mais afectados serão, inquestionavelmente, os países económica e tecnologicamente mais atrasados, quer por serem muito mais vulneráveis à incidência dos choques externos, quer por correrem o risco de, na ausência de medidas correctoras mais abrangentes do que as veiculadas pelas transferências comunitárias, verem o seu aparelho produtivo debilitado pela integração de outras bases mais poderosas e resistentes⁶.

A análise da situação da economia portuguesa face a todo este processo, com destaque para as condicionantes que se levantam na procura de um lugar de pleno direito no seio dos países europeus, serve como modelo para aferição das dificuldades que se colocam aos países menos avançados da Comunidade, que tentam não perder o contacto com as economias motrizes.

A explicitação e pertinência da hipótese avançada poderá ser encontrada no contexto das dificuldades encontradas pela generalidade dos países em cumprir os requisitos para o estabelecimento de uma UEM. As perturbações que têm afectado o funcionamento do Sistema Monetário Europeu, imputadas por muitos à acção das forças de mercado, poderão talvez ser explicadas pelo artificialismo de um processo que privilegiou, desde a fundação da Comunidade dos Seis, a via da integração pelo mercado, em consonância com os pressupostos da Teoria Neoclássica, e aprofundou a sua vertente liberal e monetarista com a assinatura do Tratado de Maastricht, apesar do reforço dos mecanismos destinados ao fortalecimento da Coesão Económica e Social.

⁶ Estas reservas não são, aliás, recentes. Veja-se, a propósito, o Artigo de François Perroux, "Intégration Économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opère l'intégration?", in *Économie Appliquée*, nº19, 1966, Paris: pp. 387-414.

Plano da Dissertação

O plano de trabalho deverá, assim, obedecer ao tratamento dos seguintes pontos:

- Um **Capítulo I**, destinado a fornecer um enquadramento histórico - teórico da evolução geral da União Europeia, desde o início do processo de integração, na época do pós-guerra, até ao momento presente, destacando as inovações propostas pelo Tratado de Maastricht, com relevo para os problemas levantados pela implementação da UEM;

- Um **Capítulo II**, dedicado a avaliar, no contexto das principais orientações saídas do Tratado de Maastricht, a evolução dos processos de CN e CR, para o conjunto das economias nacionais que compõem a economia comunitária.

- Um **Capítulo III**, que visará, mediante o recurso ao conjunto de estatísticas disponíveis, avaliar o processo de Convergência/Divergência das economias europeias ao longo das últimas três décadas, mediante uma partição temporal correspondente aos períodos de inversão de tendência.

A discussão e sistematização dos dados acima referidos, pretenderá responder a uma das questões centrais: confirmação ou nulidade da hipótese que pressupõe a identificação entre a convergência económica das economias em causa e os períodos de crescimento a nível mundial, sendo possível, de forma análoga, fazer uma correspondência entre a divergência económica das mesmas e os períodos de crise ou desaceleração do crescimento. Neste contexto, julgamos ser de alguma utilidade chamarmos a atenção para uma eventual justaposição dos períodos em análise que poderá verificar-se no decorrer da investigação e levantar algumas dúvidas: no Capítulo II (implícitamente) e, fundamentalmente, nos Capítulos III e IV, o desenvolvimento da investigação assenta na delimitação de 3 períodos de tempo concretos (1º Período: 1960 - 1973; 2º Período: 1974 - 1985; 3º Período: 1986 - 1992), correspondendo os dados e o texto apresentados a essa partição temporal; no entanto, e embora nos tenhamos esforçado por seguir uma linha de investigação cronologicamente linear, por uma necessidade de coerência/integração da análise, poderá verificar-se, em determinados pontos

do presente estudo, a utilização de dados de períodos anteriores ou posteriores ao período que se analisa no momento.

- Um **Capítulo IV** será dedicado aos dilemas com que se debate a economia portuguesa, e à discussão em torno da sua capacidade de enfrentar os desafios de uma integração mais profunda, nomeadamente aqueles que resultam da necessidade de cumprir, em simultâneo, os requisitos da CN e prosseguir na via da CR, bem como da oportunidade e adequação de algumas decisões de política económica;

- Finalmente, a apresentação das conclusões obtidas com o desenrolar da investigação, bem como um conjunto de pistas de investigação a ser lançadas sobre o futuro da União Europeia.

CAPÍTULO I

Introdução

O presente Capítulo tem como principal objectivo fornecer alguns aspectos de enquadramento histórico - teórico das principais orientações que presidiram ao processo de integração europeia, pelo que se apresenta a seguir uma resenha, não exaustiva, dos processos jurídico-formais mais importantes da história comunitária. Na verdade, até ao momento presente, três grandes documentos marcaram a evolução jurídica da Comunidade: o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) propriamente dita, o Acto Unico Europeu, a primeira grande revisão do Tratado de Roma, e o Tratado da União Europeia, vulgarmente conhecido por Tratado de Maastricht (TM).

I.1 Breve referência histórica

Numa Europa recém-saída do pesadelo da Segunda Guerra Mundial, a constituição de uma CEE surge, segundo Jean Monnet, como meio de resposta a uma questão política: como reinserir a Alemanha no contexto europeu sem que essa inclusão constitua uma ameaça à paz e estabilidade recém-adquiridas, ao mesmo tempo que permite aos outros países beneficiar da dinâmica gerada pela economia germânica⁷.

Em termos de matéria económica, a constituição da CEE resulta da constatação das vantagens da circulação de bens e serviços, pessoas e capitais⁸ patenteadas pelo trabalho de alguns economistas⁹ e da necessidade premente de aumentar a competitividade da economia europeia por via da constituição de um amplo mercado interno. Neste contexto, as linhas gerais do Tratado de Roma, assinado em 1957, colocam particular ênfase na implantação do grande Mercado Interno, com recomendações e datas precisas para a sua

⁷ Veja-se, a propósito das motivações e das principais tendências que têm orientado o processo de integração europeia, o artigo de António Romão, "A Europa na encruzilhada. Algumas reflexões", integrado nos *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*; ISEG - UTL; 1995; pp. 537-548.

⁸ Não vamos aqui referir exaustivamente as vantagens micro e macroeconómicas decorrentes dos processos de integração económica, remetendo para a consulta, entre muitas outras, das várias obras de Peter Robson ou, no caso do processo de integração europeia, do Relatório Cecchini, *One Market, One Money*, patrocinado pela Comissão das Comunidades Europeias.

⁹ Pierre Maillet (1988), no seu livro *Intégration Economique Européenne: théorie et pratique*, cita, nomeadamente, os estudos de Jan Tinbergen ou Paul Scitovsky.

realização, contendo igualmente formulações para os objectivos de política económica: estabilidade dos preços, luta contra a inflação e equilíbrio nas relações com o exterior.

Muito prudente em relação à elaboração de uma futura política monetária comum, o Tratado de Roma prevê, no entanto, que se faça uma "*(...) aplicação de procedimentos que permitam coordenar as políticas económicas dos Estados Membros e fazer face aos desequilíbrios das respectivas Balanças de Pagamentos.*"¹⁰.

1.2 Primeiras tentativas de constituição da União Económica e Monetária europeia

Dada a conjuntura extremamente favorável que caracterizou todo o período que abrange a década de 60 e os primeiros anos da década de 70, marcado pela manutenção de um crescimento económico vigoroso e pela ausência de perturbações macroeconómicas significativas, foi possível assentar o cerne do processo de integração europeia na ideia de que a supressão de obstáculos à circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, era uma condição suficiente para o progresso da economia europeia no seu conjunto. No entanto, a modificação do ambiente económico a partir de 1974¹¹, caracterizada pela degradação dos principais equilíbrios internos e externos e pela desordem monetária internacional¹², levantou dúvidas sobre a capacidade da economia comunitária para superar situações de crise na ausência de uma ligação mais profunda que passasse, entre outros aspectos, pela coordenação das principais políticas macroeconómicas.

Poderá afirmar-se assim que o desenvolvimento dos projectos comunitários em matéria monetária foi impulsionado pelo desmoronamento do Sistema Monetário Internacional, a que se junta a recessão económica que assolou a economia mundial, começando os responsáveis europeus a reflectir sobre a constituição de uma futura União Económica e Monetária (UEM).

¹⁰Conforme Artigo 3-G do Tratado de Roma.

¹¹Sobre a polémica relativamente ao início da crise económica, ver Nota 2 da Introdução.

¹²Recordemos o ano de 1971, data do desaparecimento do Sistema Monetário Internacional saído de Bretton-Wood, em consequência da declaração da inconvertibilidade do dólar norte-americano.

Um primeiro projecto, datado de Fevereiro de 1969, ficou conhecido pelo nome de **Plano Barre**, prevendo a instauração de um mecanismo quase automático de créditos de urgência a curto e médio prazo, mediante a constituição de reservas cambiais comuns, em benefício dos Estados Membros (E-M) com dificuldades temporárias nas respectivas Balanças de Pagamentos. Seguir-se-ia um segundo Plano Barre, ganhando o projecto de UEM uma maior consistência com o **Plano Werner**, de Outubro de 1970¹³. Num processo composto por três etapas, o Plano Werner apontava para a realização completa da UEM no final da década de 70, devendo estar asseguradas as *quatro liberdades fundamentais*¹⁴, a convergência das políticas económicas nacionais, e a garantia da convertibilidade total e irreversível das moedas, bem como a eliminação das margens de flutuação cambial e a fixação irrevogável das paridades, num contexto de total liberalização dos movimentos de capitais. Teve então início, em Abril de 1972, o funcionamento da denominada *serpente monetária*, que previa que as moedas europeias não deveriam variar entre elas mais do que +/- 2,25%, permanecendo as flutuações contidas dentro de uma espécie de túnel de 4,5 pontos percentuais de diâmetro, medindo a amplitude de variação possível das divisas europeias em relação ao dólar norte-americano¹⁵. Em Outubro de 1972, os Chefes de Estado e de Governo reunidos na Cimeira de Paris, para além de definirem novos campos de acção para a Comunidade (Política Regional, Ambiente e Energia), apontam 1980 como ano limite para a conclusão da UEM.

No entanto, o rescaldo da crise económica do início dos anos 70, o desmoronamento do sistema de câmbios fixos de Bretton-Woods, a divergência nas políticas macroeconómicas seguidas pelos diferentes E-M e, do nosso ponto de vista, as assimetrias evidenciadas entre as estruturas produtivas das economias envolvidas no processo de integração, fizeram com que a *serpente* não resistisse às flutuações da taxa de câmbio. Em 1974, a Comissão centrava as razões do fracasso na falta de vontade dos governos nacionais em pôr em prática políticas coordenadas, que permitissem a evolução das economias no mesmo sentido¹⁶.

¹³E como consequência directa da Cimeira de Haia, em Dezembro de 1969.

¹⁴Liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais.

¹⁵O Banco Central cuja moeda estivesse ameaçada de ultrapassar as margens da 'serpente' deveria intervir no mercado, comprando ou vendendo divisas ou a sua própria moeda.

¹⁶ Conforme o artigo de Alain Prate, " Les cheminements de L'Europe Monétaire", in *ECU - EMU Dossier UEM*; nº 19; 1992/II.

No referido documento era dito explicitamente que " (...) *Os Governos empenharam-se no projecto com a crédula convicção de que seria suficiente decretar a formação da UEM para que esta se realizasse em apenas alguns anos, sem qualquer esforço nem transformações económicas ou políticas.*"

Com o objectivo de transformar a Comunidade, tal como fora previsto na Cimeira de Paris (1972), numa *União Europeia*, encarregou-se o Primeiro Ministro belga, Leo Tindemans, de elaborar um Relatório, que ficará conhecido como **Relatório Tindemans**, propondo um conjunto de medidas de largo alcance, entre as quais se destacavam, designadamente, uma Política Externa Comum, políticas sectoriais e regionais à escala comunitária e um importante reforço das instituições comunitárias.

1.3 O Sistema Monetário Europeu (SME)

As reuniões do Conselho Europeu, em 1978, tratam dos problemas que afectavam o funcionamento da Comunidade, devidos, em grande parte, à persistência de uma situação económica desfavorável e à ausência de acções coordenadas a nível comunitário. Volta-se, assim, no dealbar da década de 80, aos acordos puramente monetários, que acabaram por conduzir à instauração do Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979, justificado pela necessidade de criar uma zona de estabilidade cambial entre os países que então formavam a CEE. Face à desvalorização do dólar norte-americano, e como o 'contra-poder' da moeda americana, em termos de força monetária, era o marco alemão (DM), começa a assistir-se a uma acentuada valorização desta última, traduzida na entrada maciça de capitais no país; tentando evitar a apreciação excessiva, o Bundesbank põe em prática políticas de esterilização, despoletando pressões inflacionistas que tenta diluir pelos outros países.

Caracterizado por um compromisso entre um regime de câmbios fixos e um de câmbios flexíveis que permitisse compensar as taxas de inflação e repor as paridades entre os países, o SME pressupunha um desvio máximo nas paridades de 2.25% no sentido da valorização ou desvalorização, admitindo a intervenção dos Bancos Centrais respectivos quando 2 moedas se

aproximavam dos limites. Dois outros elementos importantes no funcionamento do SME eram o **ECU** (European Currency Unit), elemento central do sistema, um cabaz de moedas constituído por quantidades fixas de cada moeda europeia em função do peso da respectiva economia e os **Mecanismos de Crédito** utilizados para facilitar a gestão do mecanismo de câmbios e o financiamento dos défices das balanças de pagamentos.

Poderá dizer-se que o SME funcionou de forma relativamente eficiente até Setembro de 1992¹⁷, tendo permitido a manutenção de taxas de câmbio mais estáveis no seio da CEE, ao mesmo tempo que obrigava os países à imposição de uma certa disciplina no controle da inflação pois, na ausência do instrumento taxa de câmbio, o aumento dos níveis de inflação traduzia-se em perdas de competitividade e ajustamentos no mercado de trabalho. Por outro lado, o funcionamento do SME comportava alguns inconvenientes: tratava-se de um sistema assimétrico, pois a existência de uma economia muito mais forte do que as outras (a alemã) que já possuía taxas de inflação mais baixas, acabava sempre por beneficiar da disciplina imposta, conseguindo manter uma moeda forte sem perdas de competitividade; como os outros países necessitavam de adoptar políticas restritivas para ajustar as suas taxas de inflação à germânica, surgia um enviesamento deflacionista no interior do Sistema.

I.4 O Acto Único Europeu

Poder-se-à dizer que, se o SME representou um elemento de aprofundamento do processo de integração europeia, na sua vertente monetária, o Acto Único Europeu (AUE) traduz o primeiro grande passo de revisão institucional do Tratado de Roma. A vigorar no espaço comunitário desde 1 de Julho de 1987, os seus objectivos estavam directamente relacionados com a aceleração do processo de integração com vista à efectivação do Mercado Unico até 31/12/92, conforme o aditamento ao artº 8-A do Tratado inicial¹⁸, e o

¹⁷ Embora as perturbações que afectaram o funcionamento do SME sejam analisadas em fase posterior do trabalho, chama-se desde já a atenção para os interessantes artigos de M.Farto, " A União Económica e Monetária e a crise no SME", Documento de Trabalho nº6/94; CEDIN - ISEG, e de A.Mendonça, " O Sistema Monetário Europeu: Passado, Presente e Futuro"; Documento de Trabalho nº 5/94; CEDIN - ISEG.

¹⁸ Em aditamento ao Art.º 8-A do Tratado de Roma, acentua-se a pressão para realização do Mercado Único, até 31/12/92, definindo as suas características conforme o Art.º13 do AUE.

relançamento de políticas comuns. Contendo disposições de carácter político, jurídico, económico e social, pretendia: implementar a simplificação dos processos de decisão¹⁹; incrementar a cooperação em matéria de política externa; assegurar, no âmbito do estabelecimento do Mercado Comum, a liberdade de circulação de mercadorias, capitais e pessoas, a abertura dos mercados públicos e a liberalização no domínio dos serviços (transportes, telecomunicações e serviços financeiros). Traduz ainda uma preocupação acrescida com a Coesão Económica e Social, concretizada na execução da reforma financeira da Comunidade e no reforço dos Fundos Estruturais.

No que respeita aos aspectos monetários e financeiros, não se registam grandes avanços com a assinatura do AUE, limitando-se as partes contratantes a inserir no Título II da Parte III do Tratado CEE um novo capítulo: "*Capítulo I- A cooperação no domínio da Política Económica e Monetária (União Económica e Monetária)*"²⁰, preconizando a necessidade da convergência das políticas económicas e monetárias comunitárias com vista à prossecução de objectivos como a estabilidade do nível de preços e das contas nacionais ou o crescimento do emprego. Refira-se no entanto que, devido às posições dos governos inglês e dinamarquês, o ponto 2 do mesmo artigo faz depender do comum acordo obtido em Conferência própria e da ratificação por parte de todos os Estados membros, os progressos políticos e institucionais no domínio económico e monetário.

1.5 O Tratado da União Europeia

Na sequência dos pressupostos veiculados pelo AUE, e perante a situação das economias comunitárias no final da década de 80 (comércio externo maioritariamente intra-comunitário, taxas de câmbio relativamente estáveis e liberdade de circulação de capitais), começa a tornar-se mais premente, do ponto de vista dos responsáveis comunitários, a necessidade de avançar para uma política monetária unificada. Assim, na reunião de 27 e 28 de Junho de 1988 do Conselho Europeu, em Hannover, e no Conselho de Madrid, em Junho de 1989, é decidido prosseguir com os esforços para o avanço da UEM pelo que se encarrega um comité chefiado por Jaques Delors

¹⁹Com destaque para a institucionalização do Conselho Europeu, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu ou o aumento do número de decisões tomadas por maioria qualificada.

²⁰Este novo Capítulo passa a constituir o Art.º 102-A do Tratado da Comunidade Económica Europeia.

de elaborar um relatório a esse respeito. Conhecido por "*Relatório sobre a União Económica e Monetária na Comunidade Europeia*" ou **Relatório Delors**, nele são definidas as características de uma futura UEM, bem como as etapas que deverão preceder a sua implementação plena. A filosofia subjacente a este Relatório passava pela transformação dos vários espaços monetários num só, correspondendo aos avanços verificados na esfera económica pela implementação do Mercado Único.

A aprovação do **Relatório Delors** fixou um quadro geral para a construção da UEM europeia, segundo um processo composto por três etapas: durante a 1ª Fase, a implementar até Dezembro de 1993, deveria ser reforçada a coordenação das políticas nacionais, todas as moedas nacionais deveriam integrar o sistema cambial do SME, procedendo-se, ao mesmo tempo, à revisão dos Tratados, o que permitiria criar o quadro jurídico-institucional da UEM; a 2ª Fase, com início em Janeiro de 1994, seria marcada pelo reforço suplementar da coordenação das políticas económicas e pela implementação das novas instituições comunitárias relacionadas com a UEM. Finalmente, a 3ª Fase contemplava a fixação irrevogável das taxas de câmbio, sendo as principais moedas europeias substituídas por uma moeda única (o ECU), e verificando-se a passagem de competências em matéria económica e monetária para a esfera comunitária.

Em Dezembro de 1991, é dado um impulso considerável para o progresso da UEM através da assinatura do Tratado da União Europeia, mais conhecido por **Tratado de Maastricht** (TM) que, inspirado nas propostas avançadas pelo Relatório Delors, lança as bases para a União Política entre as economias envolvidas.

Composto por sete Títulos principais, este novo Tratado assenta em dois vectores fundamentais: a União Política e a UEM. No entanto, o tratamento concedido a cada um destes aspectos é consideravelmente diferenciado: se o processo e os mecanismos de constituição da UEM europeia são descritos de forma pormenorizada, as referências à União Política são, de uma forma geral, vagas, assentando na descrição das suas componentes essenciais, como o conceito de Cidadania Europeia, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), as questões relacionadas com a Justiça e os Assuntos Internos, o alargamento de competências das Instituições

Comunitárias e o processo de tomada de decisões com base no Princípio da Subsidiariedade.

No que respeita à UEM, as disposições apresentadas representam, provavelmente, as modificações jurídicas mais importantes em relação ao Tratado de Roma, passando pela introdução do "*Título II- Disposições que alteram o Tratado que institui a CEE tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia*". De acordo com o ArtºG assistimos à alteração da designação CEE por Comunidade Europeia, e à alteração dos "*Princípios do artº2*", consagrando os esforços para a criação da UEM ao mesmo nível da criação do mercado comum²¹.

No caso concreto da Política Económica e Monetária, deparamos com um título específico: "*Título VI- A política Económica e Monetária*", subdividida em 4 capítulos:

- A política Económica (artºs 102-A a 104-C);
- A política Monetária (artºs 105 a 109);
- Disposições institucionais (artºs 109-A a 109-D)
- Disposições transitórias (artºs 109-E a 109-M).

Ao longo destes capítulos deparamos com os objectivos a atingir pelo processo de integração económica e monetária, bem como os critérios que os Estados deverão preencher para acederem a membros de pleno direito da UEM. São igualmente descritos os novos procedimentos institucionais e as acções de coordenação das políticas económicas dos países envolvidos.

²¹Conforme os pressupostos do Art.º G do TM, o Art.º 2 do Tratado instituinte da CEE passa a ter a seguinte redacção: "*A Comunidade tem por missão, através da criação de um Mercado Comum e de uma União Económica e Monetária e das políticas ou acções comuns a que se referm os art.ºs 3 e 3-A, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de protecção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os países membros.*"

I.6 Alguns elementos de análise da UEM

Apoiado no Princípio da Subsidiariedade, o conceito de UEM baseia-se na progressão paralela de dois tipos de União: a **União Económica**, que consubstancia o estabelecimento das quatro liberdades fundamentais (mercadorias, serviços, bens e capitais), a implementação de uma política de concorrência e outras complementares destinadas a reforçar os mecanismos de mercado e ainda um conjunto de políticas estruturais destinadas a promover o desenvolvimento regional e a redução das assimetrias, num contexto de coordenação das políticas macroeconómicas.

Por seu lado, a **União Monetária** apresenta-se como o estabelecimento de um sistema de taxas de câmbio fixas conducentes à criação de uma moeda única e de uma autoridade supranacional independente, o Banco Central Europeu. Se a União Económica avança a ritmo acelerado, com a progressiva implementação do Mercado Único Europeu, a concretização da União Monetária passa pela prossecução de três fases, cuja calendarização prevista não será, em princípio, possível, dadas as divergências que caracterizam as economias a integrar:

- A 1ª Fase prolongou-se até ao início de 1994, devendo as economias adoptar um conjunto de programas de Convergência dos respectivos sistemas económicos (com especial ênfase para a estabilização dos preços e o saneamento das Finanças Públicas);

- Uma 2ª Fase, que começou em Janeiro de 1994, deveria prolongar-se até ao início de 1997, devendo ser envidados esforços para assegurar uma convergência económica e financeira estável, traduzida na perfeita integração dos mercados financeiros, na independência dos Bancos Centrais, e na criação do Instituto Monetário Europeu, embrião do futuro Banco Central, responsável pela condução da Política Monetária. Seria igualmente aconselhável que todas as moedas dos Estados membros estivessem na banda estreita do Mecanismo de Taxas de Câmbio do SME, enquanto as taxas de câmbio deveriam caminhar para uma situação de fixidez irrevogável. Um dos aspectos mais importantes desta 2ª Fase foi a entrada em funcionamento do Instituto Monetário Europeu, dotado de personalidade jurídica, que deverá promover a coordenação das políticas monetárias nacionais

com vista à manutenção da estabilidade dos preços e à consolidação do ECU como moeda única no decorrer da 3ª Fase da UEM.

- Finalmente, prevê-se que a 3ª Fase, prevista para 1997 ou, dados os acontecimentos dos três últimos anos, 1999, seja caracterizada pela entrada em funcionamento do Banco Central Europeu, no âmbito da criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais, devendo existir uma política financeira e monetária única à escala comunitária que assegure a circulação da moeda única europeia. Para poderem aceder à 3ª Fase, os países terão que preencher uma série de critérios de ordem monetária, cambial e orçamental, que têm estado no centro da polémica em torno do processo de UEM:

Dois critérios de estabilidade monetária: a entrada de um país na 3ª Fase só seria possível se registasse um diferencial de inflação inferior a 1,5 pontos percentuais em relação à média dos 3 países com taxa de inflação mais baixa;

- A taxa de juro nominal de longo prazo não deveria exceder em mais de 2 pontos percentuais a taxa de juro média verificada nos 3 E-M com melhor performance a nível de inflação;

Dois critérios de disciplina nas Finanças Públicas: não deverão registar-se rácios défices orçamentais/PIB superiores a 3%, nem rácios dívida pública/PIB superiores a 60%;

Um critério de estabilidade cambial: a moeda do E-M deverá permanecer na margem de flutuação estreita do Mecanismo de Taxas de Câmbio do SME nos últimos dois anos, sem ter sofrido desvalorizações voluntárias.

Depois de preencherem todos estes critérios, os países poderiam então caminhar para a Política Monetária Única, num contexto de taxas de câmbio tendencialmente fixas, com vista ao estabelecimento da moeda única. Prevê-se igualmente a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais (constituído pelo Banco Central Europeu e pelos Bancos Centrais Nacionais), responsável pela formulação e aplicação da Política Monetária Unica . Como se irá ver mais adiante, o caminho não se apresenta facilmente acessível.

1.7 Referencial teórico

1.7.1 Conceitos Básicos

A nossa investigação assentará na inter-relação entre dois conceitos fundamentais, derivados das orientações, em matéria de Política Macroeconómica, previstas no Tratado da União Europeia: o conceito de Convergência Nominal (CN) e de Convergência Real (CR), este último perspectivado em CR em sentido restrito e CR em sentido lato. Assim, poderemos definir:

- **Processo de Convergência Nominal:** trata-se de um processo de convergência que tem como objectivo fazer com que os países envolvidos na integração europeia consigam atingir os melhores resultados possíveis para as variáveis económicas que influenciam mais directamente a manutenção de um ambiente económico são. Pretende-se a estabilidade dos preços e das taxas de câmbio, de modo a conseguir equilíbrios externos duradouros, ao mesmo tempo que se visa a racionalização das Finanças Públicas nacionais.

- **Processo de Convergência Real:** conforme se poderá deduzir de alguns dos pressupostos do TM, consiste num processo de longo prazo que tem por objectivo fundamental promover a aproximação do grau de desenvolvimento económico dos vários países e regiões integrados, sendo medido pela equivalência dos rendimentos per capita (o que implica a existência de taxas de crescimento significativamente mais elevadas para as economias menos desenvolvidas), e pela similitude das taxas de desemprego.

Na nossa perspectiva, esta visão do processo de CR constitui aquilo que designamos por *CR em sentido restrito*: remetendo a análise da mesma à taxa de crescimento do Produto Interno, dos níveis de rendimento per capita ou das taxas de desemprego, não veicula uma perspectiva sustentada do que deveria estar em causa num verdadeiro processo de desenvolvimento/convergência: a eliminação/atenuação do carácter de complementariedade subalterna que caracteriza as estruturas produtivas das economias mais fracas em relação às mais desenvolvidas e, consequentemente, da especialização destas últimas face ao exterior. Se a isto juntarmos a dotação dos países em infraestruturas económicas ou de transporte, a redução das assimetrias regionais, a formação do capital humano ou a eficiência dos sistemas de Investigação e Desenvolvimento, entre outros aspectos,

encontramos uma efectiva definição da CR em sentido amplo, aquela que reflecte, do nosso ponto de vista, o verdadeiro nível de vida das populações²².

1.7.2 Algumas referências teóricas

1.7.2.1 A Teoria das Zonas Monetárias Óptimas

Julgamos útil incluir algumas referências à Teoria das Zonas Monetárias Óptimas (ZMOs), tendo em vista dois objectivos: por um lado, enquadrar o processo de implementação da UEM europeia no contexto da referida Teoria, por nos parecer ser esta última a principal fonte de inspiração para a definição da vertente monetária da integração europeia; por outro lado, julgamos pertinente chamar a atenção para as diferenças entre as características do espaço comunitário e aquelas que seriam necessárias para constituir um meio privilegiado de implementação de algumas das premissas em que se baseia a concepção de uma ZMO.

Podemos afirmar que o ponto de partida para a literatura das ZMOs, foi dado por **Mundell** [1961], que observou que um ajustamento na taxa de câmbio que permitisse a prossecução de políticas monetárias diversas em 2 países [no caso dele, os EUA e o Canadá] não tinha grande utilidade se, ao mesmo tempo que ajudava a estimular a actividade económica em determinadas zonas, contribuisse para agravar a depressão noutras. No modelo

²² Julgamos útil chamar a atenção para a existência de outras abordagens do processo de convergência económica que partem de pressupostos distintos daqueles que orientaram o nosso estudo. Veja-se, a propósito o artigo de Robert Boyer, " Nouveaux regards sur la théorie de la convergence: un processus de globalisation mais encore le siècle des nations", , CEPREMAP, Agosto 1993, publicado em *Problèmes Économiques*, nº 2415-2416; Março 1995.

Neste artigo, o autor começa por referir o fenómeno de globalização característico da actividade económica dos nossos dias que, segundo alguns autores, constituiria um poderoso estímulo ao processo de convergência entre as várias economias nacionais. Essa globalização seria conseguida por via da internacionalização perfeita dos mercados de capitais, tecnologia e produtos (1ª hipótese), que originaria uma convergência dos respectivos custos e preços (2ª hipótese), pressupondo igualmente que as empresas encontrariam soluções tecnológicas idênticas para os respectivos processos de produção, funcionando a tecnologia como um *bem público puro* (3ª hipótese). A verificação destas três hipóteses acabaria por se traduzir na convergência económica da produtividade e dos níveis de vida. Na segunda parte do artigo, Robert Boyer aponta algumas críticas a esta abordagem teórica, realçando essencialmente a irreabilidade da aplicação das três hipóteses fundamentais, cuja viabilidade põe em causa no decorrer da presente década, quando ainda se assiste a uma internacionalização dos principais mercados de factores produtivos, muitos sectores produtivos funcionam segundo uma lógica de concorrência oligopolística e a tecnologia não é igualmente acessível a todos os agentes económicos.

concebido por **Mundell**, a incidência de perturbações através das regiões é uma determinante crucial da concepção das áreas monetárias, pelo que o autor aponta, como principal critério para o estabelecimento de uma área com uma moeda comum, a existência no interior da mesma de um alto grau de mobilidade de factores produtivos. Posteriormente, em 1975, **Mundell** destacou a questão da mobilidade do factor trabalho: quanto maior fosse a propensão para a deslocação do fluxo de trabalhadores das regiões mais deprimidas para as mais prósperas, menos necessidade haveria de criar diferentes tipos de política económica nas duas regiões para responder à questão do aumento do desemprego.

Uma outra vertente da literatura que se seguiu preocupou-se em identificar os principais determinantes dos choques que afectam as economias. **Kenen** (1969) evidenciou o grau de diversificação do aparelho industrial ou dos produtos por ele produzidos como determinante para a simetria das perturbações. Segundo ele, quando duas regiões são altamente especializadas na produção de bens diferentes cujos preços são afectados, de forma muito distinta pelos efeitos dos choques sofridos, os choques assimétricos têm mais probabilidades de ocorrer do que quando as duas regiões apresentam a mesma estrutura industrial e produzem os mesmos bens.

Ingram (1973), por seu turno, destacou que, mesmo quando em presença de fraca mobilidade do factor trabalho, a mobilidade do capital atinge, geralmente, níveis muito elevados, o que faz com as migrações do capital possam substituir as migrações do trabalho, promovendo a reafecção de recursos entre as regiões envolvidas²³.

Neste contexto, e tendo igualmente presentes os estudos de **De Grauwe e Vanhaverbeke** (1991) que concluem sobre a existência de um grau muito mais elevado de mobilidade inter-regional do trabalho nos países do Norte da Europa (Alemanha, França ou Reino Unido) em relação às economias do Sul (Espanha ou Itália), poderá questionar-se sobre as consequências para os países envolvidos da sua participação na UEM, na ausência de alguns dos pressupostos básicos que sustentam a teoria das ZMOs. Na verdade, se a participação no processo referido tivesse sido definida em função da similitude das estruturas produtivas ou do grau de mobilidade do factor trabalho, por

²³Ingram chama, no entanto, atenção para o facto de, apenas na presença de restrições muito significativas, a mobilidade do capital substituir o papel reequilibrador das migrações humanas.

exemplo, as economias mais atrasadas não teriam quaisquer hipóteses de se tornarem membros efectivos nos anos mais próximos. Tendo sido tomada, pelo contrário, uma opção que privilegia outro tipo de variáveis, urge determinar qual o preço a pagar pela participação na União.

A título exemplificativo, refira-se um estudo realizado por **Bayoumi e Eichengreen** (1992)²⁴ procurando provar que o ajustamento aos choques específicos que afectam os países ou regiões, quer seja feito através do funcionamento do mercado ou de políticas económicas, é mais rápido nos EUA do que na Europa. Da mesma forma, e embora devam ser salvaguardadas as diferenças a vários níveis entre a nação norte-americana e os países europeus envolvidos no processo de integração, a menor variabilidade no produto e nos preços nas regiões norteamericanas poderá reflectir o facto de que os EUA fornecerem uma resposta mais rápida para choques mais ou menos assimétricos.

Foi identificada a incidência de perturbações na oferta e procura agregadas no seio da então Comunidade Europeia, sendo possível evidenciar uma forte distinção entre os **choques de oferta** que afectam os países do centro da Comunidade (Alemanha, França, Bélgica, Dinamarca, Holanda) e os que afectam os restantes membros da Comunidade: Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia. Os **choques de oferta** que afectaram os países economicamente mais fortes foram de menor amplitude e com maior inter-relação entre os países vizinhos. A mesma conclusão poderá ser retirada no que respeita aos **choques da procura**, embora a diferença não seja tão significativa. A distinção muito nítida que se evidencia, através da análise efectuada, entre as economias mais poderosas, que registam a ocorrência de perturbações de magnitude relativamente mais pequena e com maior nível de correlação, e os países economicamente mais frágeis, em que os choques do lado da procura são mais abrangentes ajusta-se à noção de **União Monetária a duas velocidades** (como defendido por **Dornbush**, 1990).

Os mesmos autores chamam ainda a atenção para o facto de a incidência de choques de oferta e da procura poder ser alterada com a conclusão do processo do Mercado Único e a transição para a UEM; á medida que as estruturas de mercado se tornam mais similares entre as economias

²⁴ Conforme o Artigo "Shocking Aspects of European Monetary Unification" in *Adjustment and growth in the European Monetary Union*, Francisco Torres e Francesco Giavazzi; Cambridge University Press - CEPR; 1993.

européias, a incidência e correlação de choques de oferta deverão tornar-se mais idênticas; por outro lado, à medida que aumenta a mobilidade de factores produtivos, a velocidade de ajustamento aos choques deveria aproximar-se dos níveis americanos.

I.7.2.2 Avaliação Crítica dos Critérios de Maastricht

Entre as principais polémicas que derivaram da assinatura do Tratado da União Europeia, e que, inclusivamente fizeram retardar a sua ratificação em vários países, destaca-se a definição de um conjunto de requisitos, devidamente quantificados, que faziam depender do seu cumprimento o acesso das economias nacionais ao último estágio da UEM.

Estes requisitos, designados por **Critérios de Convergência**, prendiam-se com a estipulação de regras relativas à estabilidade dos principais agregados monetários e cambiais [inflação, taxas de juro, taxas de câmbio] e ao saneamento das contas do Estado [défice e dívida Pública]. O cumprimento de todos, ou pelo menos da maior parte, destes critérios, colocaria os países envolvidos na via da CN, o que, segundo os pressupostos da perspectiva liberal, na qual se tem apoiado, indubitavelmente, o fundamento do processo de integração europeia, faria convergir de forma espontânea as economias para níveis de rendimento per capita e taxas de desemprego coincidentes. Ou seja, a CR seria uma consequência lógica da CN.

O que se pretende evidenciar neste estudo deriva não só da nossa concepção de CR, que engloba muito mais do que a simples aproximação de níveis de rendimento ou taxas de desemprego, mas também, e em consequência, das repercussões que o cumprimento estrito dos critérios terá sobre o desenvolvimento das economias mais atrasadas da União.

Os Critérios têm sido postos em causa por vários motivos: fundamentos teóricos (derivados do estudo da teoria das ZMOs, em que se apoia o processo de UEM), inacessibilidade dos mesmos em fase de desaceleração da actividade económica, consequências sobre a estrutura económica das economias mais frágeis.

Assim, do ponto de vista teórico várias são as críticas dirigidas aos mesmos:

- **Critério de Inflação:** estipula que os países não deverão manter diferenciais superiores a 1,5 ponto percentual da média das três melhores performances; autores como **Constâncio** (1990), por exemplo, defendem que é necessária a manutenção de baixos níveis de inflação, mas que é imprescindível a distinção entre o preço dos bens não transacionáveis (BNT) e o dos bens transacionáveis (BT): um processo de UEM exige na verdade a aproximação dos preços dos BT; no entanto, existindo diferenças na composição a nível nacional dos BT e dos BNT e diferenças no crescimento da produtividade, o nível de inflação geral poderá situar-se alguns pontos acima da média dos países a integrar. Este autor defende ainda, à semelhança de outros, que a ortodoxia deste critério acaba por negar totalmente a própria utilização da UEM para facilitar a convergência das taxas de inflação, uma vez que seria muito mais fácil, por uma questão de credibilidade, atingir essa convergência dentro de uma UEM do que no seio de um mecanismo como o Sistema Monetário Europeu²⁵.

Outros autores, como **Giavazzi e Spaventa** (1990), ou **De Grauwe** (1992), por exemplo, defendem que os critérios definidos em Maastricht obedecem a requisitos de ordem política e não económica, sustentando que um critério de inflação restritivo não é uma condição necessária para um país fazer parte de uma UEM, uma vez que quando os países decidem integrar um processo deste género prescindem das moedas nacionais, adoptando uma moeda comum; uma vez que as moedas nacionais desaparecem, o mesmo deverá acontecer a toda a sua reputação inflacionista. Estes autores não vêem assim qualquer problema na integração de países com níveis de inflação separados por 4 ou mais pontos percentuais, defendendo que a questão mais complexa seria a de determinar qual a taxa a que as moedas deveriam ser convertidas .

- **Critério das Taxas de Juro:** um dos mais contestados, já que coloca um dilema acrescido aos países com maiores ritmos de crescimento dos preços; tradicionalmente utilizada como um dos principais instrumentos de combate à inflação (mediante a aplicação de políticas monetárias restritivas),

²⁵ Veja-se, igualmente, o recém-publicado artigo " From here to EMU", na revista *The Economist*, Agosto 1995, onde se defendem posições idênticas.

difficilmente se percebe como será possível atingir o critério referente à convergência das taxas de inflação sem comprometer o referente às taxas de juro.

Constâncio destaca ainda o facto de o desaparecimento do prémio de risco associado a cada país, necessário para a homogeneização das taxas de juro, não depender somente do desempenho da economia em matéria de inflação ou agregados orçamentais, e não poder, portanto, ser controlado pelas autoridades de política económica.

- **Critério de estabilidade cambial:** um dos que foi relegado para segundo plano com o alargamento para $\pm 15\%$ das margens de flutuação do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC) do SME.

Em finais de 92, as fundações do processo de construção europeia sofreram um forte abalo: o SME passava por uma das maiores crises desde a sua fundação, com o abandono por parte de várias moedas do MTC. A principal consequência traduziu-se numa significativa perda de confiança dos agentes económicos num dos principais instrumentos da UEM. Este movimento foi em parte consequência da incompatibilização das políticas económicas de alguns E-M comunitários: a subestimação dos custos da reunificação alemã levaram a Alemanha a pôr em prática uma política de manutenção de taxas de juro elevadas para contrariar os efeitos expansionistas da sua política orçamental, o que acabou por chocar com a decisão de outros países de promover a recuperação da actividade económica. Por outro lado, as dificuldades sentidas pela lira originam a sua retirada das margens de flutuação estabelecidas pelo MTC. Poder-se-á afirmar assim que a crise teve uma das suas origens na subestimação do poder das forças que operam no mercado de capitais: a partir do momento em que se levantam dúvidas sobre a estabilidade da paridade das moedas que compõem o MTC, os mercados começam a agitar-se, libertando-se das moedas mais vulneráveis e refugiando-se nas mais estáveis. Como, por outro lado, o volume de fundos envolvidos era muito elevado dado a progressão da liberalização dos movimentos de capitais e o número de moedas que compunha o SME tinha aumentado com a entrada da libra, peseta e escudo, a crise atingiu proporções sem precedentes.

Julgamos que uma das principais ilacções a tirar deste acontecimento terá sido o facto de, o que confirma as preocupações que levaram á realização deste estudo, as economias europeias não terem conseguido persuadir os agentes especuladores de que a coerência evidenciada pela performance dos seus agregados monetários e orçamentais tinha uma correspondência directa no desenvolvimento e solidez do conjunto da estrutura económica. O alargamento das margens de flutuação para 15% deverá invalidar qualquer hipótese de cumprimento dos prazos previstos para a 3ª Fase da União Económica e Monetária, na perspectiva de se manter a definição dos actuais critérios de passagem.

- **Crítérios de disciplina Orçamental:** têm sido frequentemente apontados como os mais contestáveis, fundamentalmente por se privilegiar a visão dos rácios Dívida Pública/PIB e Défice Orçamental/PIB em média anual, em detrimento da sustentabilidade dos mesmos a longo prazo. Se os principais argumentos para a quantificação destes agregados foram, na perspectiva de **Constâncio** (1993), a prevenção de problemas de dívida pública em países que registavam défices orçamentais graves, a necessidade de injeção de liquidez no sistema para evitar crises bancárias ou os efeitos externos das taxas de juro, então, segundo esse autor, os mesmos não fazem qualquer sentido: o primeiro argumento está fora de questão, uma vez que o próprio Tratado de Maastricht impede (por via da proibição do denominado "bail-out") o financiamento da dívida por parte dos restantes Estados membros; a imagem de independência do futuro Banco Central europeu, por outro lado, poderia ser posta em causa se este se prestasse a fornecer liquidez para atenuar os efeitos sobre os detentores de títulos da dívida pública de países orçamentalmente indisciplinados. Em relação á taxa de juro, as eventuais externalidades decorrentes da subida das taxas de juro de países com uma dívida elevada só seriam significativas no caso de se tratar de economias poderosas, como é o caso da alemã, exemplarmente bem comportada no que respeita a este critério.

Para além dos argumentos já apontados, a restritividade deste critério assume especial relevância para as economias menos desenvolvidas, por dois motivos particulares: se uma das condições *sine qua non* do processo de convergência é garantir um diferencial de crescimento destas economias em relação aos parceiros mais fortes, dificilmente se concebe como é possível compatibilizar o crescimento das despesas públicas inerentes a tal crescimento

com a disciplina orçamental aprovada em Maastricht; por outro lado, o requisito de adicionalidade decorrente da atribuição dos Fundos Estruturais prevê uma comparticipação dos Estados abrangidos, o que, sendo as economias mais fracas as principais receptoras dessas transferências, as coloca numa posição ainda mais comprometedora²⁶.

I.7.2.3 A necessidade de uma abordagem alternativa

Dos pontos anteriores facilmente se conclui que o referencial teórico que tem orientado a evolução do processo de integração europeia obedece, nos seus aspectos fundamentais, aos pressupostos de inspiração neo-clássica e liberal, colocando o acento tónico sobre o funcionamento dos mecanismos de mercado, apostando no dinamismo da procura e potenciando, no que respeita às trocas comerciais, o aproveitamento das Vantagens Comparativas. As limitações evidenciadas por este tipo de abordagem tornam-se agora mais evidentes: o papel do Estado era praticamente ignorado, acreditando-se que o mercado seria capaz de resolver questões tão complexas como a redistribuição equitativa dos rendimentos ou a correcção das assimetrias regionais, na ausência de uma coordenação efectiva das políticas económicas. Ora, como refere **M. Byé**, citado por **A. Marchal**²⁷ (1965) " (...) *Integrar, não é adicionar. É fazer crescer, num dado espaço, a compatibilidade dos planos de um conjunto de centros de decisão que compõem um sistema económico.*"

A teoria de inspiração neoclássica pressupunha ainda que, por via da integração dos mercados, as economias concorrenciais acabariam por evoluir para economias complementares, com todos os riscos, do nosso ponto de vista, que tal especialização implica, pois, tal como salienta **A. Marchal**²⁸

²⁶ Julgamos útil chamar a atenção para o artigo de Gérard Lafay, " L'Europe à la recherche d' une stratégie monétaire", publicado em *Problèmes Économiques*, nº 2430, Junho 1995. Lafay aponta a que considera a principal lacuna do Tratado de Maastricht: a ausência de critérios estruturais de convergência, interrogando-se sobre a coerência de um processo de convergência que privilegiou a vertente monetária, esquecendo-se de incluir a taxa de desemprego entre as variáveis mais importantes. Partilhamos da posição de Lafay, quando ele afirma no mesmo artigo que " (...) *A moeda não constitui um fim em si própria, mas apenas um instrumento de serviço para a retoma da actividade económica. Apenas um crescimento forte permitirá fazer face aos desafios da mundialização, reabsorvendo o desemprego, e reconciliando os povos com a Europa.*"

²⁷ In " L'intégration Territoriale", A. Marchal, col. *Que sais-je?*, PUF; Paris; 1965; p. 38.

²⁸ Cf. op. cit.; p. 64.

[1965], " (...) Uma vez que a união de economias complementares não provoca qualquer alteração nas estruturas das economias, não desencadeia nenhum movimento de reestruturação das mesmas. É assim incapaz de favorecer a mutação de estruturas indispensáveis ao crescimento."

O quadro teórico que irá orientar o nosso trabalho ao longo dos próximos Capítulos relaciona-se intimamente com as Teorias de inspiração Estruturalista/Voluntarista²⁹, partilhadas por autores como A.Marchal ou F.Perroux, entre outros, , para, nas palavras de **A.Marchal** (1965) " (...) nos referirmos a um critério dinâmico da integração, englobando as economias no sentido literal do termo (não só o comércio ou as trocas, mas também a produção), tentando realizar a fusão de economias similares e concorrenciais num vasto conjunto económico complexo e equilibrado."³⁰

Pretendemos, ao fim e ao cabo, demonstrar que "(...) a verdadeira integração territorial é uma integração das economias, uma integração estrutural; assenta sobre a ideia de estrutura e tende, através de uma adaptação mútua das estruturas, organizar uma entidade económica nova, mais forte e mais harmoniosa."³¹

A escolha da informação estatística que nos serve de base à realização deste estudo obedeceu assim a uma óptica que privilegia a integração das economias no seu conjunto, em detrimento de uma abordagem baseada na integração dos mercados; uma óptica que defende um processo de integração de economias concorrenciais e não sujeitas a uma complementaridade subalterna que perpetue as posições dos respectivos países na Divisão Internacional do Trabalho; uma óptica que privilegie a noção de processo (dinâmico) em detrimento da de estado (estática), incentivando uma espécie de 'destruição criadora', que estimule a modificação das estruturas produtivas; uma óptica que utilize um conjunto de mecanismos para a efectivação do processo de integração, não se apoie unicamente na dinâmica

²⁹Segundo a terminologia utilizada por A.Marchal, op. cit., p. 17.

³⁰ Cf. op. cit., p. 18. Julgamos ainda de importância significativa as palavras de G.Myrdal, citado por R.Erbes, in " L'Intégration économique internationale", PUF, Paris, 1966: " A integração não deve ser pensada em termos de abolição das fronteiras nacionais mas antes como o alargamento da 'comunidade de interesses' ".

³¹ Cf. op.cit., p. 25.

das forças de mercado, mas assente numa verdadeira coordenação de políticas económicas entre os E-M, tendo sempre presente o princípio da Solidariedade. Na verdade, e como refere **J.P.Fitoussi**³² (1994), " (...) *É a Solidariedade que diferencia uma Comunidade de uma Zona de Comércio Livre.*"

³² In " Entre convergences et intérêts nationaux: l' Europe ", sob a direcção de J.P. Fitoussi, References OFCE; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Paris; 1994; p. 38.

CAPÍTULO II

Introdução

O objectivo deste segundo Capítulo relaciona-se com a análise dos progressos realizados em termos de convergência económica, de acordo com as disposições referidas no Tratado da União Europeia³³. Neste contexto, procurámos realizar um estudo da evolução dos dois processos de convergência habitualmente considerados: o processo de Convergência Nominal (CN), traduzido, conforme a letra do Tratado de Maastricht, na aproximação dos agregados de ordem monetária e financeira, e o processo de Convergência Real (CR), baseado na redução das disparidades de Rendimento per capita entre os vários países e regiões comunitárias e na similitude das taxas de criação de emprego/desemprego³⁴.

O objecto de estudo é composto pela evolução das economias comunitárias ao longo das últimas três décadas. O período em análise vai desde o início da década de 60 até 1992, dividido em três fases distintas, coincidentes com a inversão da tendência do ciclo económico: consideramos assim o primeiro período compreendido entre 1960 e 1973, correspondente a uma fase de crescimento económico generalizado; o segundo período abrange os anos de 1974 a 1985, sendo caracterizado por uma situação de crise ou desaceleração do crescimento; finalmente, o terceiro período situa-se entre 1986 e 1992, e poderá ser caracterizado pela retoma do crescimento (desde a segunda metade da década de 80 até 1989, aproximadamente), seguida de nova quebra na actividade económica (entre 1990 e 1992). Procurámos também identificar, genericamente³⁵, a análise das economias com os sucessivos alargamentos a que foi sujeita a inicial Comunidade Económica Europeia.

³³Veja-se o Capítulo I, onde vêm expostas todas as etapas e mecanismos de passagem que as respectivas economias devem percorrer até atingir a última fase da UEM.

³⁴Chamamos a atenção para o facto de, nesta fase do trabalho, nos preocuparmos em fazer a análise da evolução da Convergência Real (CR), obedecendo ao que definimos, no Capítulo I, como CR em sentido restrito. No Capítulo III, debruçar-nos-emos sobre a evolução do mesmo processo, adoptando uma perspectiva, do nosso ponto de vista, mais integrada.

³⁵Por motivos que apresentaremos em momento oportuno, não consideraremos uma correspondência perfeita entre o estudo das economias num dado período e o alargamento do espaço comunitário.

II.1 Critérios de Selecção de Indicadores

A escolha dos indicadores que servirão de suporte ao estudo a elaborar foi orientada pelo objectivo atrás enunciado.

Assim, no que concerne a **Convergência Nominal** (CN), foram recolhidas estatísticas que permitissem identificar a evolução dos principais agregados monetários, cambiais e orçamentais. Para o estudo das variáveis de Política Monetária foi dada especial atenção à evolução das Taxas de Juro de longo prazo, Taxas de Inflação e Custos Salariais Unitários; a Política Cambial foi representada pela variação das Taxas de Câmbio; finalmente, a Política Orçamental foi avaliada em função das performances relativas do Défice e Dívida Pública..

A **Convergência Real** (CR), perspectivada no sentido restrito, foi analisada a partir da recolha de estatísticas relativas à evolução do Rendimento per capita (Níveis do PIB per capita), taxas de crescimento do PIB e situação do mercado de emprego traduzida na progressão das taxas de criação de emprego e taxas de desemprego.

II.2 Análise da Convergência Nominal

II.2.1 Inflação e Custos Salariais

Durante o período de 1960 - 73, a convergência das taxas de inflação, medidas pelo deflactor do consumo privado³⁶, foi acentuada, registando, em 1961-73, uma taxa média de 4,7% para o conjunto da economia comunitária, ponderada para Doze países, conforme poderá ser verificado através da análise do Quadro 1A, do Anexo. Os desvios em relação a esse valor não eram muito relevantes, detendo a Espanha e a Dinamarca os maiores diferenciais, uma vez que apresentavam, para o conjunto do período em estudo, valores da ordem dos 6,6%. Portugal e a Grécia evidenciavam uma boa performance no crescimento dos preços, mantendo-se firmemente abaixo da média comunitária: o valor médio do deflactor do consumo privado cifrou-se

³⁶Optámos por utilizar o deflactor do consumo privado por ser o índice habitualmente referido pelas publicações dos serviços da Comunidade Europeia.

em cerca de 3,9% e 3,5%, para as economias portuguesa e grega, respectivamente.

A análise dos Preços por via do Índice de Preços Implícitos do PIB proporciona resultados idênticos, embora, por se tratar de um índice de preços mais amplo, revele valores mais elevados: assim, a média comunitária para o período cifrou-se em 5,2%, salientando-se as economias irlandesa e espanhola como aquelas que registavam um maior desvio em relação à média. Portugal, por seu lado, ocupava a primeira posição, em termos de performance anti-inflacionista, revelando um crescimento médio do Índice de Preços Implícito do PIB de 3,9%, conforme os dados apresentados no Quadro 2A, do Anexo.

Se pretendessemos aplicar os critérios definidos em Maastricht, em 1991, para verificar quais das economias estariam na área de convergência no período de tempo compreendido entre 1960 e 1973³⁷, obteríamos resultados que poderíamos classificar, no mínimo, bastante curiosos: tomando como detentores da melhor performance, em termos de deflactor do consumo privado, a República Federal Alemã (3,5%), Luxemburgo (3,0%) e a Grécia (3,5%), e somando à média aritmética obtida o ponto e meio percentual definido, chegaríamos a um plafond de 4,8%. Neste contexto, encontrávamos acima desse limite, países como a Dinamarca, Espanha, Irlanda, Itália, e Holanda, enquanto Portugal, Grécia, Bélgica, Luxemburgo e R.F.A. se encontravam abaixo.

É, no mínimo, bastante curioso, reparar que entre os países mais disciplinados no que respeita ao cumprimento de um dos mais importantes critérios de passagem à fase final da UEM se encontram Portugal e a Grécia, os dois E-M mais desfavorecidos. Poder-se-á dizer que este pequeno exemplo ilustra bem a pertinência e fiabilidade da Convergência Nominal no que respeita às economias estruturalmente menos desenvolvidas...

³⁷Estamos conscientes de que este procedimento poderá estar sujeito a críticas, dado tratar-se de um período de tempo em que a conjuntura económica e as políticas seguidas diferiam consideravelmente da realidade que prevalecia na altura da assinatura do Tratado da União Europeia. No entanto, julgamos que se reveste de alguma utilidade para os nossos objectivos, nomeadamente no que respeita à não correspondência entre a performance, a nível monetário e orçamental, de algumas economias e o seu grau de desenvolvimento económico.

Considerando, embora com algumas reservas, a influência da remuneração do factor trabalho sobre a evolução do nível geral de preços, convirá aferir qual o comportamento do mesmo na economia comunitária durante o período em estudo. Assim, segundo um estudo publicado pela Comissão Europeia³⁸, verifica-se que, ao longo dos anos 60, a evolução dos salários na Comunidade se processou de acordo com as exigências macroeconómicas: os salários per capita aumentaram consideravelmente, tanto em termos nominais como em termos reais (9,9%, ao ano, em média para os nominais; 5,0% em média anual para os reais), conforme se verifica através da análise dos Quadros 3A e 4A, do Anexo. Esta progressão era, no entanto, justificada por ganhos de produtividade do trabalho³⁹ importantes, de 4,4% em média anual para o conjunto da Europa dos Doze, o que acabou por se traduzir em fracos aumentos dos custos unitários do trabalho. Vejam-se, a propósito, os Quadros 5A e 6A, do Anexo. Consequentemente, e na ausência de choques exógenos, a inflação mantinha-se a níveis moderados, permitindo o aumento do emprego.

A degradação das condições económicas internacionais, nomeadamente o rescaldo da crise da energia, teve consequências graves sobre as economias europeias, que não tinham previsto a necessidade de adaptação das respectivas estruturas produtivas durante o período de crescimento económico que caracterizara a década precedente. A absorção do primeiro e segundo choques petrolíferos provocou o disparo dos níveis de inflação em todos os países europeus, estabilizando apenas em meados da década de 80.

Durante o período de 1974-85, as taxas de inflação, medidas pelo Índice de Preços Implícitos do PIB, duplicaram nos países com níveis mais baixos, chegando a atingir valores muito preocupantes nas economias menos prósperas.

Repare-se no Quadro 2A, do Anexo, e veja-se, por exemplo, o caso da Grécia, que passa de 4,5% para 17,7% entre 1974 e 1986, da Espanha (7,1% para 14,7 no mesmo período) ou Portugal, de 3,9% para 20,8%, enquanto a média da Comunidade se cifrou em 10,3%, destacando-se a Holanda e a RFA como os que menor impacto sofreram.

³⁸" Étude n°1: L'ajustement des salaires dans la Communauté Européenne: l'expérience des années 80", in *Économie Européenne*, n°47: Março 1991; Comissão das Comunidades Europeias: pp. 94-115.

³⁹Consideramos aqui a Produtividade do Trabalho como o PIB real por pessoa ocupada.

No que respeita aos custos salariais, verifica-se que o seu aumento começou a acelerar no conjunto dos países industrializados: o choque petrolífero de 1973, o receio de acrescida agitação social e a segunda crise da energia em 1979 tinham conduzido à aceleração da inflação e a aumentos salariais incontrolados.

Os salários nominais per capita na Comunidade aumentaram 12%, em média anual, durante o período 1974 -86; mas, dada a progressão paralela da inflação, os salários reais tiveram um acréscimo significativamente menos destacado, cerca de 1,6% no mesmo período. Ao mesmo tempo, os ganhos de produtividade desaceleraram, 2,0% em média anual, conforme análise do Quadro 5A, do Anexo, não impedindo, no entanto, a progressão dos custos unitários nominais da mão de obra (cerca de 9,3% ao ano), conforme se poderá ver pela análise do Quadro 7A, do Anexo.

Para fazer face a esta situação, todos os E-M punham em vigor, a partir de 1980, programas de estabilização muito semelhantes, com acento tónico na implementação de políticas económicas de carácter restritivo, visando recuperar os perdidos equilíbrios internos e externos.

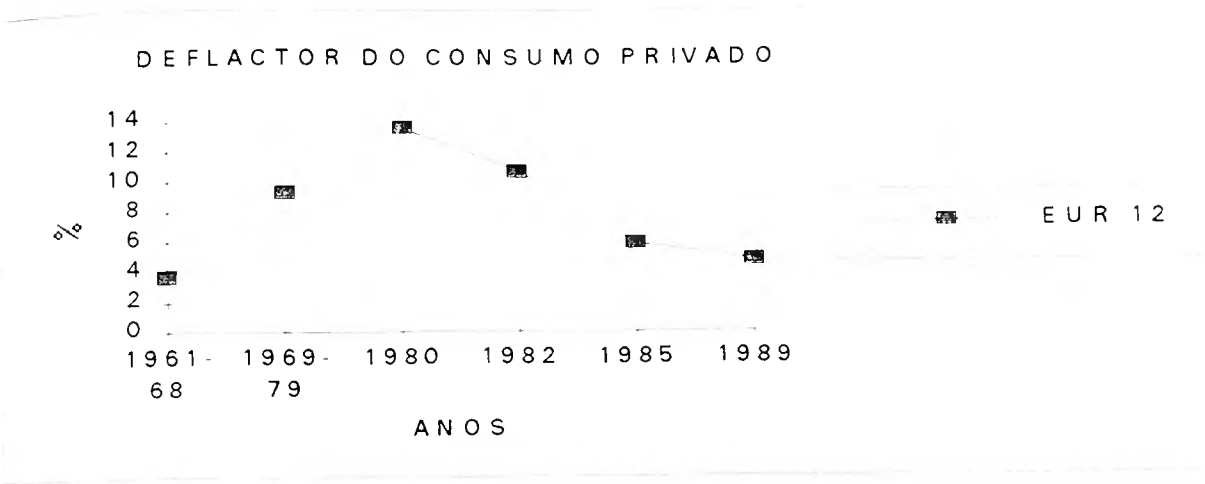
Os resultados, no entanto, foram bastante diferenciados, traduzindo, na sua essência, pontos de partida muito diversos; assim, os melhores resultados foram obtidos por aqueles países que, no início da década de 80 apresentavam já as taxas de inflação mais baixas. É o caso da R.F.A., Holanda, Bélgica e Luxemburgo, contribuindo para uma desaceleração mais rápida das taxas de crescimento dos salários reais e nominais per capita. No caso concreto da R.F.A. e da Holanda, verificou-se que estes países tiveram oportunidade de ver a descida da inflação favorecida pela apreciação das respectivas moedas, mantendo ao mesmo tempo a competitividade externa inalterada dada a descida acentuada dos custos salariais, enquanto a Bélgica e Dinamarca tiveram de proceder a desvalorizações. Outros resultados notáveis foram obtidos pela Irlanda e Reino Unido (conseguem passar de taxas de inflação superiores a 16% no início da década para valores médios de 5%), França e Itália (registre-se que a Itália detinha um dos mais altos níveis de inflação em 1980, cerca de 20%, encontrando-se, ao contrário dos outros países em fase de pleno crescimento económico). Em todos os casos, o denominador comum foi a implementação de políticas anti-inflacionistas rigorosas.

Finalmente, em termos de performances anti-inflacionistas, encontramos na cauda do pelotão os países meridionais que, mercê de várias convulsões económicas, políticas e sociais, não conseguiram grande sucesso na adaptação das suas estruturas produtivas.

Depois das convulsões económicas que caracterizaram a década de 70 e das penosas transformações levadas a cabo na primeira metade dos anos 80, a economia mundial começava a colher os frutos da retoma que se aproximava. A economia comunitária beneficiou duma melhoria inesperada dos seus termos de troca e de forte aceleração do crescimento económico. No que respeita às variáveis de política económica, a convergência começa a fazer-se sentir: as taxas de crescimento dos preços e salários continuam a decrescer, e a estabilidade cambial aparece como um dado adquirido.

Em 1986, a baixa substancial dos preços do petróleo associada à desvalorização do dólar, concedeu um forte impulso ao processo de convergência das economias; através da análise do Gráfico 1, pode verificar-se que a taxa média de inflação que chegou aos 13% em 1980, se cifrava nos 4% em 1985, verificando-se igualmente uma redução do diferencial entre os países. Convém, no entanto, referir que as disparidades continuavam muito acentuadas, pois, embora tivessem reduzido para mais de metade a taxa média de inflação em relação ao início da década, os países mais atrasados (Portugal, Grécia) mantinham um diferencial de 10 pontos percentuais, aproximadamente, em relação à média comunitária, apesar de serem aqueles onde os custos salariais tinham registado um maior decréscimo. As melhores performances foram as realizadas pelas economias espanhola e irlandesa, sendo de realçar ainda mais esta última, dada a sua estreita inter-relação com a economia inglesa, onde o comportamento desinflacionista não foi tão acentuado.

Gráfico 1: Evolução do Deflactor do Consumo Privado, para o conjunto EUR12.



Fonte: Serviços da Comissão, Previsões Económicas, Outubro, 1993.

A situação volta a inverter-se quando passamos para a análise do período compreendido entre 1986 e 1992: em finais da década de 80, os resultados obtidos pela Comunidade em matéria de inflação tinham começado a registar indícios de uma deterioração, pelo que as respectivas taxas de inflação atingiram os valores mais elevados na passagem de 1990 para 1991. Tal facto, que coincide com a implementação da primeira fase da UEM, terá a ver, provavelmente, com as perturbações que se verificavam na conjuntura económica internacional, nomeadamente com as consequências da Crise do Golfo Pérsico, e com o rescaldo da Reunificação Alemã, que acabou por afectar o conjunto da economia comunitária. O aumento da procura induzida pelos novos Lander gerou pressões inflacionistas nos Doze, atenuando os bons resultados conseguidos nos anos anteriores.

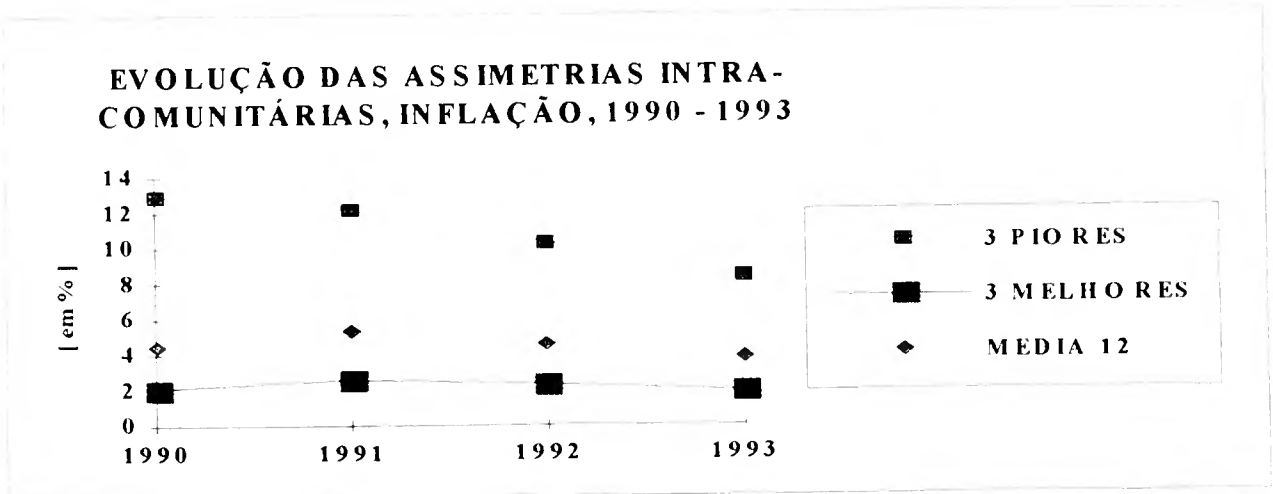
A partir de 1992, a inflação retoma a sua tendência decrescente, diminuindo igualmente os desvios médios entre a performance dos países, mercê do bom comportamento dos países menos desenvolvidos. Convirá no entanto referir que a fase de desaceleração da inflação coincide com o agravamento da recessão que afectou o mundo industrializado, provocando uma redução inquévoca do crescimento económico. Por outro lado, a falta de coordenação que rodeou a implementação das várias políticas nacionais, nesta primeira fase da UEM, impediu que, mesmo na presença de severos programas de convergência, cujas consequências ainda não são conhecidas na totalidade, os resultados fossem brilhantes, como aliás poderá ser verificado pela análise do Quadro I e do Gráfico 2.

Quadro 1: Evolução da Inflação nos E-M, 1990-93, medida pelo Deflactor do Consumo Privado.

	1990	1991	1992	1993
BEL	3,1	2,9	2,4	2,8
DIN	2,6	2,5	1,9	1,4
ALE	2,8	3,8	4,7	4,3
GRE	19,7	18,4	14,9	13,7
ESP	6,4	6,2	6,4	4,7
FRA	2,9	3	2,4	2,3
IRL	1,6	2,3	2,6	2,3
ITA	5,2	6,9	5,4	4,4
LUX	3,6	2,9	2,8	3,6
HOL	2,2	3,4	3	2,1
POR	12,6	11,1	9,7	6,7
RUN	5,3	7,2	4,7	3,4
EUR 12	4,5	5,3	4,6	3,8

Fonte: Serviços da Comissão, Previsões Económicas, Outubro, 1993.

Gráfico 2: Evolução das Assimetrias Intra-Comunitárias, Inflação, 1990-93



Fonte: Idem Quadro 1.

Se, à semelhança do que fizemos para o primeiro período em estudo, fossemos aplicar os Critérios de Maastricht, verificaríamos que, em 1993, apenas três países estariam em condições de respeitar as exigências em termos de inflação: fazendo a média das três economias que registam taxas de inflação mais baixas (Dinamarca: 1,4%; Holanda: 2,1% e França: 2,3%), e somando o ponto e meio percentual previsto, obteríamos um valor padrão de 3,4%; nestas condições, para além dos países referidos, apenas o Reino Unido e

a Bélgica satisfariam os requisitos, ficando a própria Alemanha reunificada de fora.

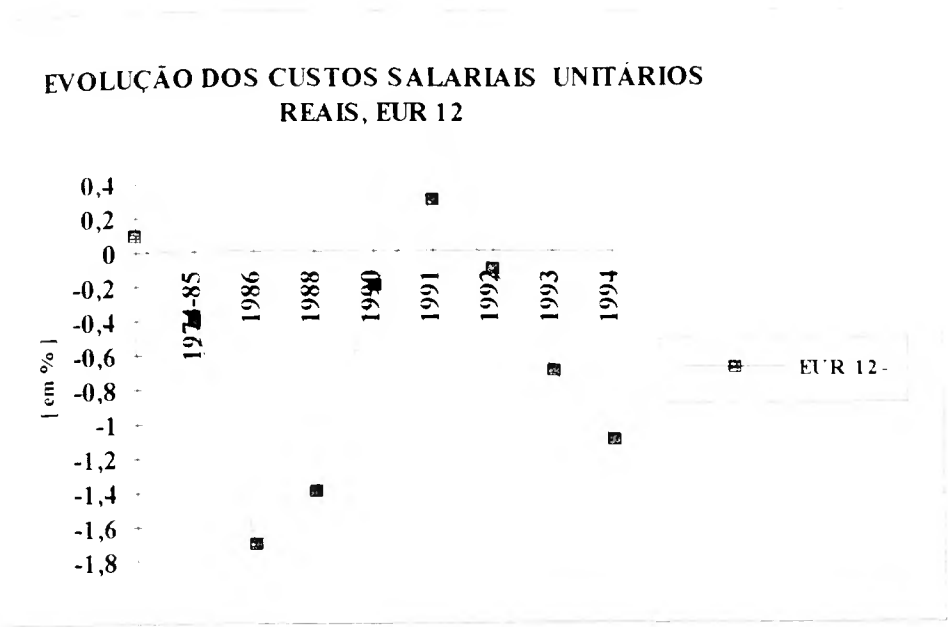
Quanto aos países meridionais, com excepção da Espanha, facilmente se verifica que para Portugal (6,7%) ou Grécia (13,7%), a convergência das taxas de inflação, mau grado os sacrifícios realizados, ainda se apresenta como um longo caminho a percorrer. Veja-se, a propósito, os Gráficos 1A e 2A, do Anexo, onde se tentou representar a trajectória dos países europeus em direcção à área de convergência definida pelo Tratado da União Europeia.

Relativamente aos custos salariais, verifica-se que, após terem registado uma subida muito acentuada em 1991 (especialmente, na Grécia, Espanha, Itália, Portugal e Reino Unido), começaram a exercer uma menor pressão sobre os níveis de inflação em todos os países, conforme se poderá verificar através da análise do Gráfico 3, na página 39. Tal tendência é explicada, fundamentalmente, pelo comportamento dos sectores de bens transaccionáveis, sujeitos à concorrência externa e, por isso, forçados a proceder a ajustamentos estruturais importantes, visando promover o aumento da produtividade. Como, no entanto, os aumentos salariais verificados nestes sectores se transmitem aos não transaccionáveis, onde a produtividade é menor, o nível de inflação global acaba por ser mais elevado.

Em conclusão, dos dados apresentados, poderá inferir-se a persistência de uma tendência para a convergência das taxas de inflação entre as economias que compõem a CEE em períodos de crescimento económico mais intenso. No entanto, e tal facto poderá justificar em parte a preocupação em implementar políticas económicas de índole mais restritiva, as mesmas taxas revelam, com excepção do primeiro período em análise (1960-1973) uma tendência ascendente em fases de recuperação da actividade económica.

Em períodos de desaceleração do crescimento, e particularmente perante a presença de choques externos de grande amplitude (as repercussões do aumento dos preços do petróleo, por exemplo), é nítida uma resposta diferenciada por parte dos países envolvidos, correspondente aos diferentes níveis de desenvolvimento económico. Tal constatação poderá justificar a necessidade de uma abordagem alternativa aos princípios que orientam o processo de integração europeia.

Gráfico 3: Evolução dos Custos Salariais Unitários Reais, EUR12



Fonte: Idem Quadro 1.

II.2.2 Taxas de Juro Nominais de longo prazo

Continuando a ser utilizadas como um dos principais instrumentos de combate à inflação na maior parte dos países, a variabilidade das taxas de juro de longo prazo na Comunidade, que deveria, segundo as Disposições do Tratado de Maastricht, traduzir o carácter duradouro da convergência, acompanhou o comportamento das taxas de inflação.

Assim, durante o período de 1961-70, as taxas de juro nominais de longo prazo mantiveram-se por volta dos 7%, registando a CEE-12 uma taxa média de 6,7%⁴⁰. Convém no entanto referir a eventual imprecisão que poderá existir nestes dados, uma vez que as fontes utilizadas nem sempre coincidem. Os desvios entre os países não são muito relevantes, cifrando-se a Dinamarca, em face da escassez de dados disponíveis, como o país que registava as taxas médias mais elevadas neste período.

⁴⁰ Cf. dados retirados de *Économie Européenne*, nº 55, " Les grandes orientations des politiques économiques et rapport sur la convergence", Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros; Bruxelas; 1993; p. 163 (Anexo Estatístico).

Se pretendessemos aplicar os critérios definidos em Maastricht, iríamos escolher os três países com taxas mais baixas: França [6,5%], Holanda [5,6%] e Bélgica [6,3%], obtendo uma taxa média de 6,1%.; juntando os 2 pontos percentuais referidos pelo Tratado, obteríamos um limite máximo de 8,1%. Nestas condições, verifica-se que, dos países que apresentavam dados para análise, apenas a R.F.A. não se encontrava dentro da área de convergência.

No período seguinte, 1974-85, a situação altera-se consideravelmente, pelo que as taxas de juro registam aumentos acentuados, traduzindo a reacção das economias às consequências das crises petrolíferas, nomeadamente no seu efeito sobre o nível da taxa de inflação. Assim, tomando como referência a taxa média do período de 1971-80⁴¹, aparecem-nos agora como os países mais eficientes a R.F.A. (fazendo supôr que seria o único país comunitário que procedeu a adaptações na sua estrutura produtiva, visando reagir às modificações do ambiente económico), a Holanda e a Bélgica, encontrando-se num intervalo de 8-8,7%, enquanto a Irlanda e a Dinamarca se cifravam como os menos cumpridores, chegando a ultrapassar os 14%.

A partir do início da década de 80, regista-se uma inversão na tendência: a taxa de juro média de longo prazo na Comunidade desceu de cerca de 15% em 1981 para 9% em 1988⁴², após o que a situação se torna a inverter devido, fundamentalmente, à adopção de políticas monetárias restritivas, expectativas inflacionistas na Alemanha e receios de uma certa penúria de capitais a nível mundial. A partir de 1990 regista-se novamente uma redução generalizada das taxas de juro de longo prazo, situando-se a média comunitária em cerca de 8%. Vejam-se, a propósito, o Quadro 2 e o Gráfico 4, apresentados na página seguinte.

⁴¹ Cf. op. cit., p.163.

⁴² Cf. op. cit., p. 163.

Quadro 2: Evolução das Taxas de Juro Nominais de Longo Prazo, 1990-93

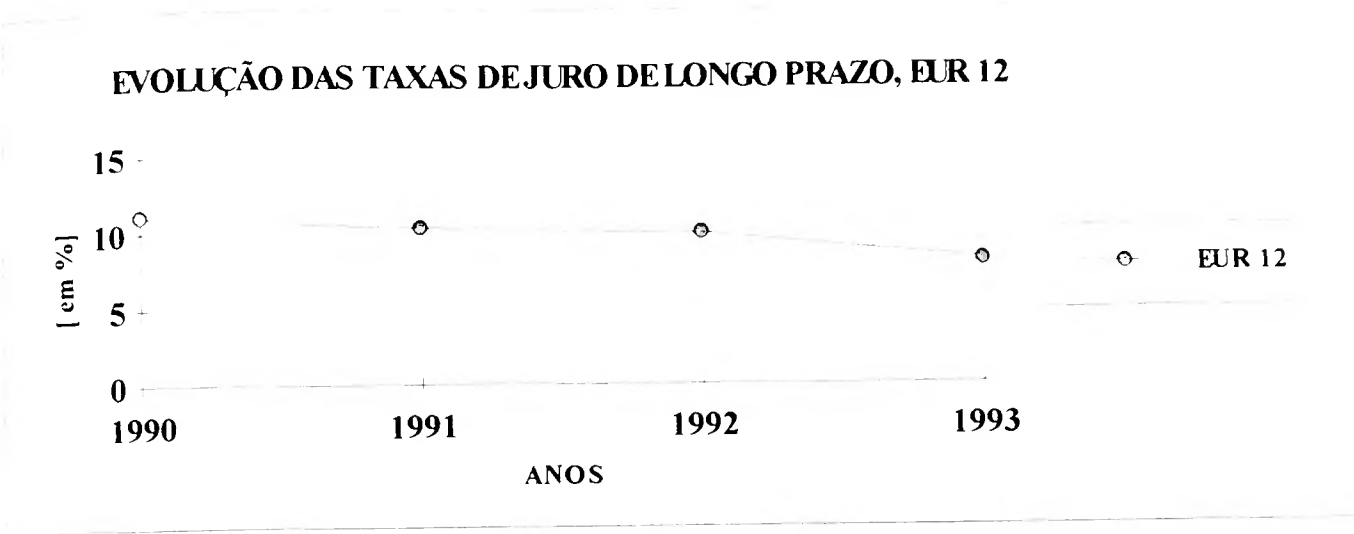
	1990	1991	1992	1993
BEL	10,1	9,3	8,6	7,3
DIN	11	10,1	10,1	8,9
ALE	8,9	8,6	8	6,3
GRE	-	-	-	-
ESP	14,7	12,4	12,2	10,2
FRA	9,9	9	8,6	6,8
IRL	10,1	9,2	9,1	7,7
ITA	13,4	13	13,7	11,3
LUX	8,6	8,2	7,9	6,9
HOL	9	8,9	8,1	6,7
POR	16,8	17,1	15	12,4
RUN	11,1	9,9	9,1	7,9
EUR 12	11	10,2	9,9	8,1

NOTA: Dadas as diferenças entre as definições de Taxa de Juro para os diferentes países, julga-se útil uma explicitação das variáveis em causa:

- BEL:** Obrigações do Tesouro, a mais de 5 anos
- DIN:** Obrigações do Tesouro e Hipotecárias
- ALE:** Obrigações do Sector Público em circulação
- GRE:** Obrigações do Tesouro
- ESP:** Obrigações do Tesouro a 2 ou mais anos
- FRA:** Obrigações do Tesouro a 7 ou 10 anos
- IRL:** Obrigações do Tesouro, 15 anos
- ITA:** Obrigações do Sector Público em circulação
- HOL:** Rendimento de 5 Obrigações do Tesouro com o maior prazo de vencimento
- POR:** Obrigações a mais de 5 anos
- RUN:** Obrigações a 20 anos
- EUR:** Média dos 12 Estados Membros, ponderada pelo respectivo PIB

Fonte: Idem Quadro 1.

Gráfico 4: Evolução das Taxas de Juro de Longo Prazo, EUR12



Fonte: Idem Quadro 1.

Esta evolução traduz igualmente uma certa convergência entre os E-M, resultado de um combate vigoroso contra a inflação levado a cabo pela maioria dos governos nacionais, a que se deverão juntar alguns progressos em matéria de integração financeira intracomunitária e um crescimento lento a nível internacional. Embora descontando alguma falibilidade em resultado da falta de homogeneidade nas fontes estatísticas, poder-se-á, com base nas taxas de juro de longo prazo dos Estados que apresentaram os melhores resultados em termos de inflação em 1993 (Dinamarca, França e Holanda), situar o intervalo de referência entre 8,7% e 10,9%, tendo a maior parte dos países registados taxas de longo prazo inferiores ao valor máximo do intervalo, conforme o demonstram os Gráficos 1A e 2A, do Anexo. Convém, no entanto, referir que, a menos que os países que apresentam os maiores níveis para as taxas de juro consigam dar uma imagem mais possante e de melhor performance das suas economias, os especuladores e investidores deverão continuar a incorporar prémios de risco de câmbio significativos nas taxas a longo prazo respectivas. E, neste caso, embora necessária, a convergência nominal não será suficiente para sossegar os agentes económicos mais activos.

II.2.3 O equilíbrio das Finanças Públicas

Num contexto de crescimento económico acelerado e equilíbrio de todos os agregados macroeconómicos, a política orçamental registava os mesmos progressos da política monetária, no sentido da convergência. Se aplicássemos os critérios de estabilidade orçamental previstos em Maastricht, iríamos verificar que, durante o período de 1961-73⁴³, todos os países estavam em condições de participar em pleno no processo de União Económica e Monetária, pelo menos no que respeita ao montante do défice público. A única excepção seria a Irlanda, que apresentava um défice médio de 3,7%⁴⁴, para um conjunto europeu que no período em causa se cifra, em média, por uma necessidade de financiamento de 0,5% para o seu sector público⁴⁵.

No período seguinte, 1974-1985 caracterizado pela degradação geral do ambiente económico, o défice orçamental agrava-se em todos os países, passando a média comunitária, que registava um equilíbrio entre as despesas e receitas públicas no período anterior, para um défice de 4,1%, aproximadamente⁴⁶. Convirá destacar, no entanto, a excelente performance das economias dinamarquesa e luxemburguesa que conseguem mesmo apresentar um excedente nas suas contas públicas.

Para resolver este problema, a saída de situações de altos níveis de endividamento público foi feita através do recurso à inflação, num contexto de taxas de juro reais muito inferiores às taxas de crescimento das economias, com os movimentos dos mercados financeiros muito controlados. A liberalização dos movimentos de capitais, no contexto do mercado único, já não permite este tipo de situações.

Assim, se bem que ao longo dos anos 80 se tenha assistido a um relativo equilíbrio dos principais agregados orçamentais, os primeiros anos da década de 90 registaram uma deterioração significativa, mesmo descontando a influência dos factores cíclicos, como se verifica através da análise dos Gráficos seguintes:

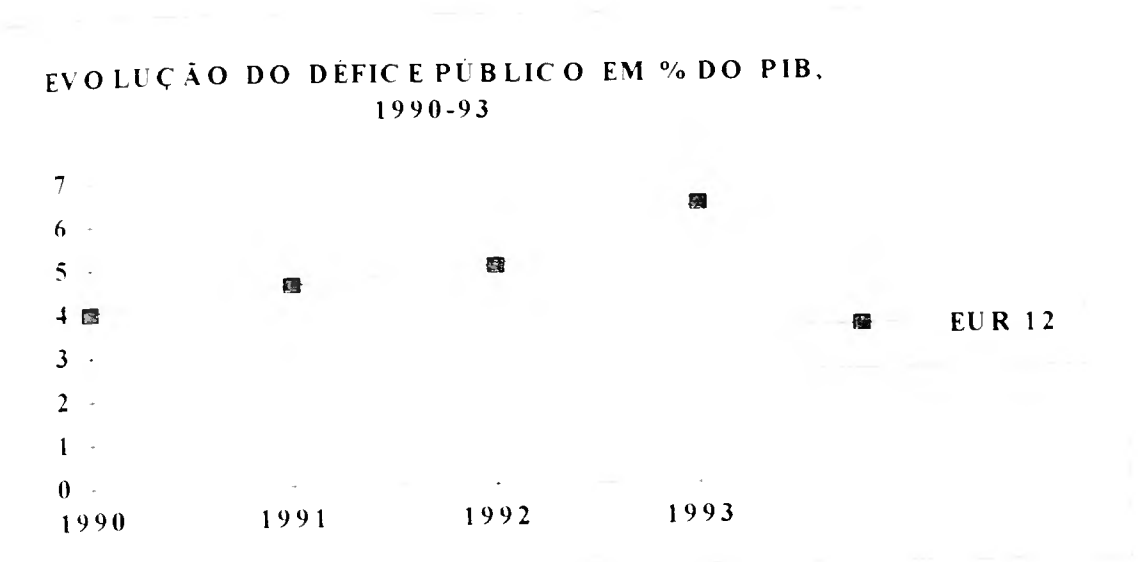
⁴³ Cf. op. cit., pp. 175- 187.

⁴⁴ Cf. op. cit., p. 182.

⁴⁵ Cf. op. cit., p. 175.

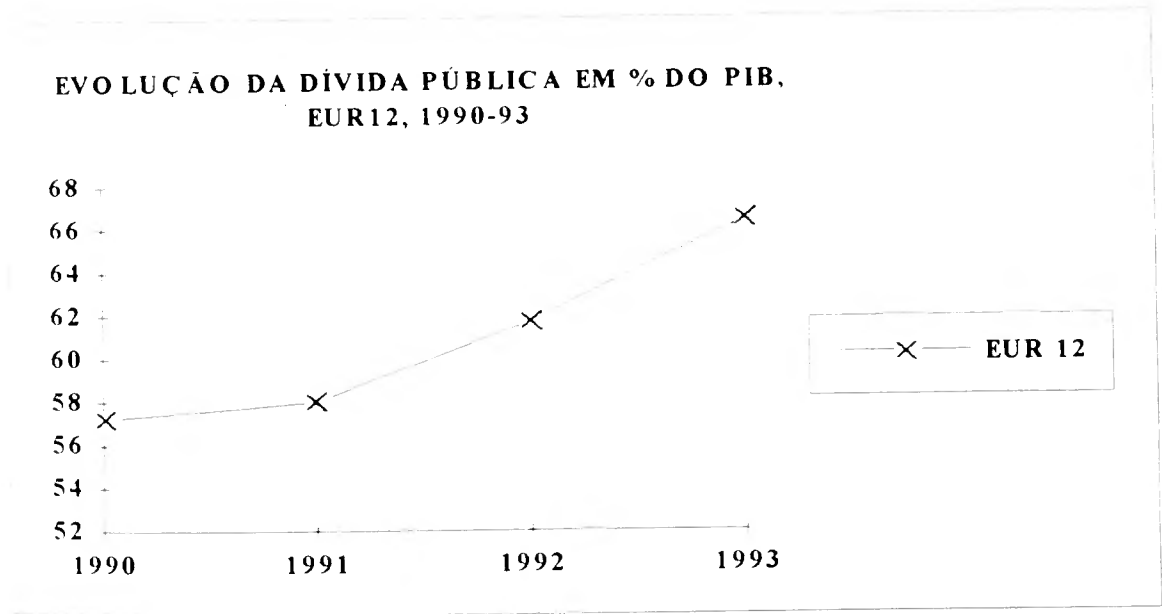
⁴⁶ cf. op. cit., p. 175.

Gráfico 5: Evolução do défice público em % do PIB, EUR12, 1990-93



Fonte: Relatório Anual da Comissão das Comunidades Europeias; 1994; in "Économie Européenne", nº 55.

Gráfico 6: Evolução da dívida pública em % do PIB, EUR12, 1990-93



Fonte: Idem Gráfico 5.

Esta deterioração está patente nos resultados dos vários países membros em 1993: os mais afectados foram a Alemanha (revelando, em parte, a factura da Reunificação) a Dinamarca, a França e o Reino Unido, embora estes efeitos possam ser atenuados, dado o baixo nível do défice anterior; em Espanha e Portugal, apesar dos esforços realizados, o aumento do défice foi

significativo. Registe-se, por outro lado, a prestação positiva da Irlanda, Luxemburgo e Holanda, enquanto os mais afectados, Bélgica e Itália, prosseguiram os seus esforços de consolidação, sem conseguir alterar, no entanto, o sentido ascendente.

No que respeita aos critérios previstos em Maastricht, apenas a Irlanda e o Luxemburgo se encontravam em condições de aceder à 3ª fase da UEM, apresentando valores inferiores aos 3% previstos, enquanto, no início dos anos 90, seis países estavam em condições de integrar o pelotão da frente. Por este exemplo se verifica que a convergência nominal não se dá muito bem em climas de recessão económica. Embora a implementação de todos os programas de convergência económica preveja como um dos objectivos fundamentais a redução e estabilização dos valores do défice e da dívida públicos em relação ao PIB, a consecução destas metas tem ficado muito aquém do previsto; refira-se, a propósito, que pese embora o esforço da grande maioria dos governos nacionais em realizar os ajustamentos necessários, o abrandamento do crescimento económico, às vezes associado a elevados níveis das taxas de juro e respectivas consequências gravosas sobre o nível de investimento, inviabilizou por completo os objectivos propostos.

Convirá no entanto referir que a evolução registada nos saldos primários (saldos orçamentais não incluindo o pagamento de juros) constitui uma prova da determinação dos governos em reduzir os défices. Verifica-se assim que a maioria dos E-M com grandes desequilíbrios orçamentais apresenta na realidade saldos primários positivos, traduzindo a tomada de medidas de ajustamento. Tais esforços são particularmente notáveis em Itália (o saldo primário registou uma melhoria de 2 pontos percentuais em 91-93) enquanto o excedente primário continua a ser considerável na Bélgica, Dinamarca, Irlanda e Holanda, embora numa tendência decrescente⁴⁷.

Poderá dizer-se que a evolução do nível da dívida pública reflecte o comportamento das finanças públicas no passado, o crescimento real e a inflação. Pela análise dos Quadros 12A e 13A, do Anexo, verifica-se que cinco estados membros [Alemanha, Espanha, França, Luxemburgo e Reino Unido] apresentaram um rácio Dívida Pública/PIB inferior a 60% durante a 1ª fase da UEM. No entanto, o referido rácio está a deteriorar-se em todos os países

⁴⁷ Cf. "Previsões Económicas do Outono de 1994"; Comissão das Comunidades Europeias; 1994; in *"Relatório Anual sobre os progressos em matéria de convergência"*; 1994;p.16.

seleccionados; a Irlanda e Portugal registaram progressos significativos na redução do seu rácio até 1992, deteriorando-se em seguida; a Dinamarca conseguiu reduzi-lo consideravelmente durante a década de 80, evidenciando no entanto uma evolução ascendente no início dos anos 90. Na Bélgica, Grécia e Itália, o rácio Dívida Pública/PIB regista novamente um rápido crescimento, situando-se acima dos 100% em 1992 e 1993. Esta evolução poderá ser comprovada através da análise dos Gráficos 3A e 4A, do Anexo, que representam a trajectória dos vários países comunitários, no que respeita aos critérios de ordem orçamental, entre 1990 e 1993.

II.2.4 A estabilidade cambial

Criado em 1979 pela necessidade de implementar uma zona de estabilidade cambial entre os países que então formavam a CEE, poderá dizer-se que o SME funcionou de forma relativamente segura até Setembro de 1992, tendo permitido a manutenção de taxas de câmbio mais estáveis no seio da Comunidade, ao mesmo tempo que obrigava os países à imposição de uma certa disciplina no controle da inflação, pois, na presença de restrições à utilização do instrumento taxa de câmbio, o aumento dos níveis de inflação traduzia-se em perdas de competitividade e ajustamentos severos no mercado de trabalho. No entanto, o SME comportava igualmente uma forte componente assimétrica (a economia mais forte, a alemã, com taxas de inflação mais baixas, acabava sempre por beneficiar da disciplina imposta, podendo manter a sua moeda apreciada sem perdas de competitividade), e, num contexto de degradação do ambiente económico, tornavam-se mais visíveis as divergências existentes entre as várias economias.

Assumindo o faseamento temporal proposto por **A.Mendonça** (1994)⁴⁸, é possível distinguir três períodos distintos no funcionamento do Sistema Monetário Europeu (SME):

- um primeiro período, compreendido entre Março de 1979 (data da sua fundação) e Setembro de 1987;
- um segundo período, que vai desde Setembro de 1987 até Janeiro de 1992;
- uma última fase, entre Junho de 1992 e Agosto de 1993.

⁴⁸In " O Sistema Monetário Europeu: Passado, Presente e Futuro"; A.Mendonça; Documento de Trabalho nº5 de 1994, CEDIN - ISEG; p. 28.

A.Mendonça considera o primeiro período marcado por uma certa irregularidade, uma vez que coincide, em termos de ambiente macroeconómico, com a persistência de divergências significativas entre os países membros: elevados níveis de inflação e défices orçamentais ou disparidades no comportamento da Balança de Transacções Correntes⁴⁹. Ao todo, durante o período em causa, foram efectuados onze realinhamentos de paridades, e uma revisão do cabaz do ECU, em consequência da entrada no mesmo do dracma grego.

Em termos de política económica, este período é caracterizado pela acentuação do combate concertado (leia-se tentativa de implementação de políticas económicas, particularmente monetárias, comuns) contra a inflação, em detrimento de políticas destinadas à sustentação da procura interna, sendo dado igualmente início à utilização do ECU para transacções privadas.

A.Mendonça considera ainda possível a divisão deste período em dois sub-períodos distintos: de Março de 1979 até Setembro de 1984, caracterizado pelo impacto da recessão que se tinha instalado em consequência dos choques petrolíferos (verificaram-se sete realinhamentos de paridades) e pela valorização do dólar norteamericano em relação às principais moedas europeias. O segundo sub-período (que vai desde o último trimestre de 1984 até Setembro de 1987) pode ser identificado pela implementação das primeiras medidas de ajustamento no funcionamento do SME, aceleração do ritmo da actividade económica; essas medidas visam o início da utilização do ECU nas relações entre os Bancos Centrais europeus e o aperfeiçoamento do mecanismo de intervenção do SME no sentido de evitar os movimentos especulativos, no contexto de um acréscimo na liberalização dos movimentos de capitais.

Verificam-se quatro realinhamentos de paridades ao longo deste sub-período, emergindo como moedas mais fortes o marco alemão, o florim holandês e o franco belga⁵⁰.

Um segundo período no funcionamento do SME foi caracterizado por uma relativa estabilidade, no contexto da recuperação da actividade económica internacional e da melhoria dos principais agregados

⁴⁹Vejam-se os pontos anteriores do presente Capítulo, onde é caracterizada a evolução dos principais agregados monetários e financeiros.

⁵⁰Sujeitos, respectivamente, a 7, 6 e 4 revalorizações.

macroeconómicos (essencialmente, de ordem monetária e financeira), com excepção dos níveis de desemprego.

O SME funciona de forma regular, tendo os realinhamentos ocorridos sido devidos à entrada da lira italiana na margem estreita do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC), enquanto três novas moedas passavam a integrar a banda larga (6%): a peseta espanhola (Junho de 1989), a libra esterlina (Outubro de 1990) e o escudo português (Abril de 1992).

Este período corresponde igualmente à época de maiores progressos institucionais no caminho da UEM, consubstanciados na publicação do Relatório Delors (1988), que serviria de base à elaboração do Tratado de União Europeia (TUE), onde estão definidos os principais critérios de passagem à fase final da UEM.

Finalmente, o 3º período começa no contexto de uma inversão na tendência do crescimento da economia internacional, contribuindo para a estagnação do processo de convergência económica das economias europeias, com reflexos a nível da estabilidade cambial: desde o aumento significativo do défice orçamental italiano (em 1992) e consequentes pressões para a desvalorização da lira, até ao processo de reunificação alemã, que acabou por determinar a subida das taxas de juro de todas as moedas do SME⁵¹, foi desencadado um surto especulativo contra a lira, franco francês, libra esterlina e peseta, a que veio juntar-se a depreciação do dólar, em Março de 1991.

Um novo realinhamento de paridades, em Setembro de 1992, traduzido na desvalorização da lira em cerca de 3,5% não resolveu os problemas, evidenciando a natureza estrutural destes últimos, pelo que o clima de tensão se manteve, obrigando os Bancos Centrais a intervenções maciças nos mercados de câmbios para segurar as paridades da lira, libra e peseta, até que a lira e a libra suspendem a sua adesão ao MTC, a peseta desvaloriza 5%, para, em Novembro do mesmo ano, se assistir a um novo realinhamento traduzido em nova desvalorização da peseta, e do escudo, em cerca de 6%, seguindo-se a libra irlandesa em Janeiro de 1993 (10%).

⁵¹Com evidentes repercussões negativas para o crescimento do investimento de algumas economias, com destaque para o Reino Unido, que tinha entrado na fase de desaceleração do ciclo económico mais cedo do que os seus parceiros comunitários.

A situação continua a deteriorar-se, pelo que, em Julho de 1993, cinco das nove moedas que faziam parte do MTC (franco belga, franco francês, coroa dinamarquesa, escudo e peseta) sofram pressões cada vez mais fortes, obrigando os respectivos Bancos Centrais a dispenderem entre 50 e 70 milhões de marcos para sustentarem as correspondentes cotações⁵².

Finalmente, face à impotência generalizada na resolução do problema, toma-se, em Agosto de 1993, a decisão mais drástica desde a constituição do SME: o alargamento temporário das margens de flutuação no seio do MTC para $\pm 15\%$, ficando de fora o marco alemão e o florim holandês, que mantém a margem bilateral de flutuação de $\pm 2,25\%$.

Quais as conclusões a retirar de todo este processo?

Alguns postularam o fim do SME; não partilhamos dessa posição tão radical, embora nos pareça evidente que o cumprimento dos critérios de estabilidade cambial definido pelo TUE está completamente fora de questão, pelo menos nos prazos previstos.

Na nossa perspectiva, e embora uma decisão desta ordem tenha sido, provavelmente, a única forma de evitar a derrocada pura e simples do SME, julgamos que as perturbações que marcaram o funcionamento do mesmo nos últimos anos, derivam directamente dos pressupostos teóricos que orientam o cerne do processo de integração europeia; a aposta excessiva na convergência das variáveis de ordem monetária e financeira, na presença de níveis de desenvolvimento económico muito diferenciados, como meio para assegurar uma integração coerente e solidária.

Tal como refere **M.Farto**⁵³, convém distinguir entre uma causa próxima e uma causa profunda para o descontrolo do SME: a primeira tem a ver com o comportamento especulativo dos agentes económicos e com a incapacidade das autoridades monetárias em dominar os fluxos de capitais de curto prazo, enquanto a segunda, de cariz mais estrutural, poderá ser encontrada na fragilidade dos argumentos teóricos com que se procura orientar o processo de integração: se as diferenças profundas de desenvolvimento entre as economias do espaço comunitário poderão ser parcialmente dissimuladas em

⁵²Cf. A.Mendonça, op.cit., p. 44.

⁵³In " A União Económica e Monetária e a Crise do SME"; M.Farto; Documento de Trabalho nº5, 1994; CEDIN - ISEG; p. 28.

épocas de crescimento económico, os períodos de recessão trazem para a luz do dia as dificuldades na coordenação de políticas económicas que servem interesses diferenciados, conforme o nível de desenvolvimento dos países envolvidos.

II.3 Análise da Convergência Real

Muitos economistas têm sustentado que a assinatura do Tratado de Maastricht terá subordinado, na prática, a Convergência Real (CR) à Convergência Nominal (CN), comprometendo seriamente a possibilidade de redução das assimetrias entre os países membros e respectivas regiões.

Embora esta questão venha a ser debatida com mais pormenor no Capítulo IV, convém analisar de forma generalizada a evolução da denominada CR, interpretando-a aqui no seu sentido mais restrito⁵⁴, traduzida pelos indicadores usualmente aceites, como o comportamento do nível de emprego/desemprego e, principalmente, a evolução das taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita, medido em paridades do poder de compra.

II.3.1 A evolução das disparidades de rendimento

Quando se fala em disparidades, a primeira noção que nos serve de base de comparação, e um dos sustentáculos da convergência real, é a diferença entre os rendimentos per capita entre as várias regiões da Comunidade. Esta questão tornou-se ainda mais premente com o alargamento da Comunidade Europeia aos países mediterrânicos.

A análise a longo prazo, desde o início da década de 60 até aos primeiros anos da década de 90 das tendências evolutivas do PIB per capita revela 3 fases distintas:

⁵⁴ A análise da CR em sentido amplo será efectuada no Capítulo III, segundo as premissas por nós avançadas no Capítulo I.

- um período de convergência entre os E-M e entre regiões, que terminou na altura da recessão económica ocorrida em meados dos anos 70;

- um período em que este processo de convergência foi interrompido pelo ritmo de crescimento mais lento e pelas recessões a nível nacional e comunitário, sendo substituído por uma fase regressiva em que as disparidades inter-regionais regressam aos níveis do início dos anos 70, ou mesmo a uma fase anterior;

- um período que se inicia a partir da segunda metade dos anos 80, e que coincide com a retoma de um crescimento vigoroso no seio da economia comunitária; esta fase, que se prolonga até ao início dos anos 90, é caracterizada pela diferença positiva entre o crescimento dos países mais atrasados, a denominada Europa dos 4⁵⁵, e o crescimento da média comunitária.

Se formos analisar mais pormenorizadamente cada um dos períodos referidos, verificamos que entre 1960 e 1973, se observou uma redução notável das disparidades regionais medidas pelo PIB per capita. O ritmo de crescimento dos diferentes E-M e o seu nível de rendimento relativo evoluíram no sentido de uma nítida convergência do rendimento gerado, quer seja analisado por habitante, quer por pessoa ocupada, diminuindo as disparidades em cerca de 1/3⁵⁶. Como já foi referido, este período de convergência caracterizou-se por taxas de inflação relativamente baixas, taxas de câmbio estáveis, desemprego reduzido e equilíbrios internos e externos. Convirá, no entanto, referir que a convergência de rendimentos neste período foi devida não só ao ritmo superior de crescimento das regiões menos favorecidas, mas também à forte intensidade dos movimentos migratórios inter-regionais.

A partir dos anos 70, a situação inverte-se radicalmente, caracterizando-se agora por um crescimento fraco, importantes divergências nominais e profundos desequilíbrios internos e externos que afectam todos os países envolvidos. Ao mesmo tempo, verificam-se divergências acentuadas na evolução demográfica natural das populações, pois enquanto no período 1960-73 a evolução demográfica dos 4 países mais fracos correspondia a cerca de

⁵⁵ Composta por Portugal, Espanha, Grécia e Itália.

⁵⁶ Dados retirados de " Les Régions de la Communauté élargie" (1987): Troisième Rapport sur la situation et évolution socio-économique des Régions de la Communauté; Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo; p. 55- 63.

metade da média comunitária, a partir dos meados da década de 70 e até 1985, o crescimento demográfico abrandou nos países mais fortes, continuando a crescer de forma contínua nos mais atrasados; simultaneamente, os movimentos migratórios regionais reduziram-se substancialmente. Neste contexto, e segundo estudos realizados pela Comissão Europeia⁵⁷, para evitar que as disparidades a nível de rendimento se acentuassem, o produto nacional das economias mais desfavorecidas deveria registar uma diferença de, pelo menos, meio ponto percentual anual em relação aos outros países. No entanto, a partir de 1973, a Europa dos 4 conseguiu apenas um crescimento do produto de 2% ao ano, contra 1,6% da Europa dos 8⁵⁸, uma margem demasiado fraca para compensar a evolução demográfica verificada.

No seu conjunto, os países da Europa dos 4 reagiram ao choque petrolífero tentando manter uma taxa de crescimento elevada por meio de políticas económicas expansionistas que lhes permitissem atenuar os efeitos devastadores da desaceleração do crescimento económico global. No entanto, este processo, na ausência de ajustamentos estruturais mais profundos, e de difícil implementação em período de crescimento mais lento, acabou por gerar uma espiral inflacionista e a consequente emergência de desequilíbrios internos e externos que, a médio prazo, se tornaram insustentáveis.

Esta fase de estagnação ou até de regressão no processo de reaproximação das duas Europas, manteve-se no decorrer da primeira metade da década de 80: os oito países mais poderosos continuaram a evoluir de forma semelhante, mantendo as suas posições relativas. Merecem, no entanto, alguns comentários o comportamento das economias britânica e irlandesa: enquanto o Reino Unido registou uma degradação progressiva da posição da sua economia até 1980, chegando a situar-se abaixo da média comunitária, a Irlanda, que não participara de forma muito activa no processo de crescimento da década de 60, consegue acelerar o ritmo de crescimento após o choque petrolífero e a sua entrada para a Comunidade.

A partir de 1986, a situação começa a registar melhorias sensíveis, destacando-se o período que medeia entre 1986 e 1990 como o espaço temporal em que mais se atenuaram as disparidades em matéria de

⁵⁷ Cf. " As Regiões na Década de 90" (1991); Quarto Relatório Periódico relativo à situação sócio-económica e ao desenvolvimento das Regiões da Comunidade; Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo; p. 41.

⁵⁸ Europa dos 8: Reino Unido, R.F.A., Bélgica/Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, França, Itália.

rendimentos no seio da Comunidade Europeia, de acordo com os dados apresentados no Quadro 10A, do Anexo. Como também se poderá verificar através do Quadro 3, na página 54, a segunda metade da década de 80 marca a retoma do processo de convergência real na Comunidade, apoiado por um crescimento económico vigoroso a nível global: o nível de vida aumentou consideravelmente, tendo o PIB per capita registado um aumento de cerca de 25% no final da década em relação a 1980.

Conforme se poderá deduzir da análise do Quadro 3 e do Gráfico 7, verifica-se no entanto a persistência de importantes diferenças entre os E-M no que diz respeito ao PIB per capita, calculado com base nas paridades do poder de compra: enquanto alguns países mais ricos (Dinamarca, França e Luxemburgo) registam valores superiores em cerca de 10% à média comunitária, a Grécia apenas conseguiu atingir 48% do nível de rendimento médio, tendo a Espanha e Portugal efectuado um esforço de recuperação notável desde a sua adesão à Comunidade (registre-se que estes países passam de um PIB per capita que representava respectivamente 70% e 51% da média comunitária em 1985, para 78% e 62% em 1993). O processo de recuperação da Irlanda foi análogo ao dos dois países ibéricos, tendo, na última década, reduzido a diferença do seu rendimento per capita em relação à Comunidade em mais de 10 pontos percentuais. A Grécia, por seu lado, continua a revelar-se como detentora das piores performances a nível da convergência comunitária, ao registar um aumento de 3 pontos percentuais na diferença que o separa da média dos 12.

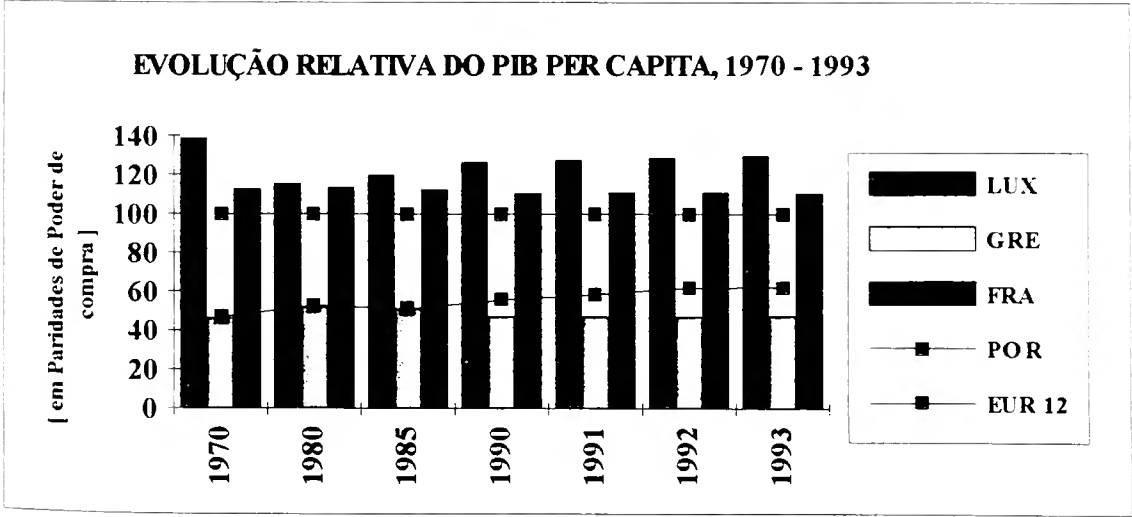
No que respeita aos países mais prósperos, a França (na segunda metade da década) e o Reino Unido (na primeira) melhoraram a sua posição relativa na Comunidade, enquanto a Dinamarca e a Holanda registam um declínio relativo. O Luxemburgo conseguiu reforçar a sua posição cimeira, enquanto a Bélgica e a Itália se mantiveram ligeiramente acima da média comunitária. Verifica-se ainda que a posição relativa da Alemanha foi profundamente afectada pelo processo de reunificação: enquanto o nível de vida na R.F.A. tinha sido o segundo mais elevado em 1990, a Alemanha unificada fica-se pela quarta posição, com um rendimento médio apenas ligeiramente superior à média comunitária.

Quadro 3: Evolução do PIB per capita, medido em Paridades do Poder de Compra, 1970-1993

	1970	1980	1985	1990	1991	1992	1993
BEL	101,1	106,1	103,9	104,4	104,9	104,6	103,7
DIN	112,2	105,6	113,6	106,2	107,4	107,8	108,6
ALE-	118,6	118,7	119,1	117,3	119,8	119,5	117
ALE+	-	-	-	-	102,6	104,2	104,1
GRE	46,4	52,2	51	47,3	47,4	47,3	47,5
ESP	72,2	71,6	70,1	75,1	77,6	77,6	77,6
FRA	112,7	113,6	112,5	110,7	110,8	111	110,6
IRL	56,1	62,2	63,8	71,3	72,6	75,1	77
ITA	95,5	102,3	102,1	102,3	102,9	103,1	103,6
LUX	138,4	115,3	119,8	126,6	127,5	128,7	129,8
HOL	114,1	108,9	105,3	101,9	100,4	100,5	100,5
POR	46,9	52,7	51,2	55,9	58,7	62	62,3
RUN	103,5	97,5	101	101,3	95,5	94,2	96,7
EUR 12	100	100	100	100	100	100	100
EUA	158,4	146,9	148,4	139,6	135,2	136,5	140,3
JAP	89,6	97,2	106,4	112,7	116,5	117,1	118

Fonte: Idem Gráfico 5.

Gráfico 7: Comparação das disparidades dos níveis do PIB per capita, tomando como exemplo alguns dos países da União e outros menos desenvolvidos, tendo como referência a média EUR12.



Fonte: Idem Gráfico 5.

Segundo um estudo realizado pela Comissão Europeia⁵⁹, foi feita uma tentativa para calcular o período de tempo necessário para reduzir as disparidades entre as várias regiões da Europa, visando determinar qual o diferencial de crescimento que as regiões mais atrasadas deveriam registar em relação às mais fortes. Assim, uma região ou país cujo PIB per capita representasse cerca de 70% da média comunitária, teria que satisfazer uma de duas condições para que o seu PIB alcançasse 90% da referida média: seria necessário exceder a taxa média de crescimento da Comunidade em 1,25 pontos percentuais, por ano, durante 20 anos, ou então exceder a mesma taxa em 1,75 pontos percentuais, por ano, durante 15 anos.

Se tomarmos como exemplo o período que engloba os últimos anos da década de 80, caracterizado por um crescimento médio comunitário de 3% ao ano, podemos concluir que, no caso de manutenção da tendência, um país ou região com um PIB per capita que representasse 50% da média comunitária (o caso da Grécia, por exemplo), teria de evidenciar um crescimento superior a 5% ao ano, durante 15 anos para alcançar 70% da média da Comunidade. Dado que nem na fase de maior crescimento da história da Comunidade (a década de 60), as taxas de crescimento do produto atingiram esse valor, não se perspectiva viável a prossecução de um objectivo desta envergadura para as cerca de 20 ou 25 regiões comunitárias na situação referida.

Na verdade, embora as 4 economias mais fracas tenham registado, no período de 1986-90, um diferencial de crescimento de 1,2% em relação aos 4% de crescimento médio do Produto conseguido pela Europa dos 8, as taxas de crescimento populacional naqueles países fizeram com o crescimento do PIB per capita não acompanhasse aquela evolução, passando apenas a representar 69% da média comunitária, em relação aos 66% de 1985. Convirá ainda referir que a convergência alcançada não foi uniforme, pois se Portugal, Irlanda e Espanha fizeram progressos, a Grécia viu o seu PIB per capita baixar de 56% da média comunitária, em 1985, para 53%, em 1990.

A aprovação do Tratado de Maastricht em Dezembro de 1990, estabelecendo a calendarização das fases da União Económica e Monetária, e definindo um conjunto de requisitos de rígido cariz monetarista, veio colocar fortes pressões às economias mais fracas que, divididas entre a exigência de

⁵⁹Cf. op. cit. Nota 57; pp. 41-43.

respeitar os critérios de convergência demasiado restritivos e a necessidade de manter um diferencial positivo de crescimento em relação aos parceiros mais favorecidos, acabaram, num contexto de recessão generalizada, por aumentar ainda mais distância que os separa.

II.3.2 A evolução do desemprego

A maior parte dos analistas e agentes económicos é unânime em considerar a questão do desemprego como o problema mais grave que afecta o conjunto da economia comunitária. Na verdade, depois de um relativo pleno emprego na década de 60, o desemprego não parou de aumentar na Comunidade desde o início da década de 70, com excepção da segunda metade dos anos 80.

Para compreender o processo de deterioração da situação do emprego na Comunidade ao longo dos anos torna-se necessário adoptar uma postura de longo prazo, sendo possível distinguir, mais uma vez, quatro períodos diferenciados, correspondendo às fases de inversão dos ciclos económicos.

O primeiro período compreende evidentemente os anos de 1960 - 73, marcados por taxas de crescimento do produto da ordem dos 5% ao ano; no entanto, embora o crescimento tenha sido muito elevado, o volume de emprego por ele gerado foi bastante reduzido. Os níveis de desemprego no seio da Comunidade conseguiram no entanto manter uma certa estabilidade, cifrando-se a um nível médio de 2,4% ao ano, conforme se poderá verificar através da análise do Quadro 9A, do Anexo.

O período que se iniciou com o primeiro choque petrolífero apresenta, porém, uma inversão sensível da tendência: para além de ser caracterizado por um crescimento mais lento e uma paragem no processo de convergência, foi acompanhado por uma degradação geral da situação do mercado de emprego, a que se junta uma acentuação das diferenças absolutas entre os E-M e as regiões no interior dos mesmos.

A taxa de desemprego no conjunto da Comunidade duplicou no período de tempo compreendido entre o primeiro e o segundo choques petrolíferos (passa de 2,5% em 1973 para 5,5% em 1979), para chegar a atingir 11% da população activa em 1985, sob a influência da recessão generalizada que se havia instalado. Esta situação desfavorável, associada a um crescimento económico de 2% de média anual, provocou uma redução temporária na oferta de emprego. Por outro lado, a evolução demográfica natural (um aumento da população activa de 0,7% ao ano) e o reforço da actividade feminina induziram um aumento constante do volume das forças de trabalho disponíveis⁶⁰.

Todas as economias foram afectadas pelo aumento do desemprego, embora a amplitude do fenómeno e a sua evolução ao longo do tempo tenham variado conforme os casos: entre 1973 e 1985, os aumentos mais elevados foram registados, fundamentalmente, em Espanha, Irlanda, Holanda e Reino Unido, tendo a taxa de desemprego atingido quase 19% em algumas regiões espanholas⁶¹.

Por outro lado, a análise do desemprego à escala regional, no interior dos E-M, evidencia a existência de evoluções semelhantes à escala nacional; verifica-se igualmente que o aumento do desemprego nos E-M é acompanhado por um reforço progressivo das disparidades regionais: a taxa de desemprego das 25 regiões com melhor performance passa de 2,5% para 6,5% entre 1976 e 1985, enquanto as regiões menos prósperas registam um aumento de 8% para 21% no mesmo período, com grande contribuição por parte de algumas regiões do país vizinho⁶².

Convirá igualmente referir que entre as regiões mais particularmente tocadas pelo aumento do desemprego, se encontram tanto as regiões com performances económicas mais fracas, como zonas cujo nível de rendimento e produtividade é igual ou superior à média comunitária; foi, no entanto, nas regiões economicamente mais débeis que a progressão do desemprego foi mais importante.

A partir da segunda metade dos anos 80 (particularmente no período compreendido entre 1986 e 1990), os resultados dos ajustamentos estruturais efectuados por alguns governos nacionais e, fundamentalmente, a

⁶⁰ Cf. op. cit. Nota 56, p. 55 e p. 60.

⁶¹ Cf. op. cit. Nota 56, p. 62.

⁶² Cf. op.cit. Nota 56, p. 62.

retoma de um crescimento económico vigoroso, permitiram um forte aumento na criação de postos de trabalho (cerca de 9 milhões), o que, dada a gravidade da situação, só permitiu a redução da taxa de desemprego de 11% em 1985 para 8, 3% em 1990⁶³. No conjunto da década, apenas a Irlanda (curiosamente o país mais bem comportado no processo de Convergência Nominal) registou uma recuperação em matéria de emprego insuficiente para compensar as perdas sofridas no início da década de 80.

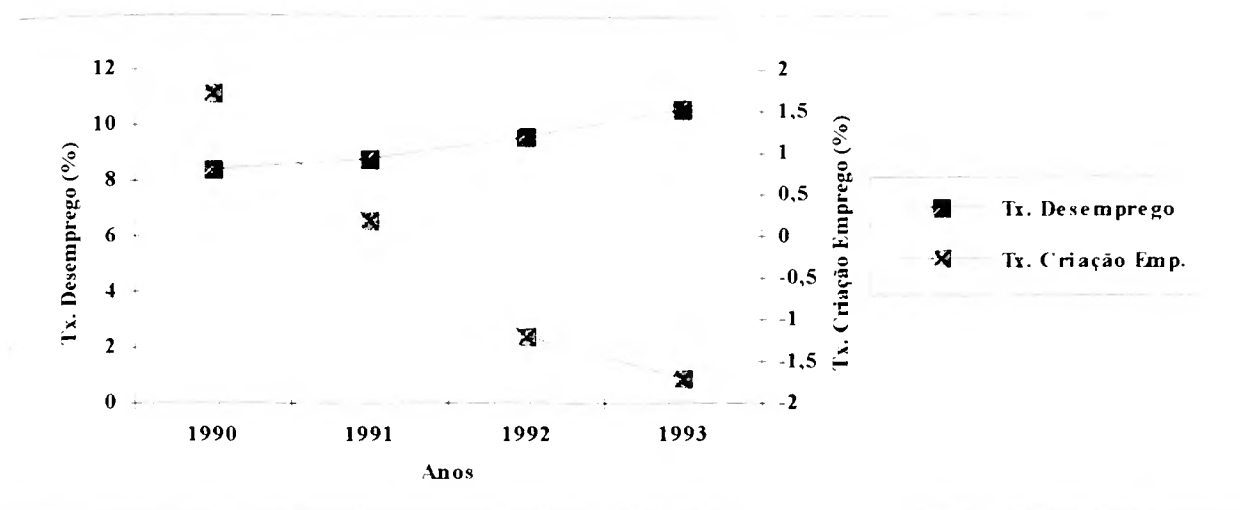
Os principais contributos para a estabilização e posterior declínio nas disparidades de desemprego foram dados pela Espanha e Reino Unido, dois dos casos mais graves, cujas taxas de desemprego chegaram a registar uma redução de 5 pontos percentuais entre 1985 e 1990. Este resultado positivo foi, no entanto, atenuado pela aumento equivalente da referida taxa nas regiões do Sul de Itália. No conjunto, poderá dizer-se que, apesar do crescimento do emprego, as disparidades regionais de desemprego se mantiveram sensivelmente constantes⁶⁴.

O início da década de 90 revela indícios muito preocupantes: apesar de se manter num nível mais elevado do que nos primeiros anos do decénio anterior, o emprego tem vindo a diminuir a mais de 1,5% ao ano, assistindo-se a uma degradação significativa do mercado de trabalho. Entre 1990 e 1993, a taxa de desemprego aumentou cerca de 3 pontos percentuais, retomando os valores da década anterior. embora com níveis diferenciados, quase todos os países registaram uma evolução semelhante, como se poderá verificar através da análise do Gráfico 8, que representa a evolução do emprego/desemprego para o conjunto da Comunidade Europeia, entre 1990 e 1993.

⁶³ Cf. op. cit. Nota 57, p. 23.

⁶⁴ Cf. " Quinto Relatório Periódico relativo à situação sócio-económica das Regiões da Comunidade " (1994); Comissão das Comunidades Europeias; Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo; p. 43- 50.

Gráfico 8: Taxas de Desemprego e de criação de Emprego; EUR 12; 1990- 1993



Fonte: Relatório Económico Anual; 1995; Comissão das Comunidades Europeias.

Atingindo 10,5% em Maio de 1993, o que significa a existência de 17 milhões de desempregados na Europa, a taxa de desemprego atingiu, segundo dados da Comissão Europeia, os 11% em 1994⁶⁵, para o conjunto da economia comunitária. Através da análise do Quadro 11A, do Anexo, verificamos igualmente um aumento das disparidades regionais na taxa de desemprego, de 1992 para 1993, entre a média das 25 taxas mais elevadas (de 18,6% para 21%, em 1992 e 1993, respectivamente), e a média das 25 taxas mais baixas (de 3,3% para 4,1%, em igual período de tempo), fazendo com a diferença entre os dois grupos passe de 15,3 pontos percentuais, em 1992, para 16,9 pontos percentuais, em 1993.

À semelhança da previsão realizada para a evolução do PIB per capita, o mesmo relatório da Comissão fez uma estimativa do período de tempo necessário para a redução da taxa de desemprego. Assim, um país ou região que pretendesse reduzir a sua taxa de desemprego em 5 pontos percentuais, deveria manter um crescimento do emprego de 2,25 pontos percentuais ao ano, durante 5 anos; alternativamente, deveria manter um crescimento do emprego de 1,5 ponto percentual ao ano, durante 10 anos. Se, por outro lado, se visasse reduzir a taxa de desemprego em 10 pontos percentuais, seria necessário manter um crescimento do emprego de 3,5 ao ano durante 5 anos, ou de 2,25% durante 10 anos⁶⁶. Mais uma vez, dada a fraca performance do conjunto da

⁶⁵ Cf. " Relatório Económico Anual - 1995"; Comissão das Comunidades Europeias; Com (94); Bruxelas; 1994; p. 27.

⁶⁶ Cf. op. cit. Nota 57, pp. 42- 43.

economia comunitária no que concerne a criação de emprego (recorde-se que a taxa mais elevada de criação de emprego se cifrou em 1,25% ao ano, num contexto de elevado crescimento económico), não se perspectivam, à semelhança do verificado para o PIB per capita, grandes hipóteses de convergência nesta matéria. A adopção do "Livro Branco sobre crescimento, competitividade e emprego", aprovado no Conselho Europeu de Dezembro de 1993 ilustra bem as preocupações dos responsáveis comunitários nesta matéria.

II.4 Conclusões do Capítulo II

Ao longo deste capítulo procurou analisar-se os progressos alcançados em termos de Convergência Nominal e Real, segundo os critérios definidos em Maastricht para o acesso à 3ª Fase da União Económica e Monetária. O estudo foi realizado para o conjunto das economias comunitárias, sem considerar, no entanto, a inter-relação entre as consequências que advêm do respeito estrito dos critérios e a prossecução do processo de desenvolvimento por parte das economias mais atrasadas. Tal questão constituirá objecto de estudo do Capítulo IV.

Assim, poderá concluir-se que não parece ser perfeitamente evidente que o respeito dos critérios de convergência nominal contribua significativamente para o processo de reaproximação das economias comunitárias. Na verdade, se os países têm evoluído no mesmo sentido no que respeita ao saneamento das políticas orçamentais e ao restabelecimento dos equilíbrios internos e externos, os agregados relativos à convergência real revelam assimetrias preocupantes: o PIB per capita, indicador utilizado por excelência, da Europa das 4 economias mais defavorecidas representa, actualmente, cerca de 60% da média comunitária; sabendo que vários países (casos extremos do Luxemburgo e Dinamarca), se encontram acima da média comunitária, é fácil prever que a aproximação entre a Europa dos 4 e a Europa dos 8 (ou dos 11, com o recente alargamento aos países nórdicos e à Austria) constitui, por enquanto, um desafio de considerável dimensão. Poderá, assim, concluir-se que os bons resultados obtidos em matéria de CN até ao final da década de 80 criaram a ilusão de que seria possível aprofundar o processo de integração europeia com base no comportamento dos agregados monetários, cambiais e orçamentais.

A relativa falência destes pressuposto foi posta em evidência nos primeiros anos da década de 90: num contexto de recessão mundial e aumento da concorrência internacional, o posicionamento dos países comunitários não é brilhante: as disparidades nacionais e regionais, ao contrário de registarem uma atenuação, evidenciam um agravamento, no que respeita, nomeadamente, ao rendimento real per capita e ao desemprego. Os principais indicadores monetários e orçamentais, por seu turno, pautam a sua evolução por uma notória irregularidade, tendo sido verificadas inversões no que respeita, nomeadamente, ao saneamento das finanças públicas, equilíbrios externos e estabilidade cambial. Veja-se, a propósito, o Quadro 4, que representa o posicionamento dos vários países europeus, em 1993, face aos critérios de convergência.

Quadro 4: Os Critérios de Convergência de Maastricht, 1993

	T.Inflação	Déf.Público	Div.Pública	T.Juro	T.Câmbio	Nº Critérios
C.Conv.	3,3	3	60	10,7	-	-
BEL	2,8	7	138,4	8,7	sim	3
DIN	1,4	4,4	90,6	9	sim	3
ALE	3,4	4,2	48,9	8	sim	3
GRE	13,7	15,5	121,2	16,6	não	0
ESP	4,7	7,2	55,9	12,1	não	1
FRA	2,3	5,5	44,1	8,6	sim	4
IRL	2	2,3	99	9,1	sim	3
ITA	4,4	9,4	118,1	11,9	não	0
LUX	3,6	2,5	10	7,9	sim	4
HOL	2,1	4	81,4	8	sim	3
POR	6,7	8,1	66,4	13,2	não	0
RUN	3,4	7,6	48,8	9,1	não	2
EUR12	3,8	6	65,9	10,2	-	-

Fonte: 5º Relatório Periódico das Regiões; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas/Luxemburgo; 1994.

A insuficiência dos mecanismos de mercado e dos pressupostos da Convergência Nominal exaltados em Maastricht, por um lado, e a falta de coordenação na definição e implementação de políticas estruturais concebidas à escala comunitária e não à escala nacional, por outro, alertam para os riscos que correm os países mais desfavorecidos, no que toca, particularmente, o grau

de coerência⁶⁷ do respectivo sistema produtivo, com consequências directas sobre o nível de vida das populações.

⁶⁷ Cf. a definição proposta por A.Romão, in " Portugal face à CEE" (1983); Livros Horizontes: pág.36-38.

CAPÍTULO III

Introdução

O principal objectivo deste Capítulo consiste em tentar fornecer uma abordagem alternativa à concepção do processo de convergência económica entre as economias que constituem a actual União Europeia (UE), no que toca, particularmente, a evolução da Convergência Real (CR). Neste contexto, perspectivando a CR no seu sentido mais amplo, como o definimos no Capítulo I, vamos tentar, recorrendo à informação estatística disponível, verificar se existiu ou não uma dinâmica de aproximação de estruturas produtivas e de comércio externo entre as economias comunitárias, apresentando como exemplo dois períodos de tempo distintos, caracterizados por envolventes macroeconómicas significativamente diferentes. Simultaneamente, tentaremos identificar uma correspondência entre a convergência económica e uma fase de crescimento económico generalizado, enquanto o fenómeno de divergência ocorreria no período de abrandamento ou recessão. O objecto de estudo é composto pela evolução das economias comunitárias no espaço de tempo compreendido entre o início da década de 60 e a primeira metade dos anos 80, identificando, genericamente, a análise das economias com os sucessivos alargamentos a que foi sujeita a inicial Comunidade Económica Europeia; a selecção e sistematização da informação estatística disponível foi efectuada tendo em conta a necessidade de fasear temporalmente o período de tempo em estudo, tentando identificar as etapas de inversão da tendência do ciclo económico.

III.I Identificação dos Períodos

Optámos, quer pela sua dimensão, quer por uma questão de coerência de análise, por limitar o nosso objecto de estudo neste Capítulo ao tratamento de dois períodos de tempo, 1960-1973 e 1974-1985, que constituem, do nosso ponto de vista, exemplos claros da influência da modificação do ambiente económico sobre o processo de aproximação/divergência de estruturas económicas dos países envolvidos num fenómeno de integração. Neste contexto, julgámos de maior utilidade para os nossos objectivos incluir o estudo das implicações do terceiro alargamento da CEE, ocorrido em 1986 com a adesão de Portugal e Espanha, no Capítulo IV, tomando como referência o período posterior a 1986.

Assim, realizámos a seguinte partição temporal:

- **1º Período:** decorre entre a fundação da Comunidade e o início da crise económica da década de 70, abrangendo, sensivelmente, os anos de 1960 - 1973. De uma forma geral, poder-se-á afirmar que este período de tempo correspondeu a uma fase de crescimento económico, pleno-emprego e equilíbrio dos principais agregados macroeconómicos.

Economias em estudo: República Federal Alemã, França, Itália, Reino Unido⁶⁸, Bélgica⁶⁹ e Países Baixos.

- **2º Período:** desde 1974 até 1985, aproximadamente, caracterizando uma fase de crise que atingiu a maior parte das economias industrializadas, estagnação do crescimento e do emprego, degradação dos principais indicadores económicos e do nível de vida.

Economias em estudo: as mesmas do período anterior, a que se juntam a Dinamarca e Irlanda, em consequência do primeiro alargamento, e a Grécia, em resultado do segundo alargamento do espaço comunitário.

⁶⁸Embora só tenha aderido em 1973, no primeiro alargamento da Comunidade, optámos por incluir desde já o Reino Unido nas economias a estudar no 1º Período; tal escolha deve-se, fundamentalmente, ao facto de, como iremos ver a seguir, o comportamento da economia britânica ilustrar de forma clara que nem todas as estruturas económicas reagem da mesma forma na sua aproximação/divergência às economias mais fortes. Assim, acietando o risco de a análise padecer de alguma insuficiência dado o Reino Unido estar sujeito a regras diferenciadas, no que respeita principalmente às trocas comerciais, julgamos que se reveste de alguma utilidade para os nossos objectivos a sua inclusão na economia comunitária nesta fase. Trata-se de um exemplo típico de um processo de Integração Real que precede a Integração Formal, conceitos cuja definição adoptámos com base na obra de A. Romão, "Portugal face à CEE" (1986); Livros Horizonte, Lisboa; p.36.

⁶⁹Dada a reduzida dimensão da sua economia, optámos por agregar a economia luxemburguesa à economia belga, dizendo os dados estatísticos respeito aos dois países.

III.2 Critérios de Selecção de Indicadores

A escolha dos indicadores que servirão de suporte ao estudo a elaborar foi orientada pelos objectivos a atingir neste Capítulo, referidos na Introdução.

No entanto, e dada a extensão do objecto de estudo, que cobriria virtualmente todos os sectores da actividade económica, optámos por fazer uma delimitação do mesmo, mediante critérios que serão igualmente utilizados no Capítulo IV, para estudar a economia portuguesa.

Assim, julgámos mais útil centramo-nos sobre a evolução da estrutura produtiva das economias que foram constituindo a então Comunidade Económica Europeia (CEE) e da especialização das mesmas face ao exterior; o nosso objectivo era, afinal, ver se se tinha caminhado ou não para uma aproximação/convergência, traduzida numa relação de concorrência (e não de complementaridade) entre as economias em estudo, no âmbito do referencial teórico⁷⁰ que adoptámos, e se essa aproximação ocorria em períodos de avanço ou de estagnação/recessão do crescimento económico.

A aproximação/afastamento entre o nível de vida das populações dos países e regiões comunitárias foi analisada a partir da recolha de dados relacionados com o sistema produtivo e distributivo: evolução da estrutura sectorial da produção, taxa de crescimento e distribuição do PIB por sectores de actividade , taxa de desemprego e de criação de emprego, investimento, evolução da produtividade dos factores de produção, especialização face ao exterior, entre outros.

⁷⁰Um referencial inspirado nas correntes Estruturalistas/Voluntaristas, em detrimento da abordagem Neo-Clássica, como está exposto no Capítulo I desta Dissertação.

III.3 Caracterização dos Períodos

III.3.1 Período compreendido entre 1960 e 1973

O período que decorre entre o fim da 2ª Guerra Mundial e o início da década de 70 é geralmente associado à fase de maior crescimento, prosperidade e relativo pleno-emprego por que passaram as economias industrializadas do mundo ocidental no decorrer do século XX, apoiadas por um elevado grau de estabilidade interna e externa.

Nos 25 anos que se seguiram ao maior conflito dos tempos modernos, a produção industrial mundial registou aumentos que se cifraram em taxas de crescimento médio anual superiores a 5%, pautados, no entanto, por acentuadas desigualdades.

III.3.1.1 A evolução sectorial da produção

O período em estudo pode ser igualmente identificado como aquele em que se procederam a profundas alterações nas estruturas produtivas sectoriais dos países envolvidos, alterações essas que assim aparecem associadas a uma situação de crescimento rápido, pleno-emprego e estabilidade dos principais agregados monetários e cambiais.

Na verdade, no início da década de 60, as estruturas de produção da CEE 6 consideravelmente heterogéneas; se existiam sectores que ocupavam sensivelmente o mesmo peso em cada país (casos da Energia, Construção ou Administração Pública) o peso da Agricultura variava entre os 4% no Reino Unido e 14% em Itália, enquanto a Indústria Transformadora e os Serviços se situavam entre os 30 % na Itália e Bélgica, e os 40 % na RFA, conforme se poderá deduzir da análise do Quadro 5, na página seguinte.

Quadro 5: Estrutura produtiva no início e fim do período, 1960-73

	RFA		FRA		ITA		RUN		HOL		BEL	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
AGRICULTURA	5,4	1,2	9,2	2,4	14,1	3,6	4	3	8,6	4,2	4,9	1
PROD.ENERGÉTICOS	6	4,7	7	8,1	5,3	7,8	5,5	3,6	5,7	10,5	5,7	7,4
PROD.INTERMEDIOS	8,6	11	7,6	8,4	7	9,3	7,4	9,4	5,2	10,3	7,9	14,7
PROD.EQUIP.	15,8	18,5	11,3	16,6	6,6	9,5	14,4	13,5	10,3	10,1	8,5	14,7
ALIMENTOS, BEBIDAS	6,7	5,5	5,9	3,9	5,9	5,2	3,5	3,2	7,4	4,7	5,6	5
PROD.CONSUMO CORRENTE	9,2	8,2	9,4	7,6	8,4	9,6	8,5	8	9	4,9	8	9
TOT.AGRIC. E IND.	51,7	49,1	50,4	47	47,3	45	43,3	40,7	46,2	44,7	40,6	51,8
SERVIÇOS MERCANTIS	33,3	33,5	32,7	36,7	34,6	44,1	39,2	48,3	36,2	37,2	41,5	30,9
SERVIÇO NÃO MERCANTIS	7,5	9,4	9,1	5,8	10,5	6,5	11,2	4,2	10,6	11,5	10	11,8
TOT. SERVIÇOS	40,8	42,9	41,8	42,5	45,1	50,6	50,4	52,5	46,8	48,7	51,5	42,7
OUTROS	7,5	8	7,8	10,5	7,6	4,4	6,3	6,8	7	6,6	7,9	5,5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Legenda: A- Contribuição relativa do ramo para o Valor Acrescentado em 1960, preços correntes.

B- Contribuição relativa do ramo para o Valor Acrescentado durante o período 1960-73.

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

Embora estejamos a trabalhar com dados bastante agregados, é possível inferir que, enquanto a RFA e o Reino Unido apresentam já uma estrutura industrial potente (particularmente em sectores que irão ser muito favorecidos pela evolução da procura, como a química e os bens de equipamento), a França, Bélgica e Holanda situam-se a um nível intermédio e a Itália, no extremo oposto, denota um peso importante do sector agrícola e uma estrutura industrial relativamente fraca, no que concerne especialmente os bens de equipamento.

A evolução do crescimento sectorial, propiciada pela envolvente macroeconómica em expansão, vai traduzir-se numa grande similitude nas performances relativas dos diferentes países, com destaque para os ramos ligados ao consumo intermédio (energia, produtos químicos, minerais), serviços (telecomunicações, banca,seguros) e bens de equipamento. Entre os ramos com

crescimento mais fraco destacam-se aqueles mais directamente ligados ao consumo final, como os produtos alimentares e os têxteis⁷¹.

A interacção entre o crescimento e a importância relativa dos ramos de actividade pode ser observada através do Quadro 6, concluindo-se assim que o crescimento é gerado, em todos os países, pelos mesmos grupos de ramos, em ordem decrescente de importância: produtos intermédios, bens de equipamento, produtos energéticos (com excepção da RFA e Reino Unido), serviços mercantis e construção.

Quadro 6: Contribuição dos vários sectores para o PIB, período 1960-73
(variação média percentual)

	RFA	FRA	ITA	RUN	HOL	BEL
AGRICUL.	1,2	2,4	3,6	3	4,2	1
PROD.ENERG.	4,7	8,1	7,8	3,6	10,5	7,4
BENS INTERM.	11	8,4	9,3	9,4	10,3	14,7
BENS EQUIP.	18,5	16,6	9,5	13,5	10,1	14,7
ALIM., BEBIDAS	5,5	3,9	5,2	3,2	4,7	5
BENS CONS. CORR.	8,2	7,6	9,6	8	4,9	9
CONSTRUÇÃO	8	10,5	4,4	6,8	6,6	5,5
SERV. MERCANTIS	33,5	36,7	44,1	48,3	37,2	30,9
SERV. NÃO MERC.	9,4	5,7	6,5	4,1	11,6	11,8

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

Neste âmbito, julgamos pertinente chamar a atenção para o estudo da Comissão Europeia (Relatorio Maldague, 1978), onde foi efectuada a construção de um **Indicador Especifico de Mutação**, tendo sido calculado para cada sector a diferença entre a parte que o mesmo ocupava no início e no fim do período, após o que se seguiu o cálculo da média aritmética dos valores absolutos das respectivas diferenças. Os resultados obtidos podem ser observados no Quadro 7.

⁷¹ In "Les mutations sectorielles des economies européennes de 1960 a la recession."; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas; 1978; pp. 1- 26. Este documento ficou igualmente conhecido por *Relatório Maldague*, conforme o nome do seu redactor, denominação que adoptaremos daqui para a frente.

Quadro 7: Indicador Especifico de Transformações da Estrutura Produtiva

	RFA	RUN	HOL	FRA	BEL	ITA
Número de Ramos	11	11	11	11	11	11
Transf. médias	0,41	0,63	1,32	1,47	1,77	2,03
Número de ramos	25	27	22	26	27	19
Transf. Médias	0,54	0,56	0,83	0,84	0,95	1,17
Classificação	6	5	4	3	2	1

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades europeias, 1978.

A análise dos dados apresentados permite algumas ilacções relevantes: a existência de uma diferença profunda entre o dinamismo sectorial de dois países,RFA e Reino Unido, que seriam, em princípio, dotados de uma estrutura sectorial relativamente próxima.No entanto, enquanto as estruturas alemãs , em avanço sobre os outros países europeus, se adaptaram à evolução da procura interna e internacional, as inglesas mantiveram-se relativamente estagnadas, perdendo progressivamente a sua importância sem ganhar em novos sectores.

Por outro lado, verifica-se que as mutações estruturais dos outros países foram profundas, particularmente na economia italiana (para um conjunto de 11 ramos em análise, regista um valor de 2,03 de transformações médias), denotando-se um esforço muito considerável para dotar as respectivas economias de estruturas modernizadas; na França, Bélgica e Itália a redução do peso do sector agrícola (respectivamente, 3,2%, 4,2% e 4,6%) foi compensada pelo aumento da industria transformadora (3,7%, 6,8% e 5%), conforme se poderá verificar através da análise do Quadro 8.

Quadro 8: Peso de cada sector no VAB, 1960 e 1973 (preços de 1970)

	RFA		FRA		ITA		RUN		HOL		BEL	
	1960	1973	1960	1973	1960	1973	1960	1973	1960	1973	1960	1973
Agricult.	4.1	3.1	8.9	5.6	12.3	7.8	2.8	2.9	7.5	6.1	7.8	3.7
Ind.Transf.	38.2	39.8	29.4	33.1	23.4	28.4	29.6	30.6	26.3	27.7	25.7	32.4
Serviços	44.5	44.1	47.9	45.1	49.3	50.2	56	55.1	55.5	52.6	53.2	50.1
Outros	13.2	13	13.8	16.2	15	13.6	11.6	11.4	10.7	13.6	13.3	13.8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias; 1978

Poderemos avançar a hipótese de que o conjunto destes movimentos teve como consequência a aproximação das estruturas produtivas ao modelo alemão, evidenciando uma tendência para a harmonização generalizada, com excepção do comportamento contracíclico evidenciado pela economia britânica.

A observação do Quadro 9, onde está patente a evolução dos desvios médios de estruturas de cada país em relação à Alemanha, permite concluir que as economias italiana, francesa e belga foram aquelas que maior sucesso registaram na aproximação da sua estrutura produtiva à da economia germânica.

Quadro 9: Desvio médio de estruturas entre cada país e a R.F.A., 1960-73

	RFA	FRA	ITA	RUN	HOL	BEL
1960	-	2	3,2	2,4	2,8	2,3
1973	-	1,5	2,3	2,2	2,3	1,6

Fonte: Relatório Maldague; Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

III.3.I.2 A especialização pelo comércio externo

Enquanto as exportações constituíram um dos principais motores do crescimento económico, denotando-se uma relação muito estreita entre o rápido desenvolvimento de certos sectores e o seu desempenho na exportação, o mercado interno abriu progressivamente as suas portas aos produtos importados, quer evoluindo paralelamente com a produção interna (veja-se o caso dos bens de equipamento), quer promovendo um efeito de substituição.

No conjunto da Comunidade, ter-se-á verificado um crescimento em volume, médio, das exportações de 8,8%⁷², no período 1960-73. Refira-se, no entanto, que o peso das economias comunitárias no comércio internacional era bastante diferenciado, uma vez que, como aliás é normal, os pequenos países tinham um grau de abertura⁷³ no comércio internacional muito superior às economias de maior dimensão.

No início dos anos 60, a especialização nas vendas para o exterior de cada país diferia acentuadamente: enquanto a R.F.A. e o Reino Unido se mostravam mais especializados na exportação de bens de equipamento e produtos intermédios (representando cerca de 82% e 75% das suas exportações, respectivamente), os outros países ficavam pelos 30%, constituindo os produtos siderúrgicos, e bens de consumo corrente o grosso das suas vendas ao exterior. Refira-se mais uma vez a distância entre a Itália e os restantes países membros, constituindo o vestuário e os produtos agrícolas e alimentares a maior parcela das suas exportações⁷⁴.

Um elemento de apoio à análise da estrutura de exportação poderá ser dado pela observação do Quadro 10, que traduz o **Índice Sintético de Especialização**, construído pelos técnicos do Relatório Maldague, cujos resultados confirmam as estimativas iniciais. Assim, a RFA aparece fortemente especializada nos bens de equipamento, próxima da média comunitária no que respeita à energia e bens de consumo intermédio e com uma especialização muito fraca para os bens de consumo corrente e agroalimentares. O Reino Unido apresenta igualmente uma forte especialização nos bens de equipamento, mas de desenvolvimento menos forte do que a RFA, enquanto revela uma posição mais chegada à média comunitária no que concerne os bens de consumo corrente. No extremo oposto encontram-se a França e a Itália, com forte especialização em produtos agrícolas.

Ao longo do período em estudo, a liberalização das trocas entre as economias comunitárias e o rápido desenvolvimento do comércio entre os países industriais gerou um crescimento notável das exportações da maior parte dos ramos de actividade. Por um lado, todos os países desenvolveram

⁷² Cf. op. cit., p. 27.

⁷³ Consideramos o Grau de Abertura medido por: $X+M / PIB$, em que:

X = Exportações; M = Importações; PIB = Produto Interno Bruto

⁷⁴ Cf. op. cit. pp. 30-40.

fortemente as exportações dos produtos derivados do petróleo, químicos, plástico e borracha⁷⁵;por outro lado, os países esforçaram-se por atenuar a especialização na exportação que poderia justificar a permanência de uma posição dominante por parte de alguns países.Assim, poderá dizer-se que desenvolvimento das trocas internacionais permitiu frequentemente às economias com um certo atraso estrutural atenuar parcialmente a distância que as separava dos parceiros mais poderosos.

Quadro 10: Índice Sintético de Especialização, por país, início e fim de período

	RFA		FRA		ITA		RUN		HOL		BEL	
	1961	1973	1961	1973	1961	1973	1961	1973	1961	1973	1961	1973
AGRIC.	0.21	0.29	1.82	2.44	1.93	1.17	0.43	0.29	2.69	2.02	0.83	0.6
PROD.ENERG.	1.12	0.63	0.75	0.49	1.09	1.39	0.6	0.81	2.04	2.86	0.92	0.6
BENS INTERM.	1.03	1.04	1.07	0.91	0.72	0.78	0.83	0.83	0.75	0.98	1.77	1.5
BENS EQUIP.	1.28	1.24	0.74	0.89	0.84	0.93	1.26	1.26	0.58	0.54	0.53	0.5
ALIML.BEB..	0.29	0.55	1.46	1.34	0.83	0.55	0.98	0.93	2.86	2.21	0.7	1.0
BENS CRT.	0.64	0.79	1.26	1.11	1.65	1.67	0.93	0.9	0.87	0.74	1.31	1.

Nota: Forma de cálculo do Índice:

Índice de especialização do país i no bem j = parte das exportações de i em j / parte das exportações de todos os países em j.

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

⁷⁵ Cf. op. cit. pp. 30-40.

III.3.1.3 A evolução do emprego e da produtividade

III.3.1.3.1 Emprego

Entre 1960-73, a performance dos países europeus em matéria de criação de emprego ficou muito aquém dos números alcançados pelo crescimento do PIB: 0,2% , por ano, contra 4,6%, em média anual, do Produto⁷⁶.

Em termos gerais, verifica-se, no entanto, uma ligação estreita entre o crescimento e o emprego, uma vez que os principais sectores criadores de emprego foram aqueles que ocuparam os lugares cimeiros do processo de crescimento devido à evolução da procura ou às mutações tecnológicas. É o caso dos bens de equipamento ou da indústria química, ou ainda de vários ramos de serviços como a banca e seguros, telecomunicações e apoio às empresas, caracterizados por uma forte produtividade dos factores de produção.

No extremo oposto, em termos de declínio do emprego, encontramos o sector agrícola, derivados do carvão e indústria têxtil, onde se verificava uma fraca produtividade do trabalho⁷⁷.

Poder-se-à igualmente apontar um certo paralelismo entre o crescimento do capital e o aumento do emprego, sendo possível distinguir entre sectores de crescimento rápido, onde a acumulação do capital e o crescimento do emprego andaram a par, aumentando a intensidade capitalística e a produtividade do trabalho, e sectores de fraco crescimento ou mesmo declínio, com um aumento do capital menos intenso acompanhado por uma estagnação ou queda do emprego. Nestes últimos, é evidente que os ganhos de produtividade são obtidos fundamentalmente pelo desaparecimento do emprego e evoluem ao mesmo ritmo.

Para o conjunto CEE-6 a evolução geral do emprego pode ser analisada em dois sub-períodos distintos, conforme análise do Quadro 14A, do Anexo, e a análise efectuada pelos técnicos do Relatório Maldague:

⁷⁶ Cf. op. cit., p. 61.

⁷⁷ Cf. Op.cit., p. 62.

- 1960-69: declínio rápido e numericamente importante do emprego na agricultura e combustíveis sólidos, com um crescimento na maior parte dos outros sectores da economia, particularmente nos serviços;

- 1970-73: declínio do emprego na indústria, mesmo nos ramos mais dinâmicos, mantendo-se a queda na agricultura e a preponderância dos serviços mercantis e Administração Pública. Este sub-período pode ser caracterizado pela aceleração da redução dos efectivos nos sectores em declínio e pela estabilização ou ligeira diminuição nos mais dinâmicos.

Convém, no entanto, referir que o segundo sub-período marca uma mudança fundamental no panorama, pois os serviços acabam por se tornar os únicos criadores de emprego. Esta situação viria a revelar-se insuficiente nos anos seguintes, uma vez que ficaria claramente demonstrado que o crescimento do sector terciário estava directamente dependente do desenvolvimento económico do conjunto da economia, com destaque para a indústria.

Em termos sectoriais, verifica-se que na agricultura a redução da população activa se processou rapidamente no conjunto das economias comunitárias, em resultado da necessidade de aumentar a produtividade média do trabalho na agricultura que representava, no início do período, menos de metade da economia global. O emprego industrial não sofreu grandes alterações, embora seja neste sector que se verificou a diferença mais relevante nos sub-períodos acima referidos.

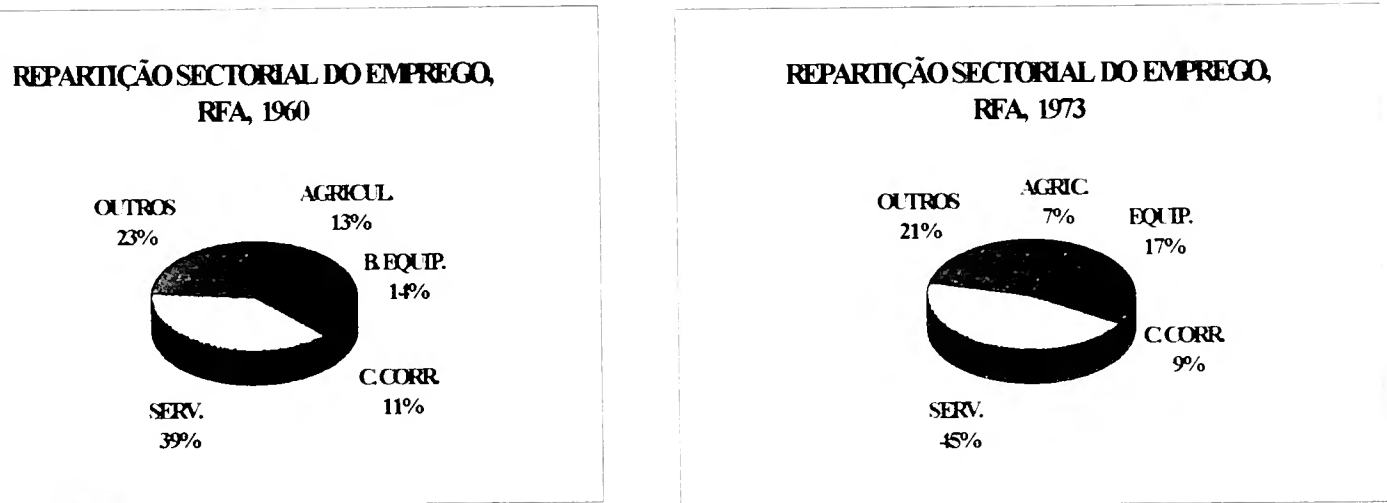
No conjunto do período, todos os serviços são criadores líquidos de emprego, passando a sua parte no emprego global, na globalidade dos seis países, de 41% para 50% ao longo dos 13 anos em causa. Entre os serviços mercantis, aparecem as instituições financeiras como principais contribuintes para a criação de emprego.

A análise por país denota uma evolução semelhante, embora as mutações sectoriais se tenham revestido de amplitudes diferentes consoante os casos: verifica-se que a Itália foi o país no qual se registaram as mutações mais fortes, seguida da França e Bélgica, com o Reino Unido no fundo da tabela. Poder-se-à deduzir que a Itália ocupa a posição cimeira no índice de mutações devido à grande importância do sector agrícola no início do período. Ao

contrário dos outros países, os serviços não foram os únicos criadores de emprego, tendo a indústria contribuído, embora em menor escala. A França, Bélgica e RFA registam uma diminuição do emprego no sector agrícola, uma estagnação na indústria transformadora (com excepção dos bens de equipamento), e um aumento notável dos serviços, com destaque para os não-transaccionáveis.

Se observarmos os Gráficos seguintes (Gráficos 9, 10, 11 e 12), podemos apercebermo-nos das diferenças na repartição sectorial do emprego, na R.F.A. e em Itália, no início e fim do período considerado, reflectindo a modificação (ou ausência da mesma) das estruturas produtivas. Na verdade, embora apresentem valores semelhantes para o emprego nos Serviços, a principal diferença continua a residir na população empregue no sector agrícola: 18% da população activa italiana, contra apenas 7% da população activa germânica.

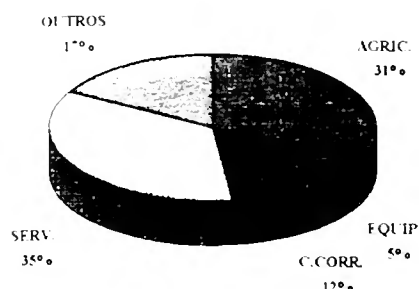
Gráficos 9 e 10: Repartição sectorial do emprego na R.F.A., em 1960 e 1973



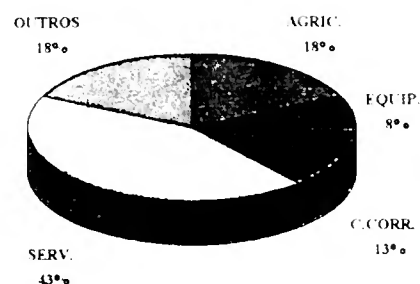
Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

Gráficos 11 e 12: Repartição sectorial do emprego em Itália, em 1960 e 1973

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO,
ITALIA, 1960



REPARTIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO,
ITALIA, 1973



Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

No seu conjunto, a comparação da distribuição do emprego evidencia assim um grupo de países (França, Bélgica e Itália) que tende a aproximar a composição da população activa daquela que se verificava na economia alemã, permanecendo a Itália como o mais afastado apesar dos progressos realizados. No outro extremo temos o Reino Unido e a Holanda que se afastam deste modelo, assentando o desenvolvimento do emprego quase exclusivamente no sector terciário.

III.3.1.3.2 Produtividade do trabalho

Entre 1960-73, a produtividade do trabalho⁷⁸, fez progressos consideráveis no conjunto dos países comunitários, na quase totalidade dos sectores, embora a ritmos diferenciados.

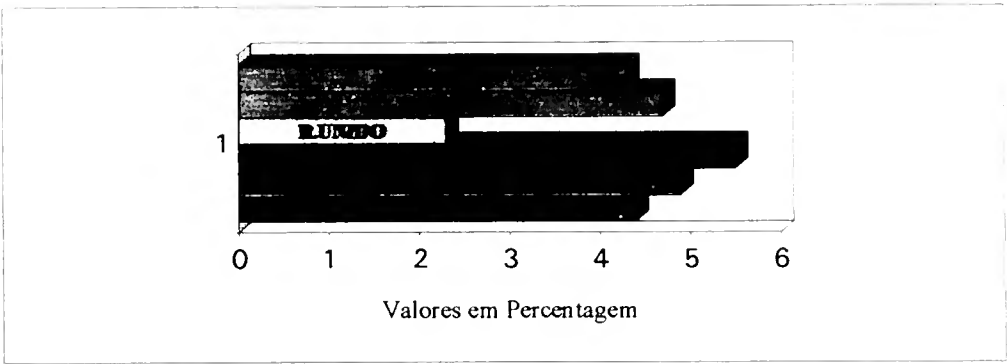
A comparação entre os níveis de produtividade realça, no início do período, um grupo de países (RFA, França, Bélgica e Holanda) na vanguarda, o Reino Unido com valores um pouco mais reduzidos e, finalmente,

⁷⁸ Assumimos a composição do Indicador da seguinte forma: PIB real por pessoa ocupada, o que traduz o conceito de Produtividade Aparente do Trabalho. Convirá chamar a atenção para o facto de a análise com base neste indicador poder ser alvo de algumas reservas, uma vez que, do ponto de vista teórico, não se trata de um conceito muito rigoroso. Na verdade, se se verificarem alterações na intensidade do trabalho, para o mesmo número de trabalhadores, haverá, com certeza, repercussões sobre o nível da Produtividade Aparente do Trabalho, tal como a definimos.

a Itália, que se situa abaixo da média comunitária, devido, fundamentalmente, à importância da sua população agrícola. Em 1973, os quatro países da frente aproximam-se ainda mais, enquanto a Itália consegue recuperar parcialmente o seu atraso, ao contrário do Reino Unido que regista performances mais negativas.

Verifica-se que os ganhos de produtividade foram bastante importantes, situando-se, em média, em 4,3% ao ano, com destaque para a Itália, que consegue fazer crescer o rendimento do factor trabalho a uma taxa superior a 5,5% de média anual, o que revela um esforço no sentido de uma verdadeira convergência. O Reino Unido, por seu turno, não consegue ultrapassar os 2,3%, conforme o demonstra o Gráfico 13, e o Quadro 15A, do Anexo.

Gráfico 13: Evolução da Produtividade do Trabalho (variação média anual), para os países da CEE6.



Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades europeias, 1978.

III.3.1.4 A evolução do Investimento

No período de 1960-73, o esforço de investimento dos seis países em estudo manteve-se, chegando mesmo a registar taxas de crescimento superiores ao PIB. As causas desta progressão tão acentuada foram variadas, destacando-se no entanto, a implantação de um processo de produção mais intensivo em capital, a necessidade de racionalização das técnicas imposta pela abertura dos mercados à concorrência internacional e, principalmente, o

aumento dos preços relativos do factor trabalho. Em termos reais, o crescimento do stock de capital ronda os 5,5% anuais, dividindo-se em 3 sub-períodos distintos: 1960-65, com taxas de 6,7% ao ano, 1965-70, com 5,5% e 1970-73, cifrando-se em cerca de 3,5%. No conjunto dos países, o crescimento do investimento foi muito mais sensível no sector dos serviços (e nalguns casos na agricultura) do que nos sectores da energia e indústria transformadora.

No início da década de 60, a comparação das estruturas sectoriais do stock de capital faz aparecer grandes similitudes entre os países: para todos, a parte do stock de capital detida pelos serviços situa-se entre 35 - 40% do total, com 15 - 20% para a energia e 35 -40% para a indústria transformadora.

As divergências surgem, no entanto, quando se faz a comparação das partes da agricultura e da indústria transformadora, como é possível verificar através da análise do Quadro 11; assim, existem três países com um stock de capital de 10%, aproximadamente, para o sector agrícola (RFA,Bélgica e França), enquanto nos extremos se situam o Reino Unido, com 3,6% e a Holanda, com 15%, apresentando uma agricultura com grande intensidade capitalística .

Quadro 11: Evolução do Stock de Capital (variação média em %)

	1960					1973				
	RFA	FRA	RUN	HOL	BEL	RFA	FRA	RUN	HOL	BEL
AGRICULTURA	10,5	9,3	3,6	15,4	9	7	8	3,4	10,5	7,3
PROD.ENERGETICOS	15	17,2	19,5	16,2	15,2	11,7	15,6	19	14,3	15,2
PROD.INTERMEDIOS	11,6	10,4	10,6	8,3	14,3	11	11,2	11	13,2	16,5
PROD.EQUIPAMENTO	10,6	9,7	12,7	6,3	6,6	11,8	10,5	12,7	6,2	6,4
ALIMENTOS, BEBIDAS	6,3	6,4	4,1	6,7	6,1	5,5	5,3	4,4	6,5	4,9
PROD.CON.CORRENTE	7	9,1	8,9	7,3	11,4	6,6	8,7	8,1	6,3	9,8
SERVIÇOS	37,1	34,3	39,2	38	37,4	43,2	35,3	39,2	40	36
OUTROS	2	3,6	1,5	1,9	2,5	3,1	5,2	2,1	3,1	3,3

Fonte: Relatório Maldague, Comissão das Comunidades Europeias, 1978.

No que concerne a indústria transformadora, é possível observar que a estrutura do capital reflecte razoavelmente bem a especialização de cada país, nomeadamente, o Reino Unido e a RFA nas indústrias de bens de equipamento, a Bélgica nos produtos intermédios, a Holanda nos produtos alimentares e a França, numa posição intermédia entre os produtos intermédios e os produtos alimentares.

Ao analisar a evolução sectorial do capital entre 1960-73, conforme se poderá observar através dos dados apresentados no Quadro 16A, do Anexo, e com base em informação veiculada pelo Relatório Maldague, verifica-se que os grandes traços das mutações sectoriais do capital são bastante semelhantes aos verificados para o emprego: estabilidade da parte da indústria, redução da parte da energia (declínio do sector mineiro), queda sensível da agricultura, aumento muito forte dos serviços transaccionáveis. As mutações na indústria manufactureira foram efectuadas em detrimento da indústria alimentar e dos produtos de consumo corrente, principalmente têxteis e vestuário, em benefício dos sectores produtores de bens intermédios (química, siderurgia).

III.3.1.5 1960-1973: Período de Convergência Económica

Julgamos que as principais conclusões a retirar da análise global do período em estudo podem resumir-se aos seguintes pontos:

- O ponto de partida das economias comunitárias é muito diferenciado, principalmente no que concerne a estrutura sectorial da produção e a especialização produtiva face ao exterior; em todos os períodos, a economia alemã mantém uma distância muito significativa em relação a todos os outros, podendo orientar a implementação das políticas económicas mais adequadas ao seu estágio de desenvolvimento;

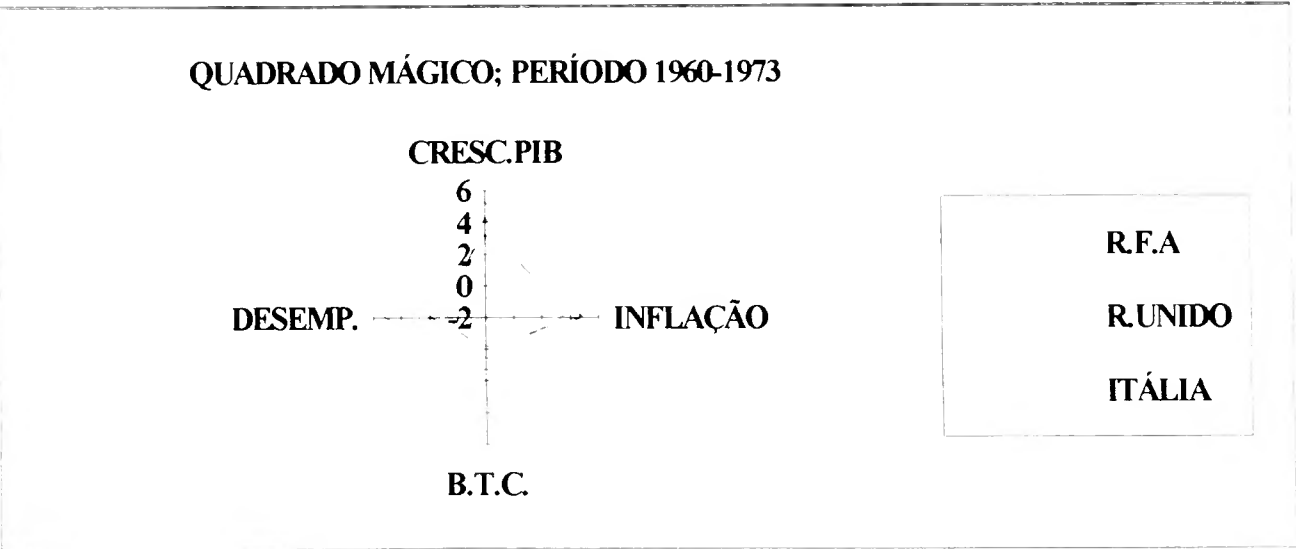
- as economias comunitárias aproveitaram de forma diferente os períodos de crescimento mais vigorosos para reestruturar e adaptar as suas estruturas produtivas às modificações do ambiente económico; tal facto foi notório no início dos anos 70, com o primeiro choque petrolífero. A R.F.A. tomou a dianteira dos acontecimentos, pelo que pôde reforçar a competitividade da sua indústria em períodos de grande convulsão, o que lhe permitiu potenciar os efeitos do crescimento económico nas fases de retoma do ciclo; o Reino Unido, uma das economias mais desenvolvidas no início dos anos 60, perdeu progressivamente terreno, por não ter procedido à necessária transformação da sua estrutura produtiva. Em termos de comportamento dos principais agregados macroeconómicos, veja-se a concepção dos 'Quadrados Mágicos', no Quadro 12 e no Gráfico 14, para três das economias mais paradigmáticas da CEE: a R.F.A, a mais poderosa; o Reino Unido, que, embora partisse de uma grau de desenvolvimento semelhante ao da R.F.A. não

conseguiu fazer corresponder a sua estrutura produtiva às alterações na procura internacional; a Itália, a menos desenvolvida das economias que na altura constituíam a Comunidade;

- o movimento de convergência exprimiu-se também no facto de ter sido escolhida uma mesma lógica de desenvolvimento: se, por um lado, todos os países aumentaram a utilização do petróleo e seus derivados como fontes primordiais de energia, desenvolveram a intensidade capitalística dos seus processos de produção e registaram um crescimento ou declínio nos mesmos sectores, convém realçar o facto de nenhum país se ter privado de qualquer dos sectores de produção considerados fundamentais, deixando que os seus parceiros mais eficientes assumissem a exclusividade nesse domínio. Ao contrário de uma especialização assente na Lei das Vantagens Comparativas, que já na altura evidenciava os potenciais riscos face à emergência de novos concorrentes no comércio internacional, os países decidiram reforçar a sua independência produtiva: a Itália e Holanda dotaram-se de uma siderurgia, e a França e a Bélgica de indústrias de bens de equipamento, por exemplo⁷⁹.

Quadro 12 e Gráfico 14: Quadrado Mágico; Período 1960-1973; Países CEE6

1960-1973	CRESC.PIB	INFLAÇÃO	B.T.C.	DESEMP.
R.F.A	4,3	3,5	0,7	0,7
R.UNIDO	3,2	4,8	-0,1	2
ITÁLIA	5,3	4,9	1,4	5,2



Fonte: Économie Européenne; Supplement A; Previsões Económicas, Outono 1994

⁷⁹Cf. op.cit., p. 108.

III.3.2. 2º Período: 1974 - 1985

III.3.2.I A datação temporal da Crise

O ambiente macroeconómico excepcional que caracterizara o primeiro período em análise, começa a degradar-se progressivamente a partir do início da década de 70, caracterizado por grandes pressões inflacionistas e pelo desencadear de diversas crises monetárias internacionais. Embora apontado pela generalidade dos analistas económicos como principal responsável pelo desencadear da crise, o aumento dos preços da energia, embora tenha de facto ampliado os efeitos da espiral inflacionista e contribuído para o desequilíbrio da balança de pagamentos de numerosos países, não constitui, do nosso ponto de vista, o factor primordial na explicação da profunda degradação do ambiente económico que se verificou no início dos anos 70.

Uma análise mais aprofundada revelará, assim, que a desaceleração do crescimento da produção industrial, nos países industrializados, começa por volta dos anos 1966 -67, passando de valores superiores a 6,5%, média anual, para valores próximos dos 5%⁸⁰, o que situaria as origens da crise na segunda metade da década de 60, posição partilhada por vários autores⁸¹, entre os quais **Domingues, C.O (1986)**, em cuja Tese de Doutoramento apresenta, baseando-se na amplitude das variações da taxa de crescimento económico, da economia global e dos sectores industriais mais dinâmicos⁸², os motivos para a datação do início da crise na segunda metade da década de 60: " (...) *As tendências fortes dos 'picos' e 'vales' tornam-se muito divergentes. Até meados dos anos 60, a amplitude das variações não era muito importante. Tratava-se, antes, de um comportamento característico da era pós-Keynesiana: aos períodos de crescimento sucediam-se períodos de desaceleração, sem que se registasse uma queda na produção. Eram apenas simples flutuações da taxa de crescimento. A partir deste período, a amplitude dos desvios tende a crescer e a tendência dos 'picos' afasta-se da dos 'vales'.*

⁸⁰Dados retirados da Tese de Doutoramento de **Domingues, C.O.**, "Technologie et Crise", sob a orientação de C. A. Michalet, 1986, Universidade de Nanterre; p.13.

⁸¹Vejam-se, por exemplo, as opiniões de **De Bernis, D.** in " Théorie de la Regulation et Historique des Crises", Documento apresentado na Universidade de Paris, em Dezembro de 1981; ou as análises do **GRREC** (Groupe de Recherche sur la régulation de l'économie capitaliste), in " Crise et Régulation - Recueil de textes, 1979 - 1983). Estes autores situam o início da crise económica em 1968, com base na quebra da taxa de rentabilidade do Investimento.

⁸² Na página 19 da sua Tese de Doutoramento, destaca, com base em dados do CEPIL (1983), os sectores motores do crescimento até 1966-67: química, electromecânica, siderurgia e metalurgia.

*As duas tendências estabilizam-se após o primeiro choque petrolífero (1973), mantendo o desvio que as separa. Este fenómeno, que se traduz por um agravamento das crises cíclicas e por retomas cada vez mais difíceis e efémeras, é característico dos períodos longos de crescimento lento, e constitui a expressão de uma crise de longa duração. Crise que começa assim na segunda metade dos anos 60 e que se encontra em pleno desenvolvimento na altura do primeiro choque petrolífero."*⁸³

Em resumo, poderemos talvez avançar a hipótese de que os principais factores de recessão já estavam instalados na economia e que o choque provocado pelo aumento dos preços da energia mais não fez do que precipitar uma situação que se adivinhava.

III.3.2.2 O 2º período em estudo: 1974-1985

Salvaguardadas algumas diferenças, o sector industrial foi, em todos os países o mais afectado pela contracção da actividade económica, perdendo em certa medida o seu papel de sector motriz do crescimento em favor do sector terciário, quer no que respeita ao ritmo de crescimento, quer no que concerne a criação de emprego.

No que respeita a economia comunitária, o principal destaque a fazer prende-se com o primeiro alargamento da CEE, ocorrido em 1973, e traduzido na entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca; como, por razões antes explicitadas, já tínhamos incluído a análise da economia britânica no primeiro período em estudo, a principal modificação no nosso trabalho passa pela inclusão das economias irlandesa e dinamarquesa, em 1973, em consequência do primeiro alargamento, e da economia grega⁸⁴, em 1981, como resultado da segunda ampliação do espaço comunitário

Os efeitos da crise económica fizeram-se sentir mais duramente nos sectores mais dependentes da procura interna, como sejam a maior parte

⁸³ Cf. op. cit. Nota 80, p.13.

⁸⁴ Apesar de ter aderido ao espaço comunitário, o estudo da economia grega no contexto do processo de integração das economias europeias será efectuado no Capítulo IV, por julgarmos mais útil para os objectivos que prosseguimos a análise desta economia em conjunto com os países ibéricos, por se tratar de estruturas económicas com grau de desenvolvimento semelhante e, portanto, sujeitas aos mesmos tipos de constrangimentos.

das actividades intermédias (produção de metais, materiais de construção), bens de consumo corrente (têxteis, vestuário), construção de habitações ou construção naval, que, devido à queda dos investimentos e ao aumento dos impostos, registam taxas de crescimento negativas no período 1973- 77⁸⁵.

As indústrias de bens de equipamento conseguiram, por seu lado, manter uma taxa de crescimento que, embora significativamente inferior aos anos anteriores, se revelou frequentemente superior à média. No entanto, esta boa performance não foi suficiente para impedir, ao nível comunitário, uma redução da parte da indústria no valor acrescentado global, em benefício do aumento da parte do sector terciário no PIB. Poder-se-á afirmar que, de um modo geral, todos os países comunitários registaram este tipo de evolução, assinalando-se algumas diferenças que derivam, fundamentalmente, da especificidade das suas estruturas sectoriais.

III.3.2.2.I A evolução sectorial da produção

A partir de 1973, o ritmo de crescimento económico de todos os países europeus contraíu-se significativamente, sendo, em média, menos de metade do que as evoluções registadas nos anos anteriores. O crescimento industrial, que antes participara largamente no processo de expansão económica e se desenvolvia mais rapidamente do que o crescimento global, foi muito afectado pela recessão de 1975, deixando ao sector terciário um papel determinante na manutenção da actividade económica.

Estas evoluções globais foram acompanhadas de comportamentos sectoriais característicos em quase todos os Estados-membros:

- sector de bens intermédios: uma das principais vítimas das modificações do ambiente económico, foi atingido pela crise da siderurgia, fortemente afectada pela concorrência internacional e pela queda dos investimentos;

⁸⁵ Cf. " L'évolution des structures sectorielles des économies européennes depuis la crise du pétrole, 1973-1978"; Économie Européenne, Numero Special; Comissão das Comunidades Europeias, 1979; pp. 11- 17.

- sector de bens de equipamento: conseguiu conservar uma taxa de crescimento superior à média, em consequência do dinamismo dos mercados de exportação;

- sector agro-alimentar: registou taxas de crescimento relativamente sustentadas, compensando em parte a queda do sector agrícola;

- sector de bens de consumo corrente: têxtil, vestuário e papel, viram aceleradas a degradação da sua actividade. As suas taxas de crescimento médio são negativas ou próximas de zero, devido à evolução desfavorável do consumo das famílias e da concorrência movida por alguns Países em Vias de Desenvolvimento;

- produtos energéticos: a sua produção e consumo retraíram-se fortemente (com excepção, naturalmente, dos países produtores), como consequência da crise petrolífera e da recessão económica;

- sector terciário: desenvolvimento menos rápido, acompanhando a desaceleração do crescimento global da economia. O seu ritmo de crescimento permaneceu, no entanto, superior ao conjunto da economia, traduzindo-se num aumento geral da parte do sector terciário no Valor Acrescentado⁸⁶.

Em relação aos 15 anos precedentes, anos de forte crescimento, evidencia-se a impressão geral de que, em termos de adaptação das estruturas de produção nacional às novas condições de desenvolvimento, o processo foi negativo na maior parte dos E-M. Os sectores que, no decurso do período precedente, se tinham revelado como principais sustentáculos da expansão económica, acusam uma desaceleração sensível do seu crescimento, enquanto se generaliza uma crise que afecta profundamente sectores inteiros da economia no domínio dos bens intermédios, bens de consumo corrente ou construção.

O ciclo virtuoso que caracterizou o período anterior, compensação dos sectores em declínio pelo desenvolvimento de novas actividades, produtivas e criadoras de emprego, parece parcialmente bloqueado. Se bem que as modificações demorem tempo a surtir os seus efeitos, urgia uma

⁸⁶ Cf. op. cit. Nota 85; pp. 49-55.

resposta mais incisiva que permitisse uma estratégia de desenvolvimento capaz de enfrentar o acréscimo da concorrência internacional.

Embora estas reflexões se apliquem à generalidade dos países comunitários, a diversidade das situações nacionais (diferentes níveis de dependência energética, carácter mais ou menos favorável da especialização, flexibilidade dos aparelhos produtivos, evolução das paridades e taxas de câmbio) fazem surgir situações diferenciadas conforme os países, com reflexos também divergentes a nível da performance sobre os mercados externos.

No que respeita à contribuição de cada sector para o PIB, verifica-se que, no fim do período, à semelhança, aliás, do ocorrido na década anterior, a generalidade dos países regista uma diminuição significativa das contribuições do sector primário em relação ao verificado em 1974.

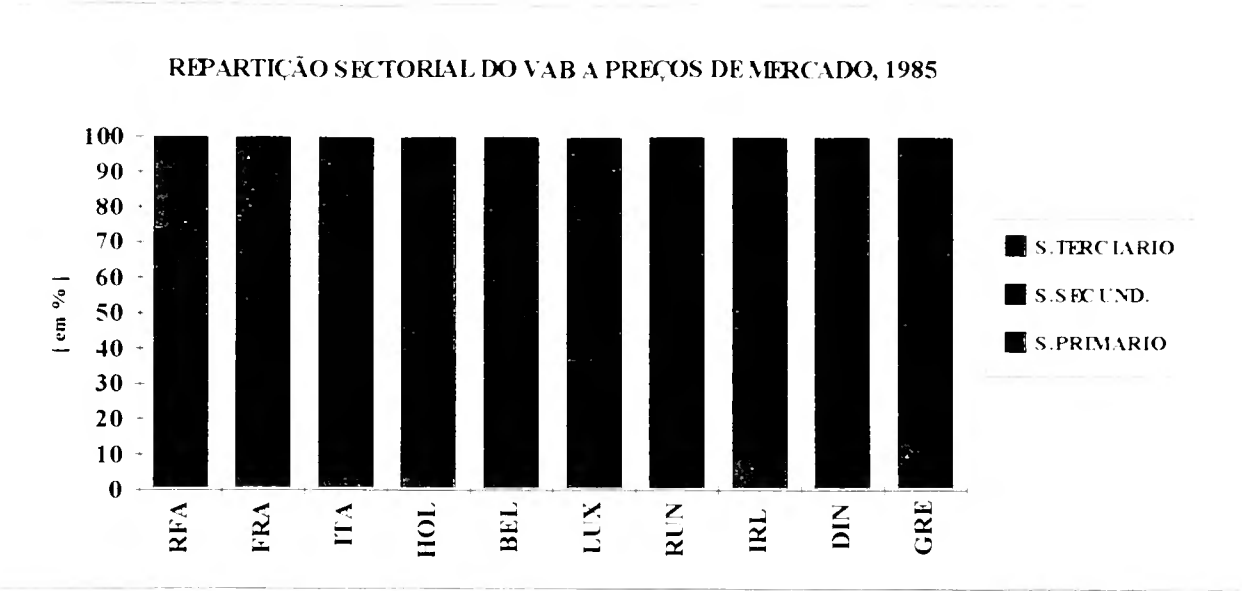
As disparidades entre os países destacam-se pela performance da França, Holanda e Itália, com contributos compreendidos entre os 5,4% e os 8,7%, contra os 2,2% evidenciados pelo Reino Unido⁸⁷; convirá no entanto salientar que a percentagem alcançada pela Holanda se deve ao alto grau de mecanização e intensidade capitalística da sua agricultura, em contraste com a França e, principalmente, a Itália, cujos valores denotam o peso da produção do sector primário no conjunto da economia. A indústria e os serviços representam, em média, 45% e 50%, não existindo grandes disparidades entre os países membros, como se pode verificar através da análise do Quadros 17A, 18A e 19A, do Anexo.

No fim do período considerado, 1985, aumenta, o peso do sector primário no PIB, facto esse que poderá ser atribuído aos dois alargamentos que marcaram a Comunidade, com a entrada da Irlanda e da Grécia⁸⁸, países que continuam a contar com contributos significativos por parte do sector primário. Entre os países que detinham em 1974 a contribuição mais elevada, França e Itália, verifica-se uma redução substancial do peso do sector primário a favor da Indústria e, fundamentalmente, dos Serviços, que registam agora uma média de 58,5% contra os 50% evidenciados no início do período. Esta evolução poderá ser confirmada pela observação do Gráfico 15:

⁸⁷ Dados retirados de publicações do Serviço de Estatísticas da Comunidade Europeia, Eurostaat

⁸⁸ Recordamos, mais uma vez, que embora fazendo referência neste período ao contributo da economia grega, a sua análise será incluída no 3º Período em estudo, acompanhando a entrada para a CEE dos países ibéricos.

Gráfico 15: Repartição sectorial do VAB a preços de mercado, 1985



Fonte: Eurostaat.

III.3.2.2.2 A evolução do comércio externo

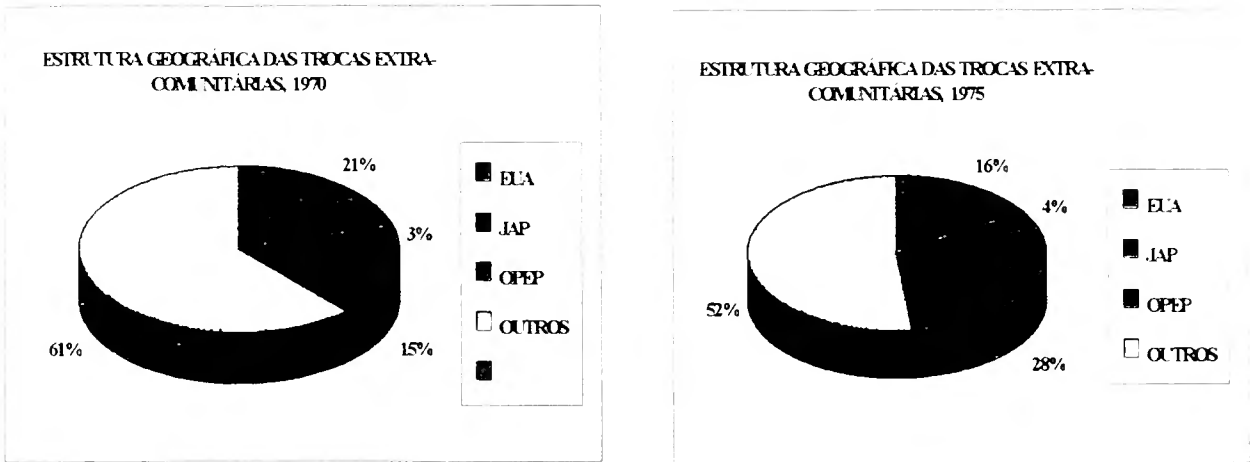
A evolução do comércio externo da Comunidade, à semelhança do resto do mundo, foi marcada pela autêntica revolução que sofreram os preços do petróleo no início da década de 70. A partir de 1973, a quadruplicação dos preços da mais importante fonte de energia para o mundo industrializado causou grandes modificações na estrutura do comércio mundial. Assim, a parte dos produtos energéticos e combustíveis nas importações comunitárias passou de 11%, em 1973, para 20% em 1976, afectando directamente todas as outras categorias de produtos: o comércio mundial de produtos agro-alimentares passa de 13,4 para 11,3%, as matérias-primas de 9,7 para 7,4% e os bens intermédios ou para consumo final, 31% para 27%⁸⁹.

A CEE, com reduzido grau de auto-aprovisionamento de recursos energéticos, sofre integralmente as consequências da crise da energia, aumentando, no espaço de cinco anos (1970-75), a parte das importações extracomunitárias com origem nos países da OPEP, passe de 18% para 28, conforme se pode verificar através da análise dos Gráficos 16 e 17. A consequência mais directa desta evolução é, evidentemente, a redução relativa

⁸⁹ Cf. op.cit Nota 85; p. 30.

do comércio intracomunitário, pela primeira vez desde a assinatura do Tratado de Roma, que passa de 52% para 48% no mesmo espaço de tempo. Para além deste facto, as trocas extracomunitárias sofreram alterações sensíveis que consistiram, fundamentalmente, na queda da parte do comércio realizado com os países industrializados e com os PVDs não produtores de petróleo.

Gráficos 16 e 17: Estrutura geográfica das importações extra-comunitárias, 1970 e 1975



Fonte: Économie Européenne, nº55, Anexo estatístico.

A redução do consumo de energia em consequência do abrandamento do crescimento económico, a depreciação da moeda norte-americana e a diversificação nas fontes de utilização de enrgia permitiram uma absorção do choque petrolífero por parte da economia comunitária, traduzida na retoma do crescimento do comércio intracomunitário.

A resposta dada pelos diferentes países às várias rupturas provocadas pela crise não foi, de modo algum uniforme, o que evidencia uma vez mais a persistência de assimetrias significativas entre os respectivos aparelhos produtivos. Na verdade, a crise desencadeada a partir de meados da década de 70 colocou os países europeus face a desafios de amplitude considerável: tornava-se quase imprescindível aumentar consideravelmente o excedente nas trocas de produtos manufacturados, para que fosse possível compensar a degradação dos termos de troca provocada pelo aumento das importações de energia; era necessário reestruturar radicalmente o aparelho produtivo, de modo a poder resistir á concorrência provocada pelos Novos Países Industrializados (NPIs) e, simultaneamente, responder, através de uma

reorientação geográfica das exportações, a aumento da procura interna nas novas zonas dinâmicas, como os países da OPEP, da América Latina e Sudoeste Asiático.

Num contexto de instabilidade monetária internacional e de competitividade acrescida entre os principais blocos industrializados, EUA, Japão e CEE, os países comunitários vão responder de forma diversa, agravando ainda mais as disparidades intracomunitárias.

Como detentora da principal performance surge, mais uma vez, a RFA⁹⁰ que, embora apresente algumas características semelhantes aos seus parceiros (queda do crescimento dos ramos mais dinâmicos), conseguiu efectuar uma rápida recuperação, pelo facto de ter iniciado no princípio dos anos 70 a reconversão da sua indústria, ao custo, no entanto, de uma compressão muito significativa do ritmo de criação de emprego. Os níveis de produtividade atingidos nos sectores mais ameaçados pela concorrência internacional (bens intermédios, bens de consumo corrente) asseguraram-lhe margens de competitividade que permitiram compensar a apreciação da moeda nacional. Conseguindo combinar a progressão moderada dos seus custos de produção em relação aos seus parceiros com um ajustamento rápido da estrutura de emprego por sector e uma orientação geográfica e sectorial favorável das suas trocas com o exterior, a RFA mostrou-se, a par dos EUA e Japão, como a economia comunitária mais apta a aproveitar as oportunidades de crescimento proporcionadas por uma eventual retoma do crescimento económico.

Embora reconheçamos que estamos a trabalhar com dados bastante agregados, julgamos ser possível a avançar a hipótese de que existe um distanciamento considerável entre a indústria alemã e o conjunto da Comunidade, no que respeita, nomeadamente, à especialização da exportação: evidencia um esforço para se desembaraçar das actividades mais ameaçadas pela concorrência dos NPIs, para se concentrar em produções integrando mais tecnologia e trabalho altamente qualificado. Estas mutações intra e inter sectoriais para actividades com forte valor acrescentado contribuíram largamente para consolidar o avanço da indústria alemã em termos de produtividade do trabalho e competitividade, alargando ainda mais o fosso que a separa dos seus parceiros comunitários. Por outro lado, a tradição exportadora

⁹⁰ Cf. op. cit. Nota 85, pp. 49-55.

da RFA, a densidade da sua rede comercial e a imagem de qualidade associada aos seus produtos, constituiu um trunfo decisivo em época de recessão, contribuindo para manter, pese embora alguns recuos na exportação e uma maior penetração do mercado interno, um excedente comercial considerável ao longo dos anos em causa.

As economias europeias de média dimensão⁹¹ (Bélgica, Holanda, Dinamarca, Irlanda) tiveram maiores problemas em superar a crise, tendo apenas a Holanda melhorado as suas performances depois de 1976 (devido principalmente a um aumento do consumo das famílias e do investimento, e á boa performance da produtividade), embora sofresse a inexistência do sector automóvel e de algumas indústrias de bens de equipamento, os mais dinâmicos do período. Por seu lado, a Bélgica sofreu um retraimento do investimento estrangeiro, sendo o seu sector industrial consideravelmente atingido pela crise.

A França denotava uma evolução incerta, combinando performances consideráveis em sectores de alta tecnologia (nuclear, aeronáutica, informática) com as tensões que se iam desenvolvendo nos sectores mais ameaçados (siderurgia, têxtil), mais sujeitos à pressão de alguns NPIs. Este tipo de ajustamentos, difíceis dada a degradação do ambiente económico, arriscava comprometer o esforço de industrialização sustentado que a França prosseguia desde o início dos anos 60.

No extremo oposto à RFA, encontravam-se as economias da Itália e do Reino Unido, que registam, ao nível macroeconómico, as mesmas contraperformances caracterizadas por uma muito fraca taxa de investimento e uma profunda degradação do valor da moeda. No entanto, o dinamismo da sua actuação é francamente contrastante:

- em Itália⁹², verifica-se um grande esforço de industrialização, com um aumento do peso relativo da indústria no PIB e a conquista de mercados externos; regista igualmente um desenvolvimento da siderurgia e bens de equipamento, onde denotava, em 1960, um atraso estrutural face aos seus parceiros.

⁹¹ Cf. op. cit. Nota 85, pp. 49-55.

⁹² Cf. op. cit., p. 52.

No entanto, uma das características do seu desenvolvimento foi o peso determinante concedido ao aumento do consumo das famílias e outros bens tradicionais de consumo corrente destinados à exportação (têxteis e derivados, por exemplo), o que acabou por orientar a indústria italiana para actividades de menor intensidade capitalística e para a escolha de técnicas de produção que utilizam mais intensamente o factor trabalho. Esta opção, embora revelando uma certa lógica no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho intra CEE, acabou por se revelar um obstáculo considerável, expondo a indústria à concorrência internacional.

Com a crise económica, a Itália, com um nível produtivo mais fraco que os seus vizinhos, praticou uma politica de emprego diametralmente oposta, criando empregos nos sectores secundário e terciário. Menos estrangida do que os seus parceiros da 'serpente monetária' às exigências da competitividade, beneficiou dos efeitos positivos da desvalorização da moeda, não tendo sido induzida a modificar a sua escolha de especialização (com base nas Vantagens Comparativas), mantendo a um nível elevado a progressão das suas exportações, e aumentando, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade face ao exterior.

- no Reino Unido⁹³, evidencia-se uma situação mais preocupante, uma vez que, no período anterior, não tinha aproveitado o ambiente económico favorável para adaptar as suas estruturas de produção; registara um crescimento global mais lento, uma taxa de investimento bastante fraca, degradação das estruturas industriais (recoo das indústrias de bens de equipamento e orientação para o consumo corrente). O peso da indústria no conjunto da economia não parou de diminuir, em termos de produção e emprego, em favor de um sector terciário que absorvia cada vez maior número de recursos humanos e financeiros. Embora dispusesse de alguns pontos fortes, como a química e a informática, a indústria britânica abordou a crise em situação de declínio. No entanto, e apesar da persistência deste tipo de problemas, conseguiu evitar, em parte, a quebra das suas vendas ao exterior, apoiando-se no aumento das exportações do petróleo do Mar do Norte, produtos metálicos e bens de consumo corrente.

⁹³ Cf. op. cit. Nota 85, p. 53.

A análise dos Quadros 20A e 21A, do Anexo, onde está exposta a estrutura das importações e exportações de cada país membro da Comunidade, no início e fim do período em análise, poderá ajudar a confirmar algumas das observações acima expostas.

No que respeita ao comércio intracomunitário, e a partir das conclusões atingidas por **Jacquemin e Sapir** (1988) e de um estudo da Comissão Europeia⁹⁴, é possível afirmar que existiu um movimento de convergência após o primeiro alargamento da Comunidade, em 1973, entre os antigos e os novos membros: diminuição da parte das importações intracomunitárias para os antigos membros e aumento da mesma parte para os novos; em termos de disparidades entre indústrias, denota-se uma redução da parte da indústria mecânica, uma estagnação dos minerais e química e aumento das outras indústrias transformadoras.

III.3.2.2.3 Evolução divergente do emprego/desemprego

O período em questão não foi unicamente caracterizado por um fraco crescimento do produto e ausência de novos progressos no sentido da convergência em matéria de estruturas produtivas. Verificou-se igualmente uma degradação progressiva do mercado de emprego, o que levou a um agravamento das diferenças absolutas entre os E-M e as regiões da CEE.

A taxa de desemprego, no conjunto da comunidade, duplicou uma primeira vez entre o primeiro e segundo choques petrolíferos, (respectivamente, 1973 e 1979), passando de 2,5% (1973) para 5,5% (1979)⁹⁵. Ao longo da primeira metade da década de 80, duplicou novamente, atingindo os 11% em 1985, sob a influência do segundo choque petrolífero e da recessão que se seguiu. Esta situação desfavorável provocou uma diminuição temporária da procura de mão de obra, acompanhada por uma criação insuficiente de novos empregos. Por outro lado, a evolução demográfica e o aumento da

⁹⁴ In " L'intégration régionale et le commerce" ; *Économie Européenne*; Março de 1989; Comissão das Comunidades Europeias; pp. 23 - 26.

⁹⁵ In " Les Régions de la Communauté élargie" (1987); *Troisième Rapport sur la situation et évolution socio-économique des régions de la Communauté*; Comissão das Comunidades Europeias; Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo; p. 60.

actividade feminina induziram a um aumento constante do volume da força de trabalho.

Todos os E-M foram atingidos pelo fenómeno do desemprego, embora a amplitude do mesmo e sua evolução tenha variado conforme os casos, como se pode verificar através da análise do Quadro 9A, do Anexo; no período compreendido entre 1974 e 1985, a Bélgica, Holanda, Dinamarca e Irlanda, registaram, por ordem decrescente, as maiores subidas em relação ao espaço temporal anterior, 1960-1973. Os países que conseguiram evitar uma maior degradação na taxa de desemprego foram, por ordem crescente, a França, a Alemanha, Itália e Grécia, o que revela, especialmente neste último caso, uma inércia quase completa na adaptação das estruturas económicas à envolvente macroeconómica em mutação acelerada.

Por sua vez, o desemprego, à escala regional⁹⁶, no interior dos E-M, registou geralmente evoluções semelhantes às do desemprego à escala nacional. A subida generalizada do desemprego nos E-M foi acompanhada por um reforço progressivo das suas disparidades regionais absolutas. A tendência para a acentuação das diferenças entre as economias, bem como entre as suas regiões, provocou um aumento considerável da disparidade existente entre as regiões da Comunidade no seu conjunto: a taxa de desemprego das 15 regiões melhor colocadas passou de 2,5% para 6,5% (1974 - 1985), enquanto a das regiões mais afectadas passou de 8% para 21% no mesmo período⁹⁷. Refira-se ainda que, entre as zonas particularmente afectadas pelo desemprego se encontram tanto as regiões fracamente desenvolvidas, como as regiões cujo nível de rendimento e produtividade é igual ou superior à média, como é o caso, por exemplo, das regiões industriais em declínio.

Convirá ainda referir a questão das migrações: as migrações entre regiões da Comunidade parecem bastante fracas quando comparadas com os movimentos registados no período precedente. Os níveis de 1985 não atingem nem metade dos verificados nos anos 60, reflectindo a generalização progressiva dos problemas económicos, nomeadamente o desemprego, que

⁹⁶ As disparidades regionais em matéria de Desemprego e Rendimento per capita, nomeadamente, foram analisadas em pormenor no Capítulo II.

⁹⁷Cf. op. cit. Nota 87, p. 62.

afectou as regiões mais prósperas da Comunidade depois do primeiro choque do petróleo.

Não será, assim, difícil concluir que a evolução do emprego foi muito desfavorável, pautando-se pela redução de efectivos na indústria e construção e pela diminuição do ritmo de criação no sector terciário, como se poderá inferir da análise do Quadro 22A, do Anexo. A variação foi diferenciada conforme os países, tendo sido mais importante na Bélgica e RFA (países que já no início dos anos 70 tinham procedido, em período de conjuntura alta, a compressão do emprego nos sectores em declínio), enquanto a Itália continuou a criar empregos na indústria, estando estas diferenças directamente dependentes de diversos factores, como as capacidades de adaptação do aparelho produtivo ou as perspectivas de amplitude da crise ou de retoma da actividade.

A criação de emprego, a nível global, diminuiu também substancialmente em relação ao período anterior, 1960 - 1973, conforme se poderá verificar através da análise do Quadro 13.

Quadro 13: Emprego Total (variação em %), Europa Comunitária

	1961-73	1974-85
BEL	0.6	-0.3
DIN	1.1	0.5
RFA	0.3	-0.2
FRA	0.7	0.1
IRL	0.1	0.1
ITA	-0.2	0.9
LUX	1.1	0.5
HOL	0.9	-0.2
RUN	0.3	-0.2
ESP	0.7	-1.4
POR	0.2	-0.5
GRE	-0.4	1
EUR12	0.3	0

Fonte: Previsões Económicas, 1994; Comissão das Comunidades Europeias

III.3.2.2.4 A produtividade do trabalho

Caracteriza-se por revelar níveis bastante reduzidos durante todo o período, atingindo uma média de 2% entre 1974 e 1986, contra os 4,4% de média anual registados no período de 1960-1973, para o conjunto dos países comunitários, conforme se pode observar pelo Quadro 14.

Quadro 14: Taxas médias de variação da Produtividade do Trabalho (PIB real por pessoa ocupada)

	1961-73	1974-86
BEL	4,3	2
DIN	3,2	1,4
ALE	4	1,8
GRE	8,1	1,5
ESP	6,5	3,1
FRA	4,7	2,1
IRL	4,3	3,3
ITA	5,5	1,9
LUX	3	1,3
HOL	3,9	1,9
POR	6,6	3
RUN	2,9	1,8
EUR12	4,4	2

Fonte: Économie Européene; Suplemento A; Previsões Económicas; 1994

No entanto, estes resultados escondem diferenças de comportamento entre os países, pois, globalmente, os principais resultados são outros: a Bélgica, RFA e Holanda acabaram por se revelar como as economias mais produtivas; França e Dinamarca ocupavam uma posição intermédia, enquanto a Itália e Reino Unido se situavam-se abaixo do nível comunitário.

A análise das performances dos E-M na utilização dos factores de produção ao nível sectorial poderá fornecer uma imagem mais coerente das estratégias e capacidades de adaptação das várias economias:

- os constrangimentos monetários e da Balança de Pagamentos obrigaram a maior parte dos países a favorecer a obtenção de ganhos de

produtividade em detrimento do emprego, principalmente do industrial. Os países com melhores níveis no início melhoraram a sua performance, enquanto os outros regrediram;

- a procura, por parte de alguns países, de uma melhoria da sua competitividade no plano internacional através de uma politica de flutuação descendente da moeda permitiu resolver as dificuldades no imediato, mas comprometeu perigosamente as oportunidades de uma adaptação das estruturas económicas às condições de produção dos países parceiros, ao reduzir a pressão da concorrência externa.

III.3.2.2.5 A evolução do investimento

O crescimento negativo do investimento ao longo deste período constitui, com o aumento do desemprego, uma das características mais marcantes da crise económica que atravessou os países comunitários. A partir de 1973, todos os países registaram taxas de crescimento da F.B.C.F. negativas ou próximas de zero, enquanto que anteriormente a progressão sustentada dos investimentos tinha caracterizado a expansão das economias comunitárias.

Quadro 15: Formação Bruta de Capital Fixo em volume

	1961-73	1974-85
BEL	5,1	-0,7
DIN	6,5	-0,9
ALE	3,9	-0,3
GRE	10	-1,6
ESP	10,4	-1,2
FRA	7,7	-0,2
IRL	9,9	0,9
ITA	4,7	0,5
LUX	4,9	-2,7
HOL	5,3	-0,3
POR	7,9	-1,3
RUN	4,6	0,7
EUR12	5,7	-0,1

Fonte: Économie Européenne; Suplemento A; Previsões Económicas Outono

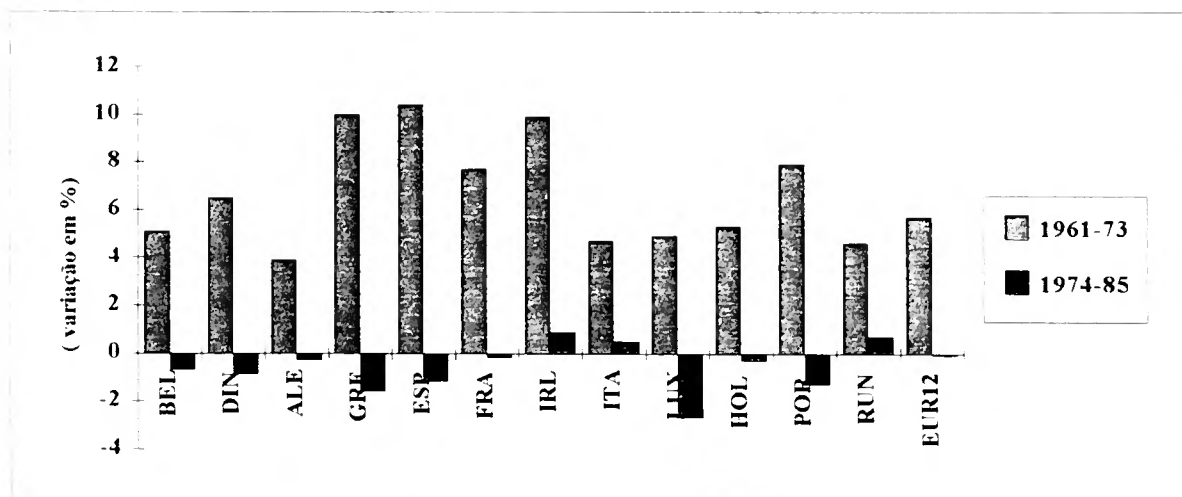
1994

Como se pode inferir da análise do Quadro 15 e do Gráfico 18, a Formação Bruta de Capital Fixo para o conjunto das economias comunitárias, passa de uma taxa média de variação anual de 5,7%, no período de 1960-1973, para uma variação negativa de 0,1%, em média anual, que caracterizou o período seguinte. Todos os países registam, para a actividade económica global, uma queda abrupta nos seus níveis de Investimento, destacando-se a Irlanda, a Itália e o Reino Unido como os únicos que conseguem manter uma variação média anual positiva, embora muito próxima dos 0%.

Em termos sectoriais, a indústria transformadora foi das mais atingidas (especialmente em França e Itália), sendo, no entanto, acompanhada pelo conjunto dos sectores industriais; os principais sectores afectados foram os sectores produtores de bens de consumo corrente (têxteis, vestuário, papel) e bens intermédios (siderurgia, materiais de construção), conforme se poderá constatar através da análise do Quadro 23A, do Anexo.

Enquanto o crescimento do investimento no sector terciário se ressentiu, o investimento público desempenhou um papel de manutenção conjuntural na França e Bélgica, conhecendo um desenvolvimento negativo na RFA, Itália e Reino Unido.

Gráfico 18 : Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo, para os países comunitários, em variação média anual.



Fonte: Idem Quadro 15.

A crise económica acabou por acentuar o papel do sector terciário, tanto no desenvolvimento do investimento como na criação de postos de trabalho, enquanto se registou uma redução progressiva do peso do sector industrial. No entanto, esta terciarização crescente da economia não poderia assegurar só por si a manutenção do crescimento, uma vez que o desenvolvimento dos serviços depende directamente do dinamismo da economia.

III.3.2.3 A persistência de obstáculos estruturais

Os acontecimentos que afectaram as economias comunitárias, eo conjunto da economia mundial, a partir de 1973 serviram para evidenciar as condições de estabilidade e coerência do processo de integração económica em que as mesmas estavam envolvidas.

No entanto, se o enquadramento económico se deteriorou bruscamente no período de tempo considerado (altos níveis de inflação e desenvolvimento acentuado do desemprego), todas as forças de tensão eram anteriores ao choque petrolífero: a diferença de maturidade dos aparelhos de produção, a flexibilidade da adaptação das estruturas de produção e de emprego, as opções de especialização face ao exterior e o grau de abertura aos produtos estrangeiros resultam da orientação de desenvolvimento adoptada desde há longa data pelos países europeus, orientação essa que não sofria alterações significativas desde há vários anos.

O dinamismo do crescimento verificado até 1973, com excepção do Reino Unido, que se traduziu pela redução do desemprego e pela elevação geral do nível de vida, dissimulou parcialmente a persistência das disparidades entre os estados membros. Acompanhadas por uma aproximação progressiva das estruturas de consumo e de produção entre os países comunitários, as modificações registadas por cada país significaram, no seu conjunto, um reforço do aparelho de produção europeu.

Os choques sucessivos abalaram o espaço europeu e acentuaram a disparidade entre as capacidades dos E-M para ultrapassar os desafios com que eram defrontados. A importância das divergências, no que concerne a sua

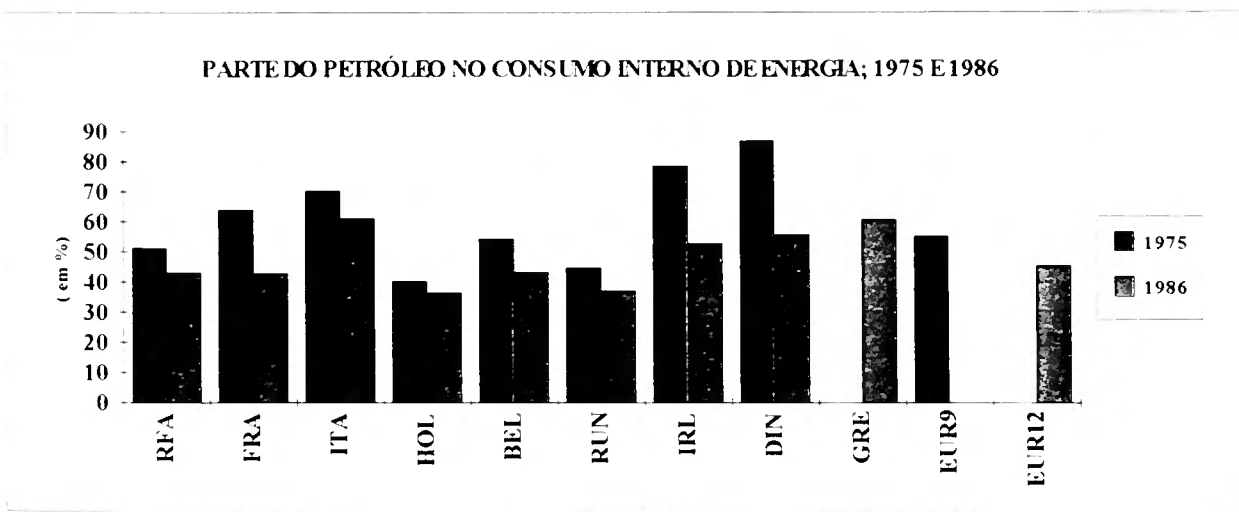
amplitude e rapidez de adaptação, indiciavam que os interesses específicos de cada país começavam a entrar em conflito acentuado, evidenciando, já na altura, a perspectiva do eventual estabelecimento de uma Europa a várias velocidades.

A situação da economia europeia neste período poderá ser caracterizada pela sua dificuldade em responder á modificação do ambiente económico, mercê, fundamentalmente, da persistência de três grandes grupos de factores económicos que desempenharam um papel determinante no desenvolvimento e orientação das estruturas económicas europeias:

a) A dependência da Europa em recursos naturais e energéticos:

Não obstante terem sido implementados alguns programas, ao nível nacional e comunitário, referentes à economia de energia e pesquisa para diversificação das fontes de aprovisionamento, o grau de dependência energética dos diferentes países comunitários não conheceu evoluções sensíveis desde 1973, com excepção das acções desenvolvidas pela Holanda e Reino Unido (explorações petrolíferas do Mar do Norte, conforme se poderá constatar através da análise do Gráfico 19.

Gráfico 19 : Parte do Petróleo no consumo interno de energia, entre 1975 e 1986



Fonte: Eurostaat.

A persistência desta dependência explica, em grande parte, o comportamento económico dos Estados membros: a vulnerabilidade das

Balanças Comerciais comunitárias às flutuações do preço do petróleo exerce um efeito moderador nos planos de relançamento económico, impondo às economias industrializadas uma transferência de recursos reais para os países produtores de petróleo e uma compressão das importações menos estratégicas, causando uma certa desordem no comércio mundial.

b) O papel determinante das trocas internacionais: A necessidade de financiar as importações de energia a preços muito mais elevados e dissimular a fraqueza da procura interna conduziu a maior parte dos países industrializados a depositar as suas esperanças de crescimento e regulação da actividade económica no dinamismo das trocas com o exterior.

No entanto, a evolução das regras do jogo do comércio internacional veio comprometer a realização do objectivo acima referido. Largamente dominada pelos grandes países industrializados até ao início dos anos 70, a organização das trocas internacionais viu aparecer novas zonas de influência: novos parceiros comerciais cujo poder de compra aumentou em flecha com a crise do petróleo, novos países produtores cujas exportações derivam da deslocalização das empresas europeias ou americanas.

As consequências são múltiplas: desenvolvimento de novas relações de força à escala mundial, exarcebção da concorrência internacional suscitada pelo aumento indispensável das exportações dos países industrializados, ataques de protecção justificados pela necessidade de fazer face a condições de produção julgadas desleais, abrandamento do ritmo de crescimento do comércio mundial após a viva expansão verificada na década de 60.

A natureza das escolhas de especialização na exportação ou do tipo de dependência dos produtos importados por parte dos países europeus, a maior ou menor rigidez das orientações adoptadas que os tinham caracterizado nos últimos anos, parecem constituir elementos determinantes para aferir das capacidades de cada país para se adaptar a novos constrangimentos.

c) A evolução dos custos e das paridades monetárias: A generalização da inflação e a flutuação das moedas afectaram todos os países europeus desde o início dos anos 70, embora o seu comportamento tenha sido caracterizado por dois tipos de atitudes: ou o domínio relativo da progressão dos custos internos e, paralelamente, apreciação contínua da moeda nacional,

ou um ritmo elevado de inflação e flutuação, no sentido descendente, das paridades.

III.4 Conclusões do capítulo III

Uma das questões centrais que pretendíamos discutir ao longo do presente Capítulo, era ver até que ponto a evolução das economias comunitárias envolvidas no processo de integração teria vindo a registar uma convergência consistente e contínua ao longo do tempo, quer no que respeitava ao comportamento dos principais agregados macroeconómicos, quer no que respeitava a elementos como a repartição sectorial do PIB, a especialização da base produtiva ou a evolução de estrutura do comércio externo.

Uma das hipóteses apresentadas prendia-se com o facto de se tentar constatar que, ao longo da história da actual União Europeia, se tinha verificado, alternadamente, uma convergência e uma divergência na evolução das economias em causa. Pretendíamos também confirmar a percepção de que a convergência se tinha verificado num período de crescimento económico acelerado a nível mundial (período compreendido entre 1960 e 1973), enquanto a divergência se manifestava nos períodos de recessão (período compreendido entre 1974 e 1985).

A hipótese a testar parece ver confirmada a sua veracidade, particularmente no período de 1960-73. Na verdade, durante este espaço de tempo, verifica-se uma convergência notável entre as estruturas de produção dos países europeus.

Poderemos talvez avançar a hipótese de que, no que respeita às estruturas de produção, e mesmo salvaguardando o facto de estarmos a trabalhar com dados muito agregados, se registou um movimento de convergência: o aprofundamento do processo de integração conduziu, não a uma especialização, mas a uma harmonização entre os grandes sectores da economia, aproximando as estruturas produtivas dos países daquelas vigentes na economia alemã. Com excepção do Reino Unido (que registou poucas transformações no seu aparelho de produção), é possível identificar um certo número de sectores de forte crescimento comuns a todos os países (química e

derivados, produtos petrolíferos, energia, material eléctrico), bem como os sectores em declínio (agricultura, derivados do carvão ou têxteis).

A partir de 1974, a situação altera-se radicalmente: a profunda recessão de 1974-1975, a aceleração dos processos inflacionistas e o desencadear de diversas crises monetárias internacionais contribuíram para modificar estruturalmente o enquadramento económico, comprometendo as possibilidades de regresso a um crescimento económico sustentado.

Todas estas condicionantes acabaram por fazer estagnar ou mesmo regredir o processo de convergência iniciado na década anterior. A partir desta altura, o processo de redução das disparidades entre os países, embora tenha continuado a progredir, nunca mais retomou o ritmo dos anos 60.

A hipótese inicial parece assim correcta: o processo de convergência das economias comunitárias avança essencialmente em períodos de vigoroso crescimento económico a nível mundial e estagna ou regride em fases de abrandamento ou recessão generalizada. O ponto de partida das economias, no que respeita particularmente à evolução das estruturas produtivas, verdadeiro sustentáculo da Convergência Real, desempenha um papel fundamental, reafirmado pela história da Comunidade Europeia: o período de maior convergência aconteceu na década de 60, período em que os países envolvidos apresentavam, pese embora algumas diferenças significativas, níveis de desenvolvimento e de vida semelhantes. Os sucessivos alargamentos da Comunidade, com a inclusão de economias cada vez mais díspares, vieram demonstrar como o processo de convergência assumiu proporções mais complexas e, conseqüentemente, ritmos mais lentos, exigindo, para ter êxito, a adopção de outros mecanismos e filosofias de acção.

CAPÍTULO IV

Introdução

A assinatura do Tratado de Maastricht, onde estão bem definidas as condições de acesso ao processo de União Económica e Monetária (UEM) europeia, tem sido desde então objecto de uma profunda polémica, por parte, essencialmente, das economias estruturalmente menos desenvolvidas; na verdade, a assumpção do primado da denominada Convergência Nominal (CN) sobre a Convergência Real (CR), ou seja, a prioridade atribuída ao saneamento dos agregados monetários e orçamentais não fará, julgamos, muito sentido para estruturas sócio-económicas que enfrentam o desafio de um crescimento acelerado, dado o atraso que registam face aos países mais fortes da União.

Encontramos nesta situação as economias mais débeis da União Europeia, que constituirão o objecto de análise do presente capítulo (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal), embora as três primeiras funcionem essencialmente como enquadramento do problema, sendo a economia portuguesa estudada com maior detalhe. Convirá já referir que, embora incluídas no mesmo grupo, se registam entre elas divergências significativas a nível de estruturas e infraestruturas económicas e sociais, pelo que deverá ser utilizada prudência acrescida na interpretação de alguns resultados.

IV.1 Objectivo do capítulo

O principal objectivo passará por tentar validar a hipótese de que, para as estruturas económicas mais fracas, o processo de convergência não é, de modo algum, espontâneo, resultando, segundo os pressupostos da Teoria Neoclássica, da simples integração das mesmas num espaço económico mais dinâmico e desenvolvido. Pelo contrário, a evolução da economia nacional tem demonstrado que o caminho para a convergência é extremamente íngreme e que não será suficiente a aplicação de políticas económicas de carácter restritivo para melhorar alguns agregados, na ausência de uma estratégia de desenvolvimento coerente, simultaneamente competitiva e solidária.

IV.2 O alargamento da Comunidade aos países meridionais

A análise da economia comunitária neste ponto é caracterizada pelo terceiro alargamento da Comunidade Económica Europeia (CEE), que permitiu a adesão das economias espanhola e portuguesa em 1986, depois da Grécia ter aderido em 1981.

Em 13 anos (1973-86), o número de Estados Membros (E-M) pertencentes à CEE duplicou, transformando consideravelmente a sua imagem, tornando-a mais heterogénea. Na verdade, em cada um dos três alargamentos realizados desde 1973, é sempre um dos novos E - M a ocupar o último lugar no que respeita ao rendimento: respectivamente, Irlanda, Grécia e Portugal. O último alargamento fez aumentar de 12 para 13% o volume de produção (PIB); em cerca de 18% o número de habitantes; em 30% o número de desempregados; em 36% o território da comunidade e o número de pessoas empregues no sector primário⁹⁸.

Entretanto, o peso das regiões com atraso de desenvolvimento⁹⁹ duplicou, vivendo aí cerca de 1/5 da população comunitária. No que concerne o rendimento, o desvio entre o PIB per capita destas regiões e a média comunitária ultrapassava os 60%¹⁰⁰.

Durante os anos 80, as disparidades dos rendimentos per capita na Comunidade aumentaram ligeiramente até 1986, tendo desde então mantido o mesmo nível. Isto aconteceu num contexto de regresso a um crescimento económico mais vigoroso na Comunidade, a partir de 1984, aproximadamente. Ao nível dos E-M, alguns dos países mais fracos alcançaram taxas de crescimento superiores à média comunitária, condição prévia para uma

⁹⁸ Cf. " Les Régions de la Communauté élargie " (1987); Troisième Rapport sur la situation et évolution socio-économique des régions de la Communauté; Comissão das Comunidades Europeias; Direcção Geral da Política Regional. Bruxelas-Luxemburgo; p. I - XII, Introdução.

⁹⁹ Segundo a classificação da Comissão Europeia (nomeadamente nas obras citadas nas Notas 56 e 57 da Dissertação, p. IX e p. 47, respectivamente), as *Regiões com atrasos de desenvolvimento* são regiões que se caracterizam por apresentarem valores para o PIB per capita inferiores em, pelo menos, 25% à média comunitária. Para além disso, trata-se, frequentemente, de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, com densidades populacionais inferiores ao conjunto comunitário. Detêm estruturas produtivas mais centradas sobre o sector primário do que os restantes países membros, em detrimento da Indústria e Serviços, caracterizando-se igualmente por taxas de desemprego mais elevadas e taxas de produtividade do trabalho significativamente inferiores à média comunitária.

¹⁰⁰ Cf. op. cit. Nota 99, p. I (Introdução).

convergência real. No conjunto da Europa dos 4¹⁰¹ verificou-se, com excepção da Grécia, uma tendência no sentido de uma convergência gradual para o PIB per capita médio da comunidade, enquanto ao nível das regiões a tendência das disparidades de rendimento só estabilizou em meados dos anos 80, sob a influência de um crescimento regular em Espanha, Irlanda e Portugal¹⁰², conforme se poderá observar através da análise do Quadro 16.

Quadro 16: Variação média do PIB real per capita (em %)

	GRE	ESP	IRL	POR	EUR4	EUR8	EUR12
1986-1990	1,4	4	3,8	4,2	3,7	2,5	2,7

Fonte: Économie Européenne; Suplemento A; Fevereiro-Março 1991

Assim, tendo a taxa de crescimento média do PIB per capita real, para o conjunto da Europa dos 12, sido da ordem dos 2,7%, Portugal, Espanha e Irlanda conseguem crescer a uma taxa média de 4%¹⁰³, pelo que a posição relativa destes países melhorou em cada ano no período 1986-90, passando de 67,7% da média comunitária em 1985 para 72,3% em 1990¹⁰⁴. Com excepção da economia grega, que tem vindo a registar uma quebra contínua do PIB per capita em relação à média comunitária, segundo os dados do Quadro 17, verifica-se que o conjunto dos países menos desenvolvidos prosseguiu uma trajectória de redução das disparidades de rendimento em relação às restantes economias comunitárias: representando, em 1986, 66% do PIB per capita da Europa comunitária, a posição relativa de Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda cifrava-se, em 1992, em 70,2% da média da Europa dos 12.

¹⁰¹ Constituída por: Portugal; Espanha; Irlanda; Grécia.

¹⁰² Cf. " As Regiões na década de 90"; (1991), Quarto Relatório periódico relativo à situação socio-económica e ao desenvolvimento das Regiões da Comunidade; Comissão das Comunidades Europeias. Direcção Geral da Política Regional; Bruxelas-Luxemburgo; p. 19.

¹⁰³ Cf. "Economie Européenne, Supplément A - Tendances Conjoncturelles"; N° 2/3, Fevereiro/Março 1991; Comissão das Comunidades Europeias; Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros; pp. 1- 7.

¹⁰⁴ Cf. op. cit. Nota 103, p. 2.

Quadro 17: PIB relativo per capita (EUR12 = 100)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
GRE	55,8	54,2	54,3	54,1	53,4	52,8	52,4
ESP	72,2	73,9	74,7	75,9	76,7	77,1	77,8
IRL	63,5	64,9	65,2	67,2	68,8	69,2	70,4
POR	52,7	53,8	54	55,2	56,2	56,9	57,7
EUR 4	66	67,1	67,6	68,7	69,3	69,6	70,2

Fonte: Idem Quadro 16

Entre os factores que tiveram maior importância neste processo de crescimento económico, destaca-se a progressão do investimento: a Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao PIB, para o conjunto das quatro economias mais fracas, cresceu regularmente, passando de 19,5% em 1986 para 24% em 1990. Por seu lado, os custos salariais unitários sofreram um ajustamento notável em cada um dos 4 países, superior aos restantes países que compõem a Comunidade (uma redução de 1,3% do primeiro grupo, contra 0,4% dos oito países restantes), pelo que, ao longo do período, a rentabilidade do investimento nos países referidos beneficiou assim duma evolução dos salários mais favorável¹⁰⁵.

Dado que os 4 países em causa são economias muito abertas ao exterior, a dependência dos mercados dos seus parceiros mais ricos é um dos factores que pode explicar o facto das taxas de crescimento económico no conjunto da CEE terem desempenhado um papel notável na redução das disparidades regionais. A retoma da convergência depois de 1986 coincidiu com um aumento na taxa de expansão global da CEE, à semelhança, aliás, do sucedido em épocas passadas¹⁰⁶. Em contrapartida, a estagnação do processo de convergência ao longo do período compreendido entre 1974 e 1985 produziu-se num momento de forte queda da actividade económica do conjunto da Europa dos 12, com taxas de crescimento médias de 2% ou inferiores¹⁰⁷.

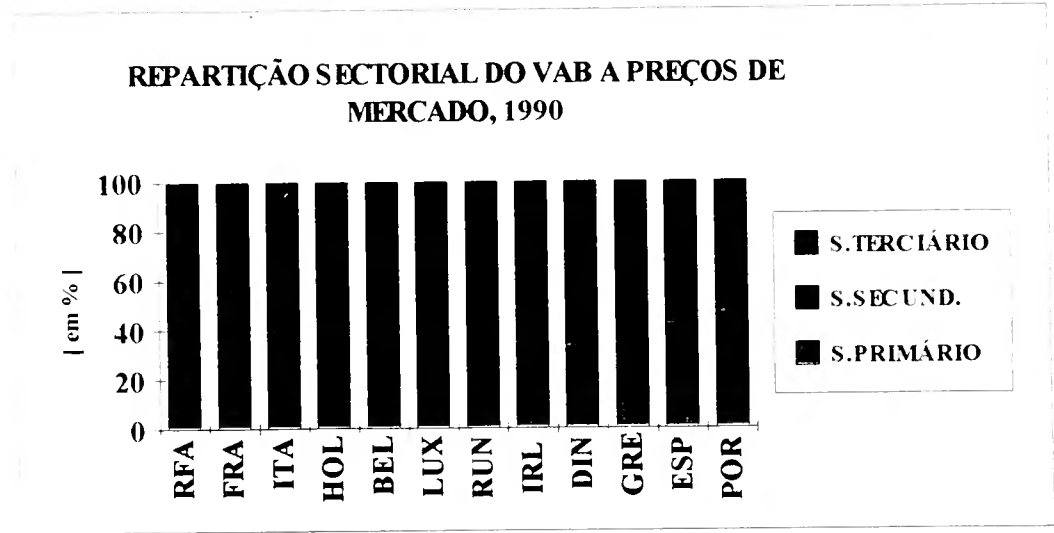
¹⁰⁵Cf. op.cit. Nota 103; pp. 3- 5.

¹⁰⁶Recordem-se as conclusões obtidas no Capítulo III, em que tudo se apontava para o facto de a convergência económica ocorrer sobretudo em épocas de crescimento económico intenso.

¹⁰⁷Cf. op.cit Nota 103, p. 5.

No período de 1986-1990, no que respeita à evolução sectorial da produção, verifica-se que esta continua a seguir a tendência já indiciada desde o início da década de 70: a análise da estrutura do Valor Acrescentado Bruto por ramo, entre 1985 e 1990, aponta para a diminuição progressiva da parte do sector primário no PIB, declínio relativo da parte da indústria e crescimento sustentado do sector terciário: as contribuições relativas dos três ramos em causa cifram-se, respectivamente, em 3% e 2,9%, para o sector primário, 38,6% e 34% para a indústria, e 58,5% contra 62,8% para o sector terciário¹⁰⁸. Veja-se, a propósito, o Gráfico 20, que representa a repartição sectorial do VAB, para o conjunto da Europa dos Doze e respectivos E -M. As disparidades principais em relação aos E-M prendem-se com a performance das quatro economias mais fracas, que continuam a apresentar valores acima da média para o sector primário [com destaque para a Grécia, Portugal e Irlanda], enquanto os Serviços e Administração Pública revelam uma contribuição bastante reduzida, especialmente se comparados com a performance das economias dinamarquesa, belga ou luxemburguesa.

Gráfico 20: Repartição sectorial do VAB a preços de Mercado, 1990, Europa dos Doze.



Fonte: Eurostaat

O início da década de 90 marca uma nova inversão de tendência, marcada por um retrocesso das performances da economia comunitária e degradação dos principais indicadores económicos. Assim, em 1991 o

¹⁰⁸ Eurostaat, 1992.

crescimento económico mundial praticamente estagnou, atingindo apenas cerca de 0,2% em termos reais. Os factores conjunturais, reforçados pelos efeitos negativos da crise no golfo Pérsico, precipitaram a recessão de numerosos países industrializados, como os EUA, o Canadá, os países comunitários e os da EFTA. Para além disso, as profundas modificações ocorridas na Europa Central e Oriental originaram uma quebra profunda na produção destes países.

O ambiente económico internacional, particularmente desfavorável, explica parcialmente a deterioração das performances: a baixa subita de confiança demonstrada pelos empresários e consumidores e o facto de vários mercados de exportação terem sido consideravelmente afectados contribuiu para a desaceleração do crescimento económico.

No seio da Comunidade, registaram-se alguns comportamentos divergentes: a Alemanha venceu com êxito o primeiro ano da reunificação, mantendo um crescimento dinâmico da procura interna que conseguiu sustentar a produção da comunidade. Em contrapartida, o comportamento da economia britânica originou um retrocesso dos resultados globais da CEE, dada a queda significativa do PIB, cifrada em 2,3%, de acordo com os dados patentes no Quadro 18, na página seguinte. As performances dos outros países situam-se entre estes dois extremos: em França e na Itália, o PIB progrediu entre 0,8% e 1,2%, respectivamente; nos países do Benelux e Dinamarca, o aumento da procura derivado da expansão do mercado alemão permitiu uma expansão muito moderada. Os três países meridionais, mercê da desaceleração do crescimento, vêem o seu processo de convergência começar a retroceder: com excepção da Irlanda, que consegue manter, entre 1991 e 1993, taxas de crescimento superiores à média comunitária, Portugal, Espanha e Grécia registam, particularmente em 1993, um significativo retrocesso na evolução do PIB, em volume, indiciando que o processo de redução das disparidades económicas funciona, essencialmente, em épocas de expansão da actividade económica, invertendo-se ou estagnando em períodos de desaceleração do crescimento.

Quadro 18: Evolução do PIB em volume (variação em %)

	1991	1992	1993
BEL	2,3	1,9	-1,7
DIN	1	1,3	1,4
ALE	4,5	2,1	-1,2
GRE	3,3	0,9	-0,5
ESP	2,2	0,8	-1,1
FRA	0,8	1,2	-1
IRL	2,9	5	4
ITA	1,2	0,7	-0,7
LUX	3,1	1,9	0,3
HOL	2,3	1,3	0,3
POR	2,1	1,1	-1,2
RUN	-2,3	-0,5	2
EUR12	1,5	1,1	-0,4

Fonte: Économie Européenne; Suplemento A; Previsões Económicas; Outono 1994

Assim, conforme se pode deduzir da análise do Quadro 18, a recessão agudiza-se em 1992 e 1993,, contrariando as perspectivas de retoma inicialmente previstas, pois o impulso fornecido pelo aumento da procura no Leste europeu começa a dar sinais de quebra, originando um abrandamento de toda a economia germânica, de que se ressentem os principais parceiros comerciais da Alemanha. Repara-se que, já a partir do ano de 1991, se nota uma diminuição no ritmo de crescimento da economia germânica, em consequência quer da recessão que se verifica a nível mundial, com destaque para a economia norteamericana e comunitária, e que se repercute nas exportações alemãs para estes países, quer pela subestimação dos custos provocados pela reunificação. Assim, embora os efeitos iniciais desta última se tenham traduzido no incremento da procura interna e externa, acabaram por ser rapidamente substituídos por um estado de depressão, que se reflectiu sobre a procura externa, contribuindo ainda mais para a tendência recessiva que assolava o conjunto da economia comunitária desde o início dos anos 90.

IV.3 Problemas Estruturais Comuns

Uma vez que nos estamos a ocupar de economias com grau de desenvolvimento relativamente semelhante¹⁰⁹, julgamos ser possível identificar algumas características comuns a todas elas que deverão influenciar significativamente a forma como responderão às imposições decorrentes do Tratado da União Europeia (TUE):

- com excepção da economia espanhola, detentora de um aparelho produtivo mais modernizado e flexível, as economias grega, irlandesa, e portuguesa, eram caracterizadas, no período que antecedeu a adesão à CEE, por um fraco nível de desenvolvimento económico, traduzido, em termos quantitativos, nas abissais diferenças que separavam os valores do Rendimento per capita das mesmas face aos restantes países que compunham a então Comunidade Europeia¹¹⁰.

- a estrutura económica era caracterizada, particularmente no caso da Irlanda¹¹¹ e Grécia¹¹², por uma organização dualista: por um lado, sectores tradicionais compostos por pequenas e médias empresas, de baixa produtividade, fraca ou inexistente capacidade de modernização tecnológica, que tinham como destino para a sua produção o mercado interno ou, como é o caso da Irlanda, os países geograficamente mais próximos; no outro extremo, estavam situados os denominados sectores de ponta (que em grande parte dos casos acabaram por se revelar como fonte de importantes estrangulamentos para o conjunto da economia), dominados pela penetração do capital estrangeiro, constituídos por empresas de maior dimensão, a laborar com tecnologia mais avançada e produzindo essencialmente para o mercado externo. Na maior parte dos casos, utilizavam os países em causa como plataformas para a conquista dos mercados europeus mais alargados;

- nos quatro países verificava-se uma forte presença do sector agrícola, quer no que respeita a sua contribuição para o Produto, quer na

¹⁰⁹Com algumas ressalvas em relação à economia espanhola, detentora de um grau de desenvolvimento económico mais avançado do que os restantes membros da Europa dos 4.

¹¹⁰ Veja-se, a propósito, o Quadro 3, Capítulo II, p.54, e o Quadro 10A, do Anexo.

¹¹¹ Cf. " The New European Economy - Regional Policies and distribution":Lukas Tsoukalis; 1990; pág.202 - 247.

¹¹² Cf. " La Grece face a l'Europe - dépendance et industrialisation truquée":S.Boutillier e D.Uzunidis; Logiques Économiques/L'Harmattan; 1991; pág.29-104.

importância da percentagem de população empregue, revelando nos dois casos uma disparidade muito acentuada em relação aos restantes membros da CEE . A performance do sector era, no entanto, sofrível, quer devido á inexistência de níveis de produtividade dignos de registo (em termos relativos, o sector agrícola contribuia de forma muito mais acentuada para o Produto nos restantes países, evidenciando um maior grau de eficiência), quer porque a elevada proporção de população empregue no sector se encontrava numa situação de sub-emprego;

- a adesão à Comunidade, embora efectuada em momentos temporais diferentes, acabou por revelar consequências idênticas para as quatro economias; entre os resultados mais evidentes poder-se-á destacar a extraordinária reafecção geográfica das trocas comerciais, confirmando-se o conjunto comunitário, indubitavelmente, como principal destino da exportações e fornecedor da maior parte dos produtos importados , o que, como se veio posteriormente a verificar, se poderá revelar desastroso em caso de perturbações conjunturais graves, como as que têm abalado a economia comunitária em diversos períodos. Como, por outro lado, estamos em presença de economias cujos sectores exportadores tinham funcionado até então em contextos de carácter proteccionista, produzindo, na maior parte dos casos, produtos de valor acrescentado relativo mais baixo, facilmente se evidenciam os efeitos que a concentração das trocas no espaço comunitário provocou em termos de degradação dos respectivos termos de troca.

- tendo presente a análise de François Perroux¹¹³, sobre as consequências da integração de economias mais frágeis em espaços estruturalmente mais desenvolvidos, não será talvez abusivo aplicar tais conclusões às quatro economias em causa, uma vez que a evolução das mesmas durante a sua permanência como membros da então Comunidade Europeia parece apontar nesse sentido: com excepção da economia espanhola, que iniciara um importante processo de renovação e modernização da sua estrutura produtiva antes da adesão à Comunidade, os outros países, Portugal incluído, aderiram ao espaço comunitário numa fase em que as suas estruturas económicas revelavam um desenvolvimento incipiente em relação ao espaço onde se deveriam integrar.

¹¹³ Cf. " Intégration économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opere l'intégration? ". in *Économie Appliquée*, n° 19; 1966, Paris; pp. 387- 414.

As consequências poderão vir a ser tão prejudiciais para a Irlanda, Grécia ou Portugal como as que se poderiam esperar da integração de economias que venham a desempenhar funções de complementaridade subalterna em relação ao espaço onde se vão integrar, em vez de se comportarem como unidades concorrenciais ao mesmo.

- um último aspecto a referir, directamente relacionado com a hipótese central do trabalho que nos tem orientado, tem a ver com a evolução do processo de integração europeu; a assinatura do TUE conferiu uma nova dinâmica ao processo de integração, visando aprofundar os laços económicos e, principalmente, políticos que unem as economias da União Europeia. Para a realização de tal propósito foram definidos e quantificados um conjunto de requisitos, temporalmente faseados, que as economias candidatas deverão preencher para aceder aos últimos estádios do processo em curso. Se a definição e a realização desses objectivos não foi, de modo nenhum, pacífica para as economias mais avançadas da União, facilmente se poderão calcular os efeitos que serão passíveis de vir a ter sobre a evolução das economias mais frágeis.

IV. 4 A Economia Portuguesa

O estudo da economia portuguesa terá como objectivo a resposta às questões seguintes, no âmbito da hipótese avançada na Introdução a este Capítulo:

a) os períodos de crise/crescimento por que tem passado a economia nacional, tomada como caso prático das economias menos desenvolvidas do espaço comunitário, obedecem a uma evolução cíclica, conjuntural, à semelhança das restantes economias da União Europeia, caminhando a economia portuguesa, numa tendência estrutural de longo prazo, para a aproximação efectiva ao nível de desenvolvimento dos países europeus?

b) os problemas com que se depara são de carácter permanente ou estrutural, sendo dissimulados em épocas de crescimento económico acelerado, e tornando-se mais evidentes quando o abrandamento da actividade económica a nível internacional não fornece estímulo suficiente?

Se estivermos em presença da situação descrita em a), poderemos talvez postular que os processos de CN e CR, tal como são definidos pelo TUE são suficientemente coerentes para assegurar uma evolução contínua do processo de convergência/aproximação do nível de desenvolvimento entre as várias economias comunitárias; se, pelo contrário, nos encontramos no contexto descrito em b), julgamos ser necessária a introdução de uma outra abordagem da Convergência, particularmente da CR, aquilo que já designámos anteriormente por Convergência Real em sentido amplo¹¹⁴.

Julgamos útil, por outro lado, situar a economia nacional no contexto da economia comunitária e permitir uma análise sumária da sua evolução nos últimos 30 anos.

Assim, os pontos mais salientes prendem-se com a existência de um Estado corporativista, que dominou os destinos económicos e políticos do país, desde a década de 30 até início dos anos 70, não produzindo mudanças sensíveis na estrutura produtiva, e contribuindo para perpetuar uma economia fechada e protegida, sendo as políticas orientadas tendo em vista a auto-

¹¹⁴Recordamos que o nosso conceito de Convergência Real em sentido amplo foi definido no Capítulo III.

-suficiência em produtos alimentares. Uma vez que o mercado externo se evidenciava pela sua reduzida dimensão, foram propiciadas condições que permitiram a formação de um pequeno número de poderosos grupos económicos privados, que se desenvolveram posteriormente para um complexo industrial-financeiro relativamente ineficiente. Por volta de 1950, verifica-se uma certa evolução na orientação das políticas económicas vigentes: a industrialização é agora perspectivada, em detrimento da agricultura, como a principal força do desenvolvimento económico, pelo que vultuosos investimentos são afectados à construção de infraestruturas económicas e de transporte, essenciais à manutenção da actividade dos grupos existentes.

O declínio deste tipo de política económica terá começado em meados da década de 70, impulsionado por factores externos e internos: a abertura progressiva da economia ao exterior (integração na EFTA no início dos anos 60 e celebração dos acordos comerciais com a CEE) teve como consequência inevitável, o desmoronamento de um sistema produtivo, ineficiente e de baixa produtividade e fraco valor acrescentado, que teria sobrevivido durante décadas graças aos subsídios estatais e à discriminação comercial face ao exterior. No que respeita aos factores internos, o descontentamento social resultante dos custos económicos e humanos originados pela Guerra Colonial e a deterioração das condições de vida, traduziram-se na eclosão da Revolução de 1974 e na substituição do regime. As consequências da mudança de regime político tiveram consequências profundas a nível económico e social, com a nacionalização do sistema financeiro (bancos e seguros), dos sectores industriais de base e vários outros que estavam sob o domínio dos grupos financeiros privados; o processo de Reforma Agrária; o regresso de grande parte da população emigrada nos territórios africanos.

O agravamento progressivo da crise económica que se seguiu à Revolução de Abril levou à assinatura dos Programas de Estabilização assinados com o FMI. Na segunda metade dos anos 80, a economia portuguesa conheceu uma retoma do crescimento, guiada pelos sectores industrial e financeiro, graças, essencialmente, ao forte dinamismo da procura externa, e ao crescimento do investimento.

As repercussões da transformação da economia nacional numa economia de crescimento induzido pelo sector externo levaram ao abrandamento do processo de crescimento económico, no início dos anos 90,

como resultado da desaceleração da actividade a nível mundial e, particularmente, entre os parceiros comerciais mais importantes, como é o caso da União Europeia.

Poderemos, assim, concluir que a evolução da economia portuguesa não terá diferido substancialmente do conjunto das economias europeias: bom desempenho global durante toda a década de 60, com altas taxas de crescimento do Produto e níveis moderados de desemprego e inflação; inversão significativa, coincidente com a eclosão das crises petrolíferas, entrando numa fase de estagnação/quebra do crescimento que se iria prolongar até aos primeiros anos da década de 80. Seguiu-se a recuperação na segunda metade dos anos 80, e, finalmente, nova entrada numa fase de abrandamento da actividade económica, com deterioração progressiva da maior parte dos agregados, fase essa simultânea com o início do presente decénio.

IV.4.1 Convergência Nominal

Tendo em conta que os objectivos definidos pelas autoridades portuguesas, no seguimento das disposições aprovadas em Maastricht, se concentraram, essencialmente, na prossecução da Convergência Nominal, convém aferir, de forma breve, quais os resultados da orientação macroeconómica seguida, no que diz respeito ao saneamento e estabilização dos agregados que compõem os requisitos para a passagem à 3ª Fase da União Económica e Monetária (UEM).

O comportamento da economia nacional no primeiro período em análise, 1960-73¹¹⁵, no que respeita à estabilidade dos agregados de ordem monetária e financeira, constitui, do nosso ponto de vista, uma prova evidente da relativa "artificialidade" de um processo de desenvolvimento económico assente em critérios como os definidos pelo Tratado da União Europeia.

Assim, numa altura em que o país ainda vivia num contexto de relativo proteccionismo e isolamento face ao exterior, a performance

¹¹⁵ Embora o essencial da nossa análise neste Capítulo assente sobre o período posterior a 1986, data da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade, julgamos útil incluir algumas referências pontuais aos períodos de tempo anteriores, visando fornecer um enquadramento mais abrangente da evolução da economia portuguesa ao longo do tempo.

económica era verdadeiramente notável no respeito pela maior parte dos critérios¹¹⁶:

-Taxa de Inflação: a economia portuguesa podia considerar-se uma das mais virtuosas da actual União a 12, pois, segundo dados da Comissão Europeia, constantes do Quadro 1A, do Anexo, apresentava um crescimento médio da inflação, medida pelo Deflactor do Consumo Privado, de cerca de 3,9%, inferior ao registado pela média europeia (4,7%); de entre os países mais fracos, o denominado Grupo dos 4, apenas a Grécia apresentava valores inferiores (3,5%).

O período virtuoso foi bruscamente interrompido em 1973-74, por altura da crise ampliada pelo aumento do preço das matérias primas ligadas ao petróleo; no período entre 1974-85, a taxa de inflação média em Portugal cifrou-se em 21,5%, enquanto a média comunitária não ultrapassava os 10,3%. Este comportamento evidencia, do nosso ponto de vista, a debilidade ou dissimulação de que se reveste um critério deste género, em termos de apreciação da performance de uma país: na presença de choques externos com a amplitude do verificado na década de 70, e na ausência de uma estrutura produtiva consistente devidamente articulada, as diferentes economias reagem em conformidade com o seu verdadeiro grau de desenvolvimento económico.

A partir de 1986, e até 1992, aproximadamente, a história da política económica nacional assumiu como objectivo principal o controlo do ritmo de crescimento dos preços: desde os Acordos com o FMI até à orientação restritiva da política monetária, tudo foi feito para dominar a espiral inflacionista; não obstante, e apesar da descida dos preços do petróleo, a taxa de inflação cifrou-se, em média neste período, em cerca de 11,3%, mais do dobro da média comunitária (4,4%). Uma análise mais desagregada revela um crescimento da ordem dos 10%, em 1987 e 1988, que se mantém em 1989, coincidente com o período de maior crescimento económico, e uma desaceleração a partir de 1991, tendência que se mantém até 1993, reflectindo a contracção da procura interna e o ajustamento dos custos, compensando os efeitos inflacionistas da depreciação do escudo em 1992-93. O valor de 5,5% previsto para 1994 continua no entanto muito longe da média comunitária, inviabilizando o cumprimento do critério respectivo.

¹¹⁶É evidente que este tipo de análise deverá ser objecto de prudência acrescida, uma vez que os objectivos de política económica prosseguidos na altura diferiam substancialmente da realidade que vigorava aquando da assinatura do Tratado da União europeia.

Em resumo, poderá afirmar-se que, apesar dos esforços envidados, o controlo da taxa de inflação ainda se apresenta muito problemático; revelando as debilidades estruturais do aparelho produtivo e a má performance do sector dos Bens Não Transacionáveis, a taxa de inflação só apresenta uma tendência descendente no contexto de uma desaceleração do crescimento económico.

- **Taxas de Juro:** à semelhança da taxa de inflação, e tendo sido eleitas como o principal instrumento de combate á mesma, a evolução das taxas de juro em Portugal nos últimos 20 anos (não se dispõe de dados para o período 1960-73) tem sido caracterizada por níveis elevadíssimos em relação à média europeia, conforme dados apresentados no Capítulo II,: 25,4% em 1974-85, contra 11,9% de média comunitária, e 16,2% em 1986-92, contra 9,6% da Europa dos 12. Tal disparidade teve consequências nefastas sobre a evolução do investimento produtivo, que apresenta quebras sucessivas, contribuindo para a manutenção de um valor médio negativo até 1985, tendência essa retomada a partir do início da década de 90.

- **Défi ce e Dívida Pública:** tendo apresentado um excedente das contas públicas em relação ao PIB (0,6%) no período 1960-73, conforme se poderá observar através da análise do Quadro 24A, do Anexo, os anos de 1974-1985 revelaram um desequilíbrio acentuado na gestão orçamental, atingindo o rácio défi ce/PIB um valor médio de -7,2%, resultado da prática de uma política orçamental demasiado expansionista.

No período de 1986-92 assiste-se então a uma ligeira redução do referido rácio (atinge, em média, -5,6%), embora a relação Dívida Pública/PIB continue a registar uma tendência ascendente como consequência, fundamentalmente, do elevado nível das taxas de juro: os juros da Dívida Pública em percentagem do PIB passam de 3,7% (em 1974-85) para 8,2% (em 1986-92). Os anos seguintes continuaram a registar valores demasiadamente elevados para estes agregados: 7,3% em 1993, e, previsivelmente, 6,3% em 1994, para o défi ce/PIB, dado o agravamento do défi ce da Segurança Social, á quebra de receitas na cobrança de impostos, aumento dos subsidios de desemprego e, por outro lado, á diminuição do valor do Produto em resultado do abrandamento do crescimento económico. Os valores para a relação Dívida Pública/PIB aumentaram continuamente, atingindo 70,4% em 1994.

- **Estabilidade Cambial:** No seio de grande polémica relativamente à oportunidade da data de adesão, o escudo entra oficialmente na banda larga do MTC do SME, em 6 de Abril de 1992, sendo objecto de uma desvalorização de cerca de 3,5%, por ocasião do realinhamento verificado em 14 de Novembro de 1992.

A entrada do escudo no MTC do SME constituía, segundo vários analistas, o corolário de uma política económica que assentava grande parte da sua consistência na força do escudo, com o objectivo de aproximar a taxa de inflação portuguesa dos seus parceiros comunitários. O meio seleccionado consistiu na manutenção de uma política monetária restritiva, baseada em elevadas taxas de juro, que acabou por ter consequências graves sobre a competitividade do tecido produtivo português.

O percurso da moeda portuguesa no seio do MTC não tem sido, no entanto, particularmente fácil: as perturbações que começaram a afectar o funcionamento do SME, e que acabaram por originar a saída do MTC por parte da libra esterlina e da lira italiana, implicaram novo conjunto de realinhamentos (entre Setembro de 1992 e Maio de 1993); neste contexto, e apesar dos esforços envidados pelo Banco Central para sustentar a queda da moeda portuguesa¹¹⁷, esta acaba por sofrer uma desvalorização de 6% (acompanhando a quebra da peseta espanhola), em Novembro de 1992, seguida de nova descida, 6,5%, em Maio de 1993¹¹⁸.

Assim, e embora a decisão do alargamento das margens de flutuação para $\pm 15\%$, em 2 de Agosto de 1993, tenha retirado grande parte do sentido do critério de estabilidade cambial previsto pelo TUE, a moeda portuguesa não teria qualquer hipótese de cumprir os requisitos de Maastricht no domínio da política cambial.

¹¹⁷ Para travar a emergência de movimentos especulativos sobre o escudo (particularmente desde meados de 1993), o Banco de Portugal procedeu a diversas intervenções nos mercados cambiais, oferecendo moeda estrangeira ou actuando nos Mercados Monetários Interbancários e de Títulos, originando, quer a perda maciça de divisas, quer a subida significativa das taxas de juro.

¹¹⁸ A peseta espanhola sofre nesta data a maior desvalorização desde a sua entrada no MTC do SME, registando uma desvalorização de cerca de 8%.

IV.4.2 A Convergência Real

Já foi referido que por Convergência Real entendemos um conjunto de aspectos mais vastos do que os habitualmente considerados e que passam, nomeadamente, pela análise da estrutura produtiva e da especialização do país face ao exterior.

No entanto, nesta fase, e à semelhança da metodologia que adoptámos para os Capítulos II e III, pretendemos averiguar até que ponto a economia nacional se tem mantido na via da Convergência Real no que respeita às duas grandezas geralmente consideradas, para depois podermos avançar a abordagem alternativa que já utilizámos no Capítulo III.

Vamos, assim, preocuparmo-nos, de momento, com a análise do nível de vida relativo das populações, reflectido pelo taxa de crescimento do PIB em volume e pela evolução do PIB per capita, e com a percentagem de população activa desocupada, traduzida pela taxa de desemprego.

IV.4.2.1 Rendimento Real

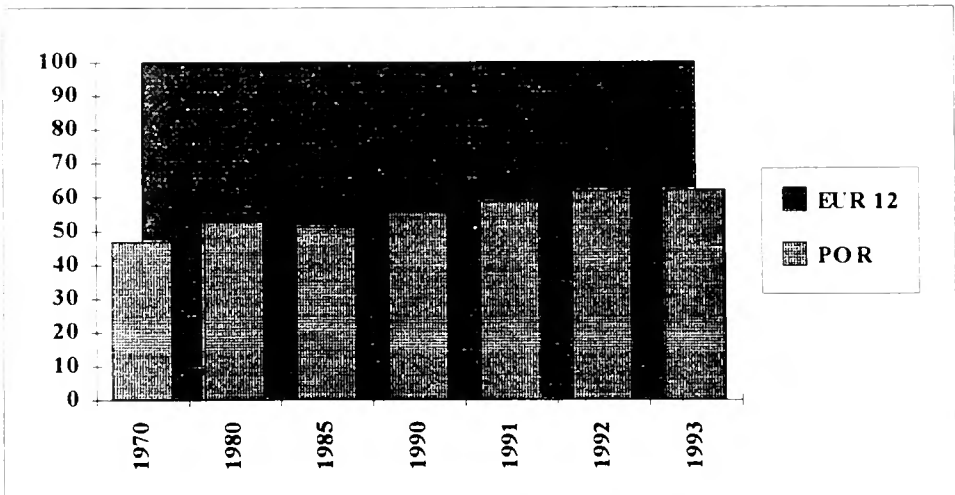
Uma primeira análise relativa à performance da economia portuguesa realçará, em princípio, a tendência para a aproximação entre o nível de vida da população nacional e o conjunto da Europa comunitária. Tal percepção deriva, fundamentalmente, da evolução ascendente registada pelo PIB per capita e pelo diferencial positivo da taxa de crescimento da economia portuguesa em relação à economia dos Doze. Sem pretender pôr em causa tais resultados, devidamente comprovados por dados estatísticos fiáveis, julgamos ser útil relativizar os mesmos, o que pode ser feito através de um tratamento mais desagregado da informação disponível. Vejam-se, a propósito, o Quadro 19 e o Gráfico 21.

Quadro 19: PIB per capita em Portugal e nalguns E-M, 1970-1993
(medido em Paridades do Poder de Compra; EUR12=100)

	1970	1980	1985	1990	1991	1992	1993
POR	46,9	52,7	51,2	55,9	58,7	62	62,3
LUX	138,4	115,3	119,8	126,6	127,5	128,7	129,8
GRE	46,4	52,2	51	47,3	47,4	47,3	47,5
ESP	72,2	71,6	70,1	75,1	77,6	77,6	77,6
EUR 12	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório Anual da Comissão; 1994; Comissão das Comunidades Europeias

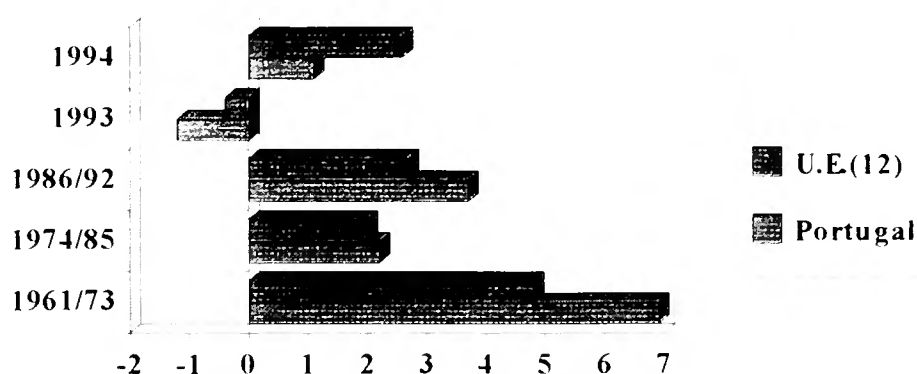
Gráfico 21: Evolução do PIB per capita (1970-1993) em Portugal e no conjunto da Europa dos Doze, medido em Paridades de Poder de compra.



Fonte: Idem Quadro 19

Por seu lado, a análise do Gráfico 22 e do Quadro 25A, do Anexo, construídos a partir de dados da Comissão Europeia, fornecem a evolução da taxa de crescimento do PIB, em volume, para a economia portuguesa e para o conjunto da União Europeia a 12, desde o início da década de 60 até 1994.

Gráfico 22: Evolução das taxas de crescimento do PIB em volume (em %)



Fonte: Économie Européenne; Suplemento A; Previsões Económicas, Outono 1994

Pensamos serem pertinentes as seguintes observações:

- considerando que existe Convergência Real quando as economias mais atrasadas conseguem crescer a uma taxa superior à das mais desenvolvidas, verificamos a ocorrência de tal fenómeno durante todo período de 1960-73, tendo a economia nacional mantido um diferencial positivo de crescimento de 2,1% em relação à média comunitária; a nível mais desagregado, esses diferencial atinge a maior amplitude nos anos de 1972-73, quando a economia portuguesa consegue uma performance superior a 11%;

- O período que se segue, 1974-85, apresenta características significativamente diferentes, traduzidas na estagnação/regressão do processo de Convergência Real, pelo que, no conjunto do período em causa, a economia portuguesa regista um diferencial positivo de apenas 0,2%, que esconde, no entanto, uma evolução algo atribulada: os anos de 1974 e, particularmente, 1975, registam uma efectiva divergência em relação à média comunitária, à semelhança, aliás, dos anos de 1983 e 84, aumentando a disparidade de desenvolvimento entre a economia nacional e a Europa comunitária;

- No espaço de tempo compreendido entre 1986-92, período frequentemente apontado como correspondendo à fase de maior crescimento da economia portuguesa, os dados disponíveis apontam, ao contrário, para uma estagnação relativa no processo de aproximação à Europa dos 12: o diferencial positivo de crescimento, com excepção do ano de 1987, ronda, em média, 1

ponto percentual, bastante inferior portanto aos valores registados no primeiro período em análise, 1960-1973, sendo mesmo de destacar uma divergência efectiva no ano de 1988, e a estagnação do processo em 1991-1992.

- Os anos mais recentes, 1993 e 1994, foram nefastos para o processo de aproximação à média comunitária, distanciando ainda mais a economia portuguesa do espaço a integrar: enquanto em 1993 a quebra no crescimento económico português atingiu 1,2%, registando um diferencial negativo de 0,8 pontos percentuais relação à média comunitária, a situação agrava-se em 1994: embora o PIB nacional registe, previsivelmente, um crescimento em volume de 1,1%, a economia comunitária deverá ter crescido a uma taxa média de 2,6%, o que se traduz numa divergência de 1,5 pontos percentuais. Em resumo, com excepção do período 1960-73, os dados disponíveis não apontam para uma Convergência Real efectiva, aqui medida pela taxa de crescimento do PIB em volume, que traduza aproximação do nível de vida da população portuguesa aos seus parceiros comunitários¹¹⁹.

Refira-se ainda que a análise da evolução do PIB per capita, medido em paridades do poder de compra confirma, em certa medida as conclusões acima enunciadas, evidenciadas pelos dados constantes do Quadro 3, no Capítulo II: embora evidenciando uma tendência crescente desde o início da década de 70, onde representava cerca de 47% da média comunitária (e é preciso não esquecer que alguns dos países membros detêm um nível de PIB per capita bastante superior à média), o crescimento deste indicador tem revelado uma ascensão medíocre, dado o ponto de partida, registando mesmo uma inversão de 1980 para 1985, para atingir cerca de 62% da média comunitária em 1992. Será também pertinente chamar a atenção para o facto de estes resultados poderem ser relativizados pela sobrevalorização da moeda

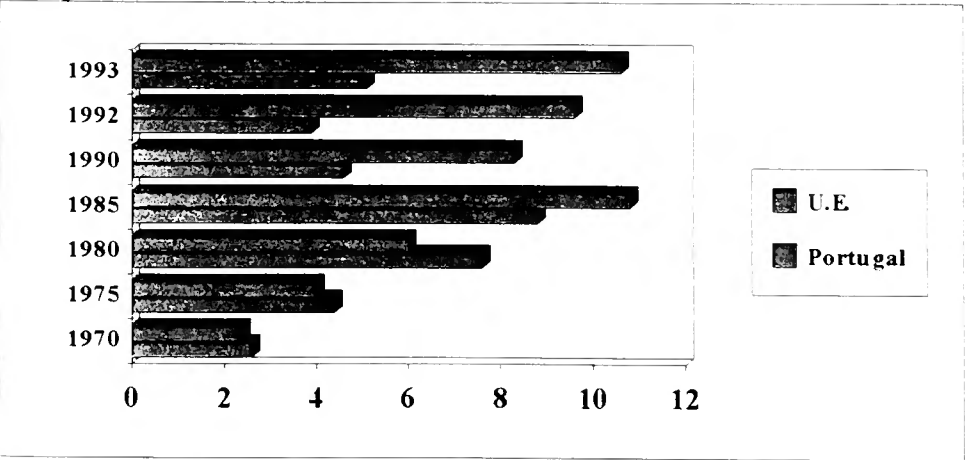
¹¹⁹ Refira-se, a propósito, um estudo de **P.P.Barros** e **N.Garoupa** (Working paper nº 204, Julho 1993; UNL), "Convergência Portugal -CEE: Alguma evidência", onde se discutia a existência ou não de uma evolução histórica de convergência para os níveis de rendimentos médios das Comunidades europeias, e se esse padrão de convergência se teria ou não alterado com a entrada de Portugal na CEE. Utilizando um modelo clássico de crescimento [Barro e Sala - i- Martin (1992)], os autores concluem que a resposta às duas questões formuladas terá sido afirmativa: de 1950 a 1973 terá havido convergência da economia portuguesa para a média comunitária, principalmente devido à performance registada no período 1961-1973; entre 1974 e 1985, há uma estagnação/agravamento na evolução das disparidades relativas, para, de 1986 a 1992, se assitir a um retomar da convergência, a um ritmo semelhante ao do registado no decorrer da década de 60. Assumindo uma evolução semelhante para a economia espanhola, os autores concluem pela " (...) evidência a favor da adesão às CE poder ter tido um impacto importante e positivo nos rendimentos e na convergência real dos países pobres." : p. 10.

nacional, no período anterior a 1992, que tende a aumentar os valores dada a constituição estatística deste agregado.

IV.4.2.2 A evolução do Desemprego

Tradicionalmente apontado como um dos indicadores onde Portugal registava um comportamento menos desfavorável face aos seus parceiros europeus, um estudo mais desagregado relativiza parte do sucesso no domínio da população activa desocupada. Fazendo a análise por períodos, verifica-se, através da análise do Quadro 20, na página 124, que, entre os anos de 1964-73, a taxa de desemprego nacional acompanhou sensivelmente a média europeia, revelando mesmo um diferencial positivo de 0,1%, que se repete aliás no período seguinte, 1974 - 1985. Esta variação global esconde no entanto uma certa instabilidade ao longo dos anos 70 e 80. Na verdade, a taxa de desemprego da economia portuguesa não parou de aumentar desde meados da década de 70 até 1985; simplesmente, a taxa de desemprego comunitária registou subidas muito mais significativas, atenuando o desnível. A partir de 1986, o fosso alarga-se consideravelmente, registando, em média, ao longo do período 1986-92, uma diferencial negativo, entre a a economia portuguesa e a europeia, de cerca de 4 pontos percentuais, conforme se poderá verificar pela análise do Quadro 20 e do Gráfico 23. Nota-se aqui uma diferença de comportamento entre as duas: Portugal regista algum sucesso na redução da taxa de desemprego, enquanto os Doze evidenciam níveis de desemprego imparavelmente ascendentes.

Gráfico 23: Evolução das taxas de desemprego (em média anual) de Portugal e da União Europeia.



Fonte: Idem Gráfico 22.

Algumas considerações assumem, no entanto, especial relevância: a economia portuguesa é detentora de uma estrutura produtiva caracterizada pelo elevado peso da população agrícola no emprego e na contribuição para o Produto, enquanto grande parte dos países europeus já libertou a mão-de-obra excedentária no sector primário para outros sectores de actividade. Prevê-se, portanto, um agravamento do desemprego em Portugal quando as inevitáveis transformações estruturais na actividade agrícola gerarem grandes contingentes populacionais à procura de novos empregos.

Um outro factor importante a ter em conta prende-se com a análise da taxa de criação de emprego, particularmente quando comparada com as restantes economias menos desenvolvidas do espaço comunitário: conforme os dados constantes do Quadro 26A, do Anexo, Portugal apresenta efectivamente uma taxa de desemprego muito mais reduzida que qualquer dos outros três países, Irlanda, Espanha ou Grécia; no entanto, acaba por ser também a economia onde a variação da taxa de emprego, no período 1986-93, foi mais negativa: -3,8% contra -0,3% da média comunitária ou 0,4% da Grécia, que detinha uma taxa de desemprego semelhante à nacional. A prolongar-se a actual conjuntura recessiva e a manutenção de políticas creditícias restritivas, dificilmente se poderá aceitar a diminuição ou mesmo manutenção dos actuais valores para a taxa de desemprego em Portugal.

Quadro 20 Evolução das taxas de desemprego, Portugal e U.E. (em %)

	Portugal	U.E(12)	
1964/73	2,5	2,4	
1970	2,6	2,4	
1971	2,5	2,5	
1972	2,5	2,8	
1973	2,6	2,6	
1974	1,7	2,8	
1975	4,4	4	
1976	6,2	4,7	
1977	7,3	5,1	
1978	7,9	5,3	
1979	7,9	5,4	
1980	7,6	6	
1981	7,3	7,7	
1982	7,2	9	
1983	8,1	9,9	
1984	8,7	10,6	
1985	8,8	10,8	
1974/85	6,9	6,8	
1986	8,3	10,7	
1987	6,9	10,4	
1988	5,7	9,8	
1989	5	8,9	
1990	4,6	8,3	
1991	4	8,8	
1992	3,9	9,6	
1986/92	5,5	9,5	
1993	5,1	10,6	
1994	6,1	10,9	

Fonte: Idem Gráfico 22

IV.4.3 A Convergência Real em sentido amplo: uma abordagem alternativa

O que pretendemos fazer neste ponto é a aplicação da metodologia utilizada no Capítulo III, onde definimos os fundamentos de uma abordagem mais abrangente do processo de CR, em sentido amplo, ao caso concreto da economia nacional. Neste contexto, vamos fazer o estudo das questões mais pertinentes, nomeadamente, a evolução da estrutura produtiva e a especialização face ao exterior.

IV.4.3.I A especialização produtiva portuguesa

IV.4.3.I.I O padrão de especialização português nas décadas de 60-70

Directamente relacionada com a estrutura produtiva interna, a especialização da economia portuguesa face ao exterior levanta alguma apreensão no que respeita, nomeadamente, à perpetuação da posição ocupada pela economia portuguesa no contexto da Divisão Internacional do Trabalho.

Para a análise da especialização produtiva nacional vamos utilizar as principais conclusões de dois estudos realizados, respectivamente, no início da década de 80¹²⁰ e nos primeiros anos da década de 90. O primeiro desses estudos,¹²¹ sobre a identificação do padrão de especialização português nos anos 70, fornecia alguns dados que deveriam ter suscitado desde logo alguma apreensão¹²².

¹²⁰ " A ESpecialização de Portugal em questão"; E.Ferro Rodrigues, J.F.Ribeiro, L.G.Fernandes; IACEP/GEBEI - Banco de Fomento Exterior, 1983; e " A Especilização da EConomia Portuguesa: Tendências e Perspectivas"; L.Fernandes; Departamento Central de Planeamento, Ministério do Planeamento e da Admnistração do Território, SEPDR; Dezembro de 1992.

¹²¹ " A especialização de Portugal em questão"; E.Ferro Rodrigues, J.F.Ribeiro, L.G.Fernandes; IACEP/GEBEI - Banco Fomento Exterior, 1983.

¹²² Os conceitos utilizados por este estudo fazem parte da metodologia do CEPII (Centre d'Économie Prospective Internationale), e obedecem a uma óptica de Sistemas e Sub-Sistemas; resumidamente, considera-se o aparelho produtivo de um dado país como estando dividido em três Sistemas que englobam, entre eles, todas as categorias da actividade económica consideradas: **Sistema Agroquímico** (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, derivados do carvão e petróleo; são categorias dirigidas ao consumo corrente, embalagem de produtos de consumo e construção civil); **Sistema Metálico** (parte dos minerais metálicos e da sua transformação; dirige-se para os bens de

Os **polos de especialização internacional**¹²³ existentes nos primeiros anos da década de 70 eram constituídos pelos sectores tradicionais. Têxtil e outros relacionados com a exploração dos recursos naturais e pelos denominados **polos de enclave**, sob controle do Investimento Directo Estrangeiro. Por outro lado, os **polos de dependência** revestiam-se de carácter fortemente estratégico, cobrindo a maior parte do sector de bens de equipamento. É assim fácil de constatar que a debilidade da especialização portuguesa no início dos anos 70 derivou não só do processo de desenvolvimento encetado nas décadas anteriores (modelo de desenvolvimento assente em normas proteccionistas, baixos salários, privilégios no acesso aos mercados coloniais), mas também da rigidez estrutural que caracterizava a maior parte dos sectores produtivos nacionais, desincentivando o investimento em novas áreas produtivas ou a valorização dos recursos humanos.

Por outro lado, a evolução da dinâmica da procura internacional entre 1972 e 1979 foi fortemente negativa para a especialização da economia nacional¹²⁴, tendo a generalidade dos polos de especialização portugueses mostrado uma desadequação fundamental às alterações verificadas na procura internacional. Tal resultado, em parte conduzido por acção das empresas multinacionais a actuarem no país, mostra que não se pode assentar as bases do desenvolvimento numa economia na definição de um padrão de especialização internacional concebido no exterior, em particular quando essa economia não dispõe, pela sua enorme desarticulação interna, da capacidade de se adaptar às mudanças na dinâmica da procura internacional dirigida aos seus produtos. No caso português, a desarticulação interna associou-se, de forma explosiva, a uma excessiva concentração em mercados/produtos específicos, retirando flexibilidade ao conjunto do aparelho produtivo, o que se pode revelar fatal em épocas de fortes perturbações conjunturais.

equipamento, consumo duradouro e construção civil); **Sistema Energético** (responde às necessidades em energia das actividades económicas). Cf. op. cit., pp. 75- 79.

¹²³ Segundo a metodologia referida, as categorias produtivas são classificadas em três grupos: **Polos de Especialização Internacional**, onde existe uma orientação exportadora acentuada, que determina valores superiores ou próximos da unidade para o *Indicador de Especialização* (definido como a relação Produção/Consumo Aparente); dentro dos Polos de Especialização Internacional, podemos ainda encontrar os sectores de Especialização de Enclave, caracterizados por um baixo grau de cobertura do mercado interno; **Polos de Autosuficiência Relativa**, caracterizados por uma forte cobertura do mercado interno e uma fraca orientação exportadora; **Polos de Dependência**, em que o grau de cobertura do mercado interno é bastante inferior ao dos valores médios registados para o conjunto da Indústria Transformadora. Cf. op. cit., pp. 75- 79.

¹²⁴ Cf. op. cit., pp.

Poder-se-à afirmar, assim, que as características básicas do padrão de especialização da economia portuguesa nas décadas de 60 e 70 centravam-se no carácter estratégico dos polos de dependência, uma vez que a dependência dos sectores agrolimentar, bens de consumo duradouro e bens de equipamento originou um impacto macroeconómico consideravelmente prejudicial, pois o alargamento do mercado interno para os bens de consumo e para os bens de equipamento (modernização do aparelho produtivo) acabou por ter efeitos desastrosos sobre o agravamento do défice comercial; por outro lado, a profunda dependência no sector energético criou uma rigidez estrutural nas trocas externas, agravada com ao aumento dos preços do petróleo, já que, perante o cenário descrito, era virtualmente impossível reduzir o défice sem pagar um preço elevado em termos de crescimento económico.

A grande dependência dos sectores produtores de bens de equipamento, especialmente equipamentos destinados aos polos de especialização internacional do país, acabou por ser um factor de fraqueza adicional dos mesmos, agravando o desfazamento do domínio nacional em relação à inovação tecnológica efectuada no exterior¹²⁵, aumentando significativamente a sua vulnerabilidade. Por outro lado, a fragilidade dos polos de especialização internacional que afectava sobretudo os sectores Têxtil/Vestuário, Florestal e Electrónica/Instrumentação, assentava na sua estrutura produtiva, dominada pela subcontratação a nível internacional e sofrendo, conseqüentemente, os efeitos da deslocalização industrial em favor dos Novos Países Industrializados (NPIs); prevalecia igualmente uma certa desarticulação interna (Têxtil e Electrónica/Instrumentação), que filtrava para o exterior os efeitos de crescimento das exportações. Convirá ainda referir a falta de flexibilidade dos polos de especialização de enclave, sob o domínio das multinacionais, incapazes de reagir às mudanças da procura mundial.

Se a tudo isto juntarmos o quadro protecctionista que caracterizou o desenvolvimento das zonas de auto-suficiência relativa, viradas para o mercado interno e para as ex-colónias, e que acabou por retirar à economia a flexibilidade necessária para enfrentar as variações no comércio internacional, por meio da diversificação das exportações e para resistir ao acréscimo da concorrência, dificilmente se perspectivaria a sobrevivência deste tipo de especialização.

¹²⁵ Veja-se, a propósito, entre outros, A. Romão, "Portugal face à CEE"; Livros Horizonte; Lisboa, 1983; Capítulos I, II e III, e "O Papel do IDE em Portugal", Comunicação à 2ª Conferência Nacional dos Economistas, 1984; APEC.

IV.4.3.1.2 A estrutura produtiva nos anos 80 e 90

Um segundo estudo realizado pelo Departamento Central de Planeamento¹²⁶ no início da presente década, confirma que os anos 80 acarretaram algumas alterações nos sectores de especialização característicos da economia portuguesa desde finais dos anos 60:

- reforço dos sectores de especialização ligados à transformação de recursos naturais, com a excepção das Conservas de Frutos e Legumes, (Celulose, Papel e Cartão, Artigos de Madeira e Cortiça, Bebidas) e dos sectores a jusante da fileira têxtil, mais intensivos em mão-de-obra (Confecções, Malhas e Calçados);

- quebra bastante significativa dos sectores a montante do Têxtil, Fiação e Tecelagem e das Indústrias de Montagem Electrónica, sectores mais intensivos em capital ou tecnologia.

Os outros sectores de especialização mantiveram durante os anos 80 uma evolução positiva, embora com algum declínio do indicador de especialização¹²⁷ no caso das Confecções/Malhas e do Calçado. Nestes sectores, o investimento recente não parece ser razão suficiente para permitir manter a competitividade do sector, com o agravamento da concorrência que se prevê para a presente década.

Já o mesmo não acontece com as Indústrias Electrónicas que não chegaram a superar a situação de 'enclave' em que foram criadas, tendo Portugal ficado, em grande medida, à margem do forte desenvolvimento que estes sectores tiveram nos anos 70 e 80, como reflexo da perda de posição da Europa e da deslocalização desta indústria para a bacia do Pacífico.

Esta situação apontaria, segundo o referido estudo, não para uma convergência das estruturas produtivas de Portugal e dos países europeus mais desenvolvidos, mas para um padrão de especialização assente em relações de complementaridade subalterna.

¹²⁶ " A Especialização da Economia Portuguesa: Tendências e Perspectivas"; L. Fernandes; Departamento Central de Planeamento; Ministério do Planeamento e Administração do Território, SEPDR; Dezembro de 1992.

¹²⁷ Cf. definição introduzida na Nota 123.

A década de 80 confirmaria, ainda segundo conclusões patentes no Relatório, a situação de baixa competitividade da economia nacional na maioria dos sectores tradicionalmente de dependência, com algumas excepções importantes, que em geral assentaram em políticas e decisões de investimento tomadas em anos anteriores, com um forte conteúdo de substituição de importações. Estão nesta situação os sectores de Química Orgânica de Base e Plásticos, Fibras e Resinas; os Cereais, em que teria sido possível realizar na primeira metade da década uma substituição de importações muito significativas; os Electrodomésticos e os Equipamentos Genéricos Industriais que se desenvolveram em Portugal nos anos 70, tirando partido do crescimento do mercado interno e beneficiando de várias medidas de protecção. Com a abertura do mercado interno estes sectores acabaram por revelar alguma competitividade face ao exterior.

Verifica-se, igualmente, o agravamento do défice na maioria dos sectores que já eram de dependência, uma vez que o aumento do investimento verificado nos últimos anos não teve capacidade de resposta por parte das indústrias nacionais de bens de equipamento (Telecomunicações, Equipamentos Específicos Industriais, Máquinas-Ferramentas); a deterioração da situação dos sectores de bens intermédios que beneficiavam da protecção do mercado interno (o caso dos Produtos Siderúrgicos) e a quebra nos sectores derivados da indústria electrónica.

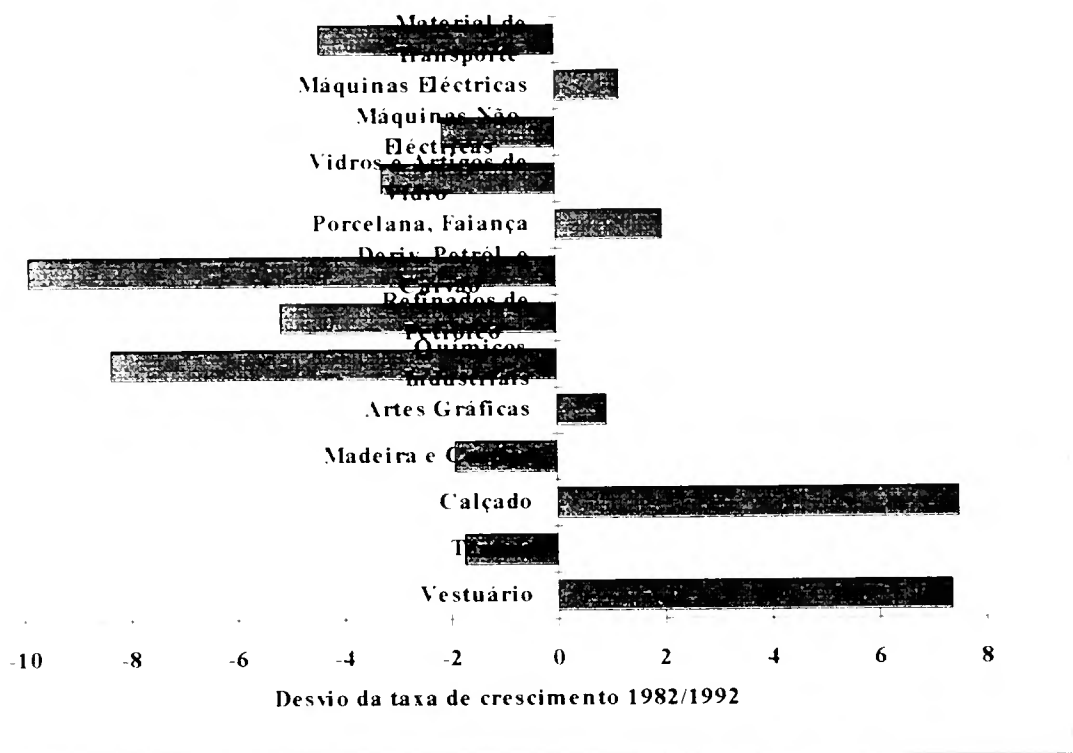
Segundo algumas das previsões realizadas no âmbito do estudo anteriormente citado¹²⁸, as tendências de evolução não serão muito optimistas para estes sectores, pelo que os mais importantes casos de recuperação da década anterior não deverão ter confirmação durante os anos 90.

O Relatório Anual de 1993 do Banco de Portugal¹²⁹, vem, por seu lado, confirmar as previsões acima referidas, dando a entender também que, apesar dos vultuosos montantes investidos no âmbito dos Fundos Estruturais, a estrutura produtiva nacional não terá sofrido alterações significativas ao longo dos últimos dez anos, frustrando as expectativas sobre a necessária reconversão do aparelho produtivo. Assim, é possível evidenciar os seguintes aspectos por meio da análise dos Gráficos 24 e 25:

¹²⁸ Cf. op. cit. Nota 126; pp. 82- 91.

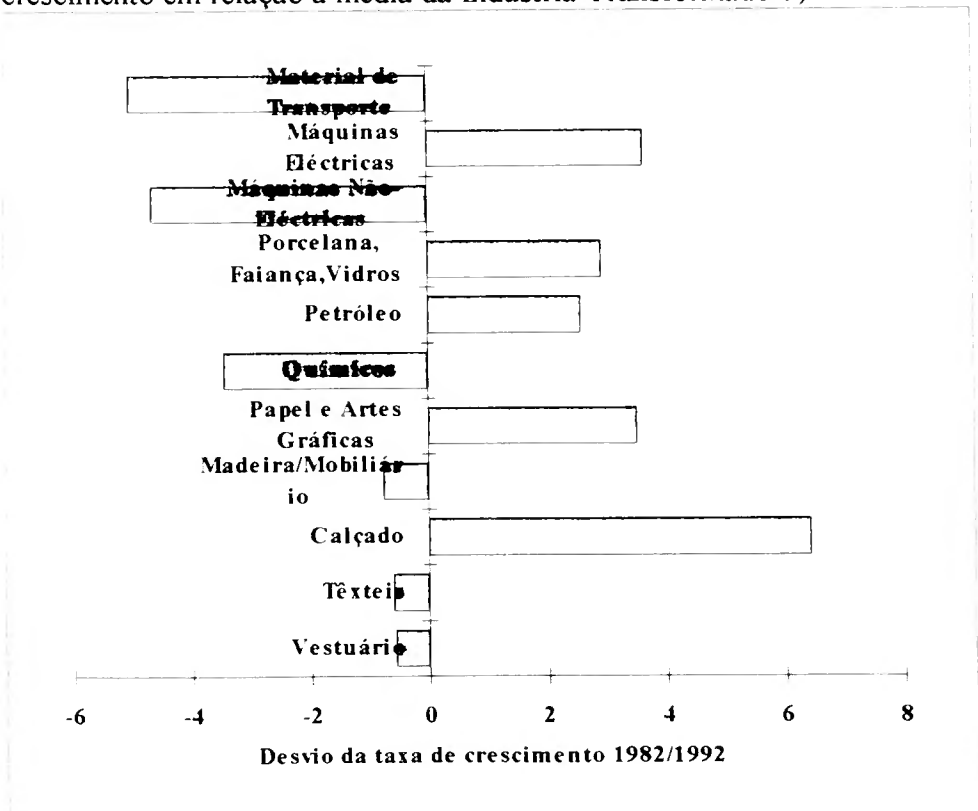
¹²⁹ " A Reestruturação da indústria portuguesa " , - Relatório do Conselho de Administração- Gerência de 1993; Banco de Portugal; Lisboa, 1994; pp. 64- 68.

Gráfico 24: Emprego na Indústria Transformadora, período 1982-1992 (desvio das taxas de crescimento em relação à média da Indústria Transformadora)



Fonte: Banco de Portugal; Relat.Cons.Administ.; C.Gerência, 1993

Gráfico 25: Produção na Indústria Transformadora, período 1982-1992 (desvio das taxas de crescimento em relação à média da Indústria Transformadora)



Fonte: Idem Gráfico 24

- Os denominados sectores tradicionais (Vestuário; Calçado; Porcelana/ Faiança/ Vidro) vêm o seu peso claramente reforçado na produção e emprego da Indústria Transformadora; segundo dados do Banco Central, os sectores do Vestuário e Calçado viram a sua importância relativa duplicar entre 1982 e 1992, em termos de emprego no sector industrial. Tratando-se de sectores onde se praticam os níveis salariais mais reduzidos, dificilmente se perspectiva uma convergência em termos de poder de compra da economia portuguesa face à comunitária... É de salientar ainda um aumento do peso dos sectores do Mobiliário, Artes Gráficas ou Máquinas Eléctricas; em contrapartida, os sectores que mais importância perdem em termos de emprego são os Químicos Industriais, Alimentação, Máquinas Não- Eléctricas ou o Têxtil.

- Os sectores do Calçado, Porcelana e Faiança revelam um dinamismo superior à média da Indústria Transformadora, no que concerne o emprego, produção ou capacidade de exportação.

- Durante a última década perderam peso relativo nas três frentes referidas, as indústrias Metalomecânica de Base, as Máquinas Não-Eléctricas e Material de Transporte, sectores em que Portugal já era deficitário;

- O Vestuário e o Têxtil mantêm a sua posição hegemónica na estrutura das exportações (mais de 30% do total), como se pode verificar através da análise do Quadro 22, na página 132, e do emprego (principalmente o Vestuário e o Calçado), mas sofrem quebras relativas na produção; da análise dos Gráficos anexos, verifica-se que o sector do Vestuário, embora apresente um reforço significativo em termos de emprego, obtém um crescimento menor do que a média da Indústria Transformadora, no que concerne a produção, ao contrário do Papel e do Petróleo. Na base desta evolução será possível encontrar causas diferentes, podendo eventualmente reflectir evoluções diferenciadas das produtividades sectoriais. no seu conjunto, os dois gráficos denotam uma evolução semelhante para um conjunto de sectores:

- crescimento superior à média: Calçado; Porcelana; Máquinas Eléctricas;

- perdem peso na Indústria Transformadora: Químicos Industriais; Têxteis; Máquinas Não Eléctricas; Material de transporte.

IV.4.3.2 A composição do comércio externo português, como reflexo da estrutura produtiva

A economia portuguesa caracteriza-se pelo elevado grau de abertura ao exterior, particularmente a partir do momento da adesão à EFTA, no início da década de 60; em 1973, cerca de 51% das exportações portuguesas tinham como destino a CEE, 14% a EFTA, enquanto os PALOPs figuravam como o nosso segundo mercado de exportação.

Quadro 21 : Evolução do peso das Exportações portuguesas (em % do total)

DESTINO	1961	1973	1980	1986	1992	1993
EUR11	39,5	51,2	58,5	68	75,2	75,5
EFTA	6,3	13,8	13,9	11,7	8,7	7,8
EUA	11,8	9,7	5,7	6,9	3,5	4,2
JAPAO	0,9	1,7	0,9	0,8	0,8	0,8
PALOP	22,2	14,6	5,9	2,1	5,2	2,9
ESPANHA	1,3	2,2	4,7	6,6	15	14,5
FRANÇA	4,3	5,1	10,6	15,2	14,2	15,3
R.UNIDO	13,5	23,7	14,8	14,2	11,1	11,3
ALEMANHA	8,6	7,5	13,5	14,6	19,1	19,7

Fonte (Quadro 21 e Quadro 22): INE; Estatísticas do Comércio Externo

As principais exportações portuguesas eram constituídas por produtos de sectores tradicionais: têxtil (28,4%); alimentar (14,3%); madeira (9,5%), representavam mais de metade das nossas vendas ao exterior; seguiam-se as máquinas e material eléctrico (10,1%) e material de transporte.

Quadro 22 : Evolução da composição das Exportações portuguesas (em %)

GRUPOS DE PRODUTOS	1961	1973	1980	1986	1992
Matérias Têxteis e afins	21,5	28,4	26,5	31,1	29,7
Calçado, chapéus e afins	0,8	1,3	3,7	7,6	8,7
Madeira, carvão vegetal	20,4	9,5	10,6	7	6,2
, prod. madeira					
Peles e couros	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5
Prod. Ind. Alim.; bebidas	22,6	14,3	9,6	6,3	6,4
Prod. Ind. Químicos e Ind. conexas	6,4	5,3	5,9	4,7	8,8
Produtos Minerais	5,3	2,2	6,5	3,8	6,2
Metais Comuns e Resp. obras	3,2	3,5	4,9	4,3	4,8
Prod. Reino Vegetal	3,2	2,2	1,1	0,9	0,3
Papel	2,1	5	6,1	6,5	5
Máq. e mat. eléctrico	2,1	10,6	8,7	10,8	12,5
Material Transporte	0,7	2,4	4,5	4,9	8,1
Outros	11,5	14,9	11,4	11,6	2,8
Total	100	100	100	100	100

Cerca de uma década depois, em 1980, as exportações, assim como as importações, continuam a dirigir-se maioritariamente para os países membros da Comunidade Económica Europeia e da EFTA, que absorvem 3/4 das nossas vendas ao exterior; que a adesão de Portugal às Comunidades europeias originou uma ainda crescente abertura da economia ao exterior, intensificando-se as relações económicas com os parceiros comunitários.

Entre 1984 e 1992, segundo dados retirados das Estatísticas de Comércio Externo do INE e dos Relatórios Trimestrais do Banco de Portugal, o grau de abertura da economia face ao exterior aumentou de 30 para 52%; as exportações para a UE, que atingiam em 1986 cerca de 68% das exportações totais, representavam 75,5% em 1993; por seu lado, as importações com origem idêntica representavam 43,3% do total em 1984, enquanto em 1992 totalizavam 72%. A grande alteração face a 1973 consistiu na queda acentuada das nossas exportações para os PALOPs, e, em menor grau, para os EUA.

Durante a década de 80, e de acordo com a análise do Quadro 23, na página 134, verifica-se que sectores como as Bebidas, Calçado, Porcelana, aqueles que mais peso ganham na Indústria Transformadora, são sectores em que Portugal detém fortes Vantagens Comparativas, registando uma taxa de cobertura de importações claramente acima da média. Nos últimos 10 anos, todos eles conseguiram ver reforçado o seu peso como sectores exportadores, com excepção das Bebidas; assim, verifica-se que entre os sectores que mais aumentaram o seu peso nas exportações, se encontram o Vestuário, Calçado, Artigos e Matérias Plásticas, Porcelana e Faianças, Máquinas Eléctricas e Material de Transporte; entre os sectores que mais peso perderam no total das exportações, encontramos a Alimentação, Têxteis, Químicos Industriais e Máquinas Não eléctricas; é possível detectar ainda um conjunto de sectores que conseguiram aumentar simultaneamente o seu peso nas importações e exportações, como o Calçado e Máquinas Eléctricas/Material de Transporte, indiciando, provavelmente, a existência de Comércio Intra-ramo.

Convém ainda referir que, de um modo geral, os sectores que perdem peso na Indústria Transformadora portuguesa são sectores em que Portugal é claramente deficitário, casos dos Químicos Industriais, Metalomecânica de Base, Máquinas Não-Eléctricas ou Material de Transporte, agravando ainda mais a nossa dependência face ao exterior.

Quadro 23: Peso de alguns sectores industriais no comércio externo português

	Peso do Sector nas Exportações		Peso do Sector nas Importações		Taxa de cobertura	
	1982	1992	1982	1992	1982	1992
Alimentação	5.51	2.97	4.55	4.86	0.81	0.42
Bebidas	4.89	3.23	0.46	0.75	7.18	2.93
Têxteis	18.95	15.43	4.48	8.64	2.83	1.22
Vestuário	10.54	15.24	0.26	2.15	27.64	4.83
Calçado	3.64	8.94	0.08	0.72	29.72	8.5
Madeira e Cortiça	7.94	5.45	0.35	0.75	15.30	4.92
Papel	6.41	4.90	1.31	2.33	3.27	1.43
Químicos Industriais	6.74	2.67	10.98	5.81	0.41	0.31
Refinarias de petróleo	3.98	2.91	8.39	2.65	0.32	0.75
Matérias plásticas	0.39	1.12	1.26	2.22	0.21	0.34
Porcelana, Faiança	1.05	2.14	0.09	0.58	7.91	2.51
Produtos metálicos	3.62	4.09	2.88	3.55	0.84	0.79
Máquinas Não-Eléctricas	3.61	2.91	18.29	13.77	0.13	0.14
Máquinas Eléctricas	6.21	10.06	8.75	11.73	0.48	0.58
Material de Transporte	3.95	8.44	13.61	19.09	0.19	0.30

Fonte: Idem Gráfico 24.

Em termos de conclusão sobre a especialização produtiva nacional poderão apontar-se algumas características básicas, bem como evidenciar um conjunto de ameaças estruturais:

- assim, constata-se que as transferências comunitárias recebidas a partir do momento da adesão não terão provocado as alterações estruturais necessárias à reconversão do aparelho produtivo nacional, por forma a torná-lo mais apto a enfrentar o acréscimo de concorrência no âmbito do Mercado Unico Europeu; um indício importante é o facto de as exportações nacionais continuarem a estar demasiado concentradas num número muito restrito de produtos, caracterizados por realizarem fracos contributos de valor acrescentado. Actualmente, e tal como acontecia na década de 70, os produtos da Indústria Têxtil e afins, Vestuário, Calçado constituem o principal volume das nossas exportações, cerca de 30% do total;

- as grandes alterações, em termos da composição dos produtos exportados nos últimos 20 anos, conforme se pode verificar através da análise do Quadro 22, na página 132, residem nas vendas de Máquinas (12,5% do

total) e Material de Transporte (8,1%); por seu lado, os produtos da madeira e da indústria alimentar deixaram de ter a expressão que apresentavam em 1961, respectivamente, 20,4% e 22,6% do total, para passar a representar, em 1993, 6,2% e 6,4%;

- em relação à distribuição geográfica das nossas exportações, é evidente uma concentração cada vez maior na CEE (75% do total), enquanto o mercado representado pelos países da EFTA, EUA e PALOPs regista decréscimos cada vez mais significativos. Verifica-se igualmente, segundo dados do Quadro 21, na página 132, um aumento exponencial do comércio com a Espanha, que se transforma no nosso segundo maior cliente (a seguir à Alemanha) e principal fornecedor: as exportações portuguesas para o país vizinho passam de 1,3 no total, em 1961, para 14,5% em 1993, registando-se uma evolução semelhante para as exportações que têm como destino a Alemanha e a França, em detrimento de uma queda na posição relativa do Reino Unido, como receptor dos produtos nacionais.

- as trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia têm vindo a intensificar-se desde 1986, aproveitando a eliminação das barreiras alfandegárias e a proximidade geográfica; quando Portugal aderiu às comunidades, 68% das exportações já se destinavam ao mercado comunitário, enquanto as importações com origem no mesmo espaço se aproximavam dos 60%. Passados 7 anos a concentração é ainda maior: a União absorve cerca de 75,5% das nossas exportações, em 1993, enquanto as importações totalizam 72,5% do total comprado ao exterior.

IV.4.3.3 O papel do Investimento Directo Estrangeiro

Até meados da década de 80, antes da adesão de Portugal às Comunidades, o volume do stock de Investimento Directo Estrangeiro em Portugal era relativamente pequeno, cerca de 15% do total, registando a maior penetração no sectores de Máquinas Eléctricas, Equipamento de Transporte e Produtos de Borracha. Um estudo realizado pelo Departamento Central de Planeamento¹³⁰, revela que era possível destacar algumas características básicas na formação do padrão de especialização internacional da economia portuguesa nos anos 60 e 70, aspectos que continuam a marcar a actual especialização; em 1973, o essencial da exportação por empresas estrangeiras encontrava-se centrado em dois grandes grupos de sectores: Indústrias de Mão-de-Obra intensiva, como o Vestuário, Material Eléctrico e Electrónico; Indústrias Transformadoras de Recursos Naturais, como a Cortiça, Transformação de Madeiras, Conservas de Frutos, Pasta de Papel. Em 1989, os sectores intensivos em mão-de-obra continuam a ter um peso significativo na estrutura das exportações das empresas com capital estrangeiro, embora sejam de registar algumas alterações importantes¹³¹:

- diminuição do peso dos sectores exportadores tradicionais, com excepção do Calçado; diminuição do peso dos sectores ligados à exploração dos recursos naturais, com excepção da Pasta de Papel;

- sectores que aumentam a sua importância nas exportações das empresas estrangeiras: era possível detectar um eixo de continuidade, ligado ao sector do Calçado (mão-de-obra intensivo) e Minério de Cobre (recursos naturais), e um eixo de mudança, relacionado com os Produtos Químicos de Base, e do Automóvel, traduzindo a viragem para o mercado externo de sectores que se desenvolveram em Portugal vocacionados para um mercado interno protegido.

Comparando a evolução da importância da exportação das empresas estrangeiras por ramo de actividade, verifica-se que os sectores em que essas empresas eram importantes na exportação, continuavam a ter um

¹³⁰ " A Especialização da Economia Portuguesa. Tendências e Perspectivas - O papel do Investimento Directo Estrangeiro na Evolução do Padrão de Especialização"; L.Fernandes; Departamento Central de Planeamento - SEPDR - Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Lisboa, 1992.

¹³¹ Cf. op.cit. Nota 130; p.

peso significativo, registando mesmo aumentos da quantidade exportada. No que toca aos países de origem do capital, registava-se um aumento importante das exportações realizadas por empresas com capitais com origem no espaço comunitário (França e Alemanha, principalmente), queda do peso relativo dos EUA e dos países da EFTA¹³².

Relativamente ao impacto das empresas com capital estrangeiro sobre o saldo comercial português, verificava-se que embora o grau de cobertura do comércio externo dessas empresas fosse semelhante ao conjunto do nosso comércio externo, cerca de 0,7%, esse grau variava conforme os países detentores do capital: assim as empresas com capital proveniente do Reino Unido, Bélgica ou Dinamarca, evidenciam um grau de cobertura superior à unidade, enquanto as empresas de capital com origem na Suíça, Itália, Espanha ou França, denotavam uma contribuição negativa para o saldo comercial nacional; refira-se ainda que o saldo comercial das empresas que, nesse estudo, eram consideradas, simultaneamente, importadoras e exportadoras não atingia sequer a unidade, cifrando-se em cerca de 96%.

A partir da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, inicia-se um período de forte crescimento do IDE no país, que chega a totalizar 1,8 mil milhões de contos, segundo dados do ICEP¹³³, entre 1986 e 1992, a que corresponde um rácio IDE/PIB de 4% (chegou mesmo a atingir 5,2% em 1990), enquanto no período anterior a 1986 se cifrava em 0,6%. As mesmas conclusões são válidas para o rácio IDE/FBCF: passa de 2,6% em 1986, para 16,1% em 1992, conforme se poderá verificar pela análise do Quadro 24.

¹³²No caso dos países da EFTA, a diminuição verificada terá a ver provavelmente com a desão do Reino Unido à CEE, diminuindo a vantagem preferencial de Portugal no acesso ao mercado britânico.

¹³³ Referidos num estudo publicado no Boletim Trimestral do Banco de Portugal, " O Investimento Directo Estrangeiro no período de 1986 a 1992"; volume 15, Nº4; Dezembro 1993; pp. 103- 123.

Quadro 24: Importância do IDE no PIB e na FBCF

Portugal		
	IDE/PIBpm	IDE/FBCF
1986	0,6	2,6
1987	1	4,1
1988	1,7	6,2
1989	3,7	14,3
1990	5,2	19,6
1991	5,1	20,2
1992	4	16,1

Fonte: ICEP/Banco de Portugal

Convém, no entanto, chamar a atenção para o nível de desinvestimento realizado, que regista igualmente um aumento acentuado: de 11,8 milhões de contos, em 1989, atinge 150,4 milhões de contos em 1992, originando, nos últimos dois anos, uma progressão menos acentuada do Investimento Líquido¹³³, uma vez que de 1990 em diante a taxa de desinvestimento foi superior à própria taxa de investimento. A análise do Quadro 25 confirma também esta tendência para o aumento do nível de desinvestimento.

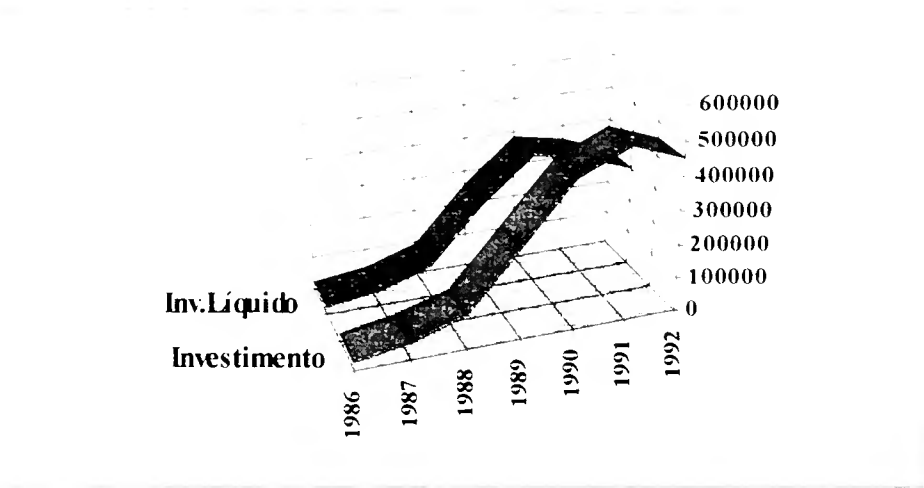
Quadro 25 : Evolução do IDE total e do IDE líquido (val. absolutos; milhões de escudos)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Investimento	25044	51399	99545	268109	440981	508773	454264
Inv. Líquido	23125	44198	94867	256344	385955	359041	303851

Fonte: ICEP/Banco de Portugal

¹³³Investimento Líquido = Investimento Total - Desinvestimento.

Gráfico 26 : Evolução do IDE total e do IDE Líquido



Fonte: ICEP/Banco de Portugal

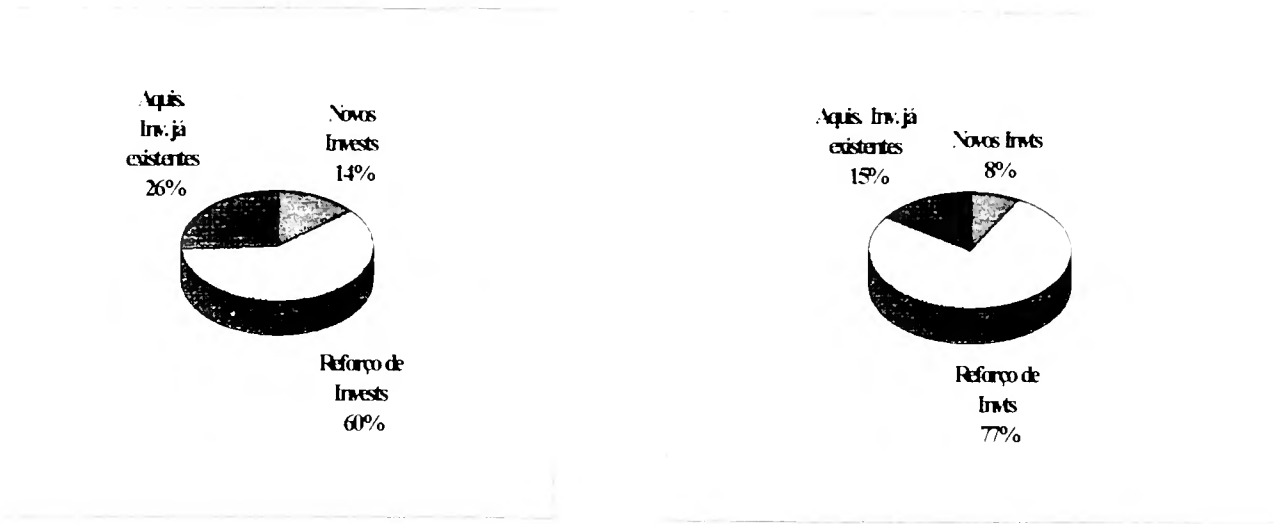
Entre os principais factores impulsionadores do IDE em Portugal destacam-se a adesão do país às Comunidades Europeias, em 1986; o enquadramento político e económico estável; baixo custo de remuneração do factor trabalho, quando comparado com outros países comunitários, embora este factor esteja progressivamente a perder importância; descapitalização de muitas empresas portuguesas e reduzido grau de desenvolvimento tecnológico das mesmas: apostam mais nas transferências de tecnologia do exterior do que no investimento em I&D; privatização das empresas públicas; incentivos financeiros (agricultura, turismo, indústria transformadora) e incentivos fiscais (grandes projectos de investimento); transferência de fundos comunitários aplicados na construção de infraestruturas económicas (nomeadamente, comunicações).

No entanto, apesar de todas estas vantagens, e depois de um crescimento assinalável desde 1986, o IDE estabilizou em Portugal a partir de 1992, registando inclusivamente taxas de crescimento negativas.

Em relação à tipologia do mesmo, e a partir da análise dos Gráficos 27 e 28, é evidente uma intensificação do reforço do capital como meio primordial de implantação, a par de alguma importância recente na aquisição de empresas: os Novos Investimentos, que constituíam cerca de 13,6% do IDE realizado em 1989, passam para 8,2% do total, enquanto o Reforço de Investimento passa de 58,7% para 75,3% em igual período de tempo, o que julgamos ser indiciador de uma percepção da economia

portuguesa, por parte dos investidores estrangeiros, mais em termos de aproveitamento de potencialidades temporárias do que fazendo parte de estratégias produtivas concertadas.

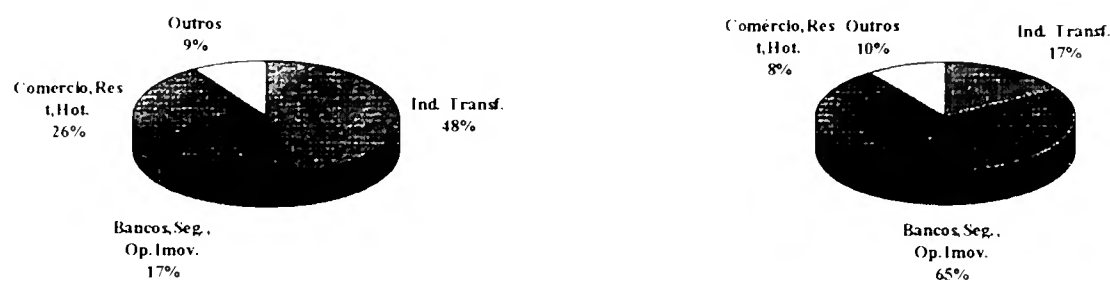
Gráficos 27 e 28: IDE por tipo de Operação, 1989 e 1992



Fonte: ICEP/Banco de Portugal

Este pressuposto é em parte confirmado pela distribuição sectorial do IDE: verifica-se que os sectores que captam a preferência dos investidores registaram alguma alteração entre 1986 e 1992, tendo o IDE sido dirigido para sectores onde os agentes económicos nacionais revelam insuficiência ou incapacidade de aproveitamento de economias de escala notáveis: é o caso do sector financeiro e da distribuição, ou sectores da Indústria Transformadora virados para a exportação. Os dados disponiveis, confirmados pela análise dos Gráficos 29 e 30, apontam para uma queda significativa do IDE na Indústria Transformadora, passa de 47% em 1986, para apenas 16,8% em 1992, em privilégio do sector terciário, Bancos e Outras Instituições Financeiras, Seguros, Operações sobre Imóveis e Serviços prestados às Empresas, que veem o peso do IDE aumentar de 17,5% do total, em 1986, para 65,8% em 1992. A origem dos fluxos de IDE assenta em cerca de 77% nos países da UE, ao longo do período em causa, liderados pelo Reino Unido e pela França.

Gráficos 29 e 30 : IDE por sector de actividade, 1986 e 1992.



Fonte: ICEP/Banco de Portugal

Convirá ainda referir que a localização regional do volume de IDE, em consequência da sua distribuição sectorial, se concentra, em mais de 70% do total, no distrito de Lisboa, seguindo-se o distrito do Porto a grande distância, representando apenas 12,8% do total, sendo a percentagem destinada às restantes zonas do país virtualmente insignificante.

O . que se pretendia analisar neste ponto, de forma necessariamente breve, era, mais do que a dinâmica do IDE no espaço português, a forma como esse Investimento se (des)articulou com a estrutura produtiva nacional, e qual o papel que desempenhou na evolução da especialização da economia portuguesa face ao exterior, e por via da mesma, no lugar desempenhado por Portugal na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Os elementos disponíveis apontam para as seguintes conclusões:

- a rápida ascensão dos serviços financeiros e imobiliários, como objectivo primordial do IDE, tendo como contrapartida um declínio muito acentuado da Indústria Transformadora, é um sintoma de que, à semelhança, aliás, do que já se verificava nas décadas de 60 e 70, o IDE revela uma forte propensão para actividades que não estejam directamente relacionadas com o processo produtivo, procurando antes o aproveitamento das economias de escala existentes, essencialmente, nos sectores financeiro, mobiliário e de distribuição, e acabando por agravar significativamente, uma vez que tais actividades só serão rentáveis em regiões equipadas com

infraestruturas económicas mínimamente eficientes, as disparidades no desenvolvimento regional;

- a implementação recente de alguns projectos no âmbito da Indústria Transformadora, que já demonstraram não vir a ter a relevância que lhes era atribuída, quer em termos de contribuição para a criação de emprego, quer no sentido de geração de sinergias para o tecido produtivo interno, corre o risco de resultar de uma estratégia de deslocalização temporária da produção de algumas empresas multinacionais, aproveitando factores de localização que satisfazem as necessidades requeridas para a fase de fabrico em causa. Se à eventual veracidade da hipótese avançada juntarmos o facto de uma proporção significativa do IDE se destinar a sectores vocacionados para a exploração de recursos naturais, dificilmente se pode perspectivar a articulação deste tipo de projectos com o conjunto da estrutura produtiva nacional, ou a alteração da posição da economia portuguesa na DIT, que lhe permitisse incrementar o estatuto de nação fornecedora de bens de fraco valor acrescentado ou de intensidade tecnológica intermédia.

IV.4.3.4 A situação das Assimetrias Regionais em Portugal e a Política Regional Comunitária

A "Coesão Económica e Social", um dos princípios que deveria orientar a construção da União Europeia, poderia ser prosseguida através da evolução de um processo de convergência a duas dimensões, a convergência nominal e a convergência real. No âmbito desta última, pretende-se, essencialmente, aproximar o nível de vida das populações, não só entre os países membros, mas, não menos importante, no interior de cada um dos Estados.

Apesar dos esforços envidados, continuam a registar-se disparidades notáveis, não só entre os respectivos países mas, principalmente, entre as regiões da CEE, que são ainda mais pronunciadas do que as verificadas ao nível dos diferentes países: a tendência generalizada foi no sentido de um aumento das disparidades, em termos de rendimento per capita, entre as várias regiões. Se olharmos para o Quadro 10A, do Anexo, verificamos que a Disparidade, medida pelo Desvio Padrão ponderado pela dimensão da

população das regiões em causa, aumentou durante a primeira metade da década de 80 (período de um crescimento económico mais lento na economia europeia e mundial), para apresentar uma ligeira redução a partir da segunda metade dos anos 80. A mesma conclusão poderá ser retirada para as Disparidades que se verificam a nível da taxa de desemprego, conforme se pode constatar através da análise do Quadro 11A, do Anexo.

Se, por outro lado, observarmos o Quadros 26A, do Anexo, que apresenta valores para a taxa de desemprego em regiões com atraso no desenvolvimento (aquilo que as instâncias comunitárias designam habitualmente por *Regiões cobertas Pelo Objectivo 1*, no que respeita à atribuição de fundos Estruturais), e que, geralmente, apresentam as maiores percentagens de desemprego no espaço comunitário, verifica-se que não se registaram grandes progressos, tendo a taxa de desemprego nessas regiões (onde se inclui a totalidade da economia portuguesa e grande parte das economias que compõem o Grupo dos 4) aumentado de 15,4%, em 1986, para 16,7% em 1993, enquanto a média comunitária se manteve em torno dos 10,5%.

Um outro indicador a ter em conta prende-se com a progressão dos níveis de produtividade, revelados pelo PIB/pessoa ocupada, também medido em PPC, apresentado no Quadro 27A, do Anexo:: as melhores performances foram registadas pelas economias portuguesa e irlandesa, que conseguem aumentar, em cerca de 6% e 10% a produtividade do factor trabalho, entre 1987 e 1990, enquanto a Espanha e a Grécia evidenciam os maiores progressos entre 1990 e 1993 (4% e 7,6%, respectivamente). Convém, no entanto, realçar que a produtividade média do factor trabalho em Portugal continua a representar menos de 60% da média comunitária, em 1993, enquanto as economias espanhola e irlandesa, com 96% e 90% da mesma média, têm um caminho menos íngreme a percorrer.

No que respeita concretamente à economia portuguesa, estima-se que as transferências de fundos comunitários relativas à execução do I Quadro Comunitário de Apoio (QCA) tenham representado, em 1992, cerca de 3,5% do PIB, contra 3% de média anual em 1989-93¹³⁵. O volume de transferências terá viabilizado um conjunto de acções de valor superior a 6% do PIB, destinando-

¹³⁵ Cf. "Análise Económica e Social-Preparar Portugal para o Século XXI"; Ministério do Planeamento e Administração do Território; SEPDR; Lisboa; 1993; p. 215.

se mais de 65% a despesas em Investimento, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF); refira-se, aliás, que a FBCF é a variável macroeconómica relativamente à qual se verifica o maior impacto do QCA, registando um diferencial de 2,3 pontos percentuais ao ano no período 1989-93, enquanto o impacto sobre o Consumo Privado deverá ter registado uma média de 0,7% ao ano. O impacto sobre as Importações deverá ter sido semelhante ao Consumo Privado, enquanto se estima um contributo para o Emprego traduzido na criação de 1/4 do emprego criado em 1989-93¹³⁶. No seu conjunto, estima-se que tenha havido, em média anual, um crescimento potencial do Produto entre 1,25 e 1,5 pontos percentuais atribuíveis à execução do QCA¹³⁷.

O QCA mobilizou, para os 5 anos da sua execução, cerca de 1560 mil milhões de contos de recursos comunitários provenientes do FEDER, que representou 54% do total, FSE, Feoga-Orientação e a linha orçamental PEDIP destinada à reconversão do tecido produtivo¹³⁸. Sabendo que 80% dos recursos afectos a Portugal foram consagrados ao seu desenvolvimento a ajustamento estrutural (uma vez que a totalidade do território nacional está inserida no denominado Objectivo 1- Regiões com atrasos no desenvolvimento), e que os maiores utilizadores de recursos comunitários, em termos de programas operacionais, foram o PEDIP e o PRODEP¹³⁹ dificilmente se concebe, em face da análise da estrutura produtiva acima evidenciada e da especialização do país face ao exterior, uma aplicação coerente dos mesmos Fundos.

De qualquer modo, e tendo servido esta introdução para evidenciar a dimensão do desafio que se coloca aos países e regiões menos desenvolvidos do espaço comunitário, o que se pretende estudar neste ponto do trabalho é a situação das regiões portuguesas, tentando detectar se, ao longo dos últimos 10 anos, mais concretamente desde a adesão de Portugal às Comunidades, se tem verificado uma divergência entre as regiões que compõem o todo nacional, ou, pelo contrário, é notória uma tendência para a redução das assimetrias, condição *sine qua non* para a Convergência Real.

¹³⁶Cf. op. cit. Nota 135; p. 217.

¹³⁷ Cf. op. cit. Nota 135; pp. 217.

¹³⁸ Cf. op. cit. Nota 135; pp. 197- 199.

¹³⁹ PEDIP: Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.
PRODEP: Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal.

A construção de um Índice resumo, utilizado pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, permite conhecer, duma forma global, a evolução das assimetrias regionais. Para tal, aquele organismo procedeu à construção de um **Índice Sintético**, com base em vários sub-índices, que permite fazer uma apreciação relativa de cada região em diferentes momentos temporais, tentando extrair conclusões sobre o desenvolvimento das disparidades regionais.

Em relação a este Índice Sintético, pode referir-se, segundo dados da própria Direcção Geral, ser um índice composto por 25 indicadores estatísticos, calculados a um nível sub-regional, e agrupados em duas grandes componentes, de igual peso: uma primeira componente referente ao **Desenvolvimento Económico**, que abrange variáveis como o Rendimento Per Capita, o Emprego, a Produtividade Industrial e o Consumo Privado; uma segunda componente, relacionada com os **Factores Estruturais**, englobando aspectos como o stock de infraestruturas, recursos humanos, estrutura produtiva e condições de vida.

O Índice Sintético foi calculado para 3 anos da última década: 1981, antes da adesão, 1986 e 1991, referindo-se os resultados à média nacional. Uma primeira constatação diz respeito ao facto de as médias dos valores dos Índices, tanto o estrutural como o de desenvolvimento económico, terem vindo sempre a aumentar o que, à partida, traduz uma melhoria na performance das zonas com valores mais baixos.

Quadro 26 : Índice Sintético e Índice de Desempenho Económico e de Factores Estruturais
1981 - 1991; Regiões Portuguesas

	Desempenho			Factores			Índice		
	Económico			Estruturais			Sintético		
	1981	1986	1991	1981	1986	1991	1981	1986	1986
Total Continente	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Grandes Reg.									
Norte	89	90	89	92	94	93	91	92	91
Centro	83	85	86	93	95	97	88	90	91
Lx e Vale Tejo	125	121	123	120	117	117	123	119	120
Alentejo	80	90	89	76	83	78	78	86	83
Algarve	96	102	108	84	92	90	90	97	99

Fonte: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional

Da análise dos Quadros 26 e 27, algumas conclusões se evidenciam:

- apenas uma zona possui um Índice Sintético que excede a média nacional; é a Região de Lisboa e Vale do Tejo, seguida a grande distância pela Região Norte e Centro; o Alentejo e as Regiões Autónomas (que não figuram no Quadro 28) detêm as pontuações mais baixas em relação à média nacional, verificando-se igualmente uma relação estreita entre os dois sub-índices estudados;

- a diminuição, no período entre 1981-1991, dos valores do desvio-padrão para todos os índices, indicia estarmos em presença de uma convergência efectiva no nível de desenvolvimento das regiões;

- curiosamente,essa convergência manifesta-se essencialmente no período entre 1981- 1986, antes da adesão de Portugal às Comunidades, voltando a registar-se uma redução no ritmo de convergência no sub-período 1986-1991: aumenta a distância de todas as grandes Regiões (Norte, Centro, Alentejo), com excepção do Algarve, em relação à área mais desenvolvida, Lisboa e Vale do Tejo. Tendo presente que, em épocas de crescimento económico mais fraco ou mesmo de recessão, como foi o caso dos primeiros anos da década de 90, julgamos que não será abusivo prever um aumento das disparidades regionais portuguesas no período subsequente a 1991;

Quadro 27: Convergência Regional - Grandes Regiões

Desemp.Econ.		Fact.Estrut.		Índice Sintético		
1981	1991	1981	1991	1981	1991	
Média	83,4	86,6	88,5	91,4	85,9	89,1
Desvio-Padrão	19,8	18,2	19,1	16,1	18,2	15,6

Fonte: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional

- a maior discrepância, tanto no que concerne o Índice de Desempenho Económico como o de Factores Estruturais, verifica-se entre o

Alentejo e a região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo a região algarvia sido a única a convergir de modo contínuo ao longo da década em análise;

- convém ainda destacar que, embora se tenha efectivamente verificado uma convergência entre as regiões nacionais no sub-período de 1981-1986, será importante referir que essa aproximação se deve mais à degradação do desempenho da região mais desenvolvida, Lisboa e Vale do Tejo, do que à melhoria da performance das zonas mais atrasadas.

Em resumo, verifica-se efectivamente uma convergência efectiva entre o nível de desenvolvimento das regiões portuguesas, quando tomamos em consideração um Índice Sintético com as características já apontadas; julgamos que, no entanto, dois comentários assumem especial pertinência: o facto de o ponto de partida de algumas regiões ser tão baixo que dificilmente se perspectivaria uma evolução alternativa ao crescimento, percurso esse facilitado dada a quebra relativa na performance das regiões mais desenvolvidas; o facto de o período de maior convergência se ter verificado antes da adesão de Portugal às Comunidades, tendo-se assistido a um aumento nas disparidades regionais após a adesão o que, pensamos, levanta sérias interrogações sobre o papel da integração económica entre países e regiões com graus de desenvolvimento diferenciados e sobre o desempenho das políticas comunitárias e nacionais seguidas com vista à prossecução da Convergência Real.

IV.5 Conclusões do Capítulo IV

A integração da economia portuguesa na economia europeia e o processo de abertura ao exterior por que passa um pequeno país como Portugal, caracterizado por um fraco grau de desenvolvimento económico, tornam-na cada vez mais exposta às flutuações da economia externa, particularmente em relação ao espaço onde está ou pretende integrar-se, reagindo, em geral, de forma mais intensa aos choques exógenos.

De acordo com a perspectiva estruturalista (ou intervencionista), que orienta os objectivos a atingir com este trabalho, o processo de integração

deve ser realizado entre economias semelhantes e concorrenciais, e não entre economias especializadas e complementares, o que implica uma reformulação profunda de estruturas produtivas por parte das economias menos desenvolvidas. Ora, não parece ser o caso da economia portuguesa: a via de especialização escolhida tem contribuído para consolidar a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho, como fornecedor de bens intensivos em trabalho, geradores de fraco valor acrescentado, na maior parte dos casos, e de produtos de tecnologia intermédia, insuficientes, no entanto, para alterar o estatuto de economia complementar da economia portuguesa face aos parceiros comunitários.

Acresce ainda a perda de dinamismo dos nossos mercados de exportação a nível mundial: segundo dados comunitários, apenas 5% das exportações portuguesas provêm de sectores de elevada taxa de crescimento potencial, enquanto 62% são originários de sectores de fraco dinamismo da procura (mais do dobro da especialização da UE), impedindo a expansão das exportações provenientes de sectores com salários reais mais elevados.

- assumindo que o Comércio Intra-Ramo (CIR) traduz actualmente a maior percentagem do comércio entre países com nível de desenvolvimento semelhante, padrões de consumo e culturais próximos; trata-se de um comércio potenciado pela integração europeia e pelo reforço do Mercado Unico, baseado nas economias de escala e na diferenciação do produto, implicando uma alteração do peso relativo dos vários sectores na Indústria Transformadora. Neste contexto, os sectores nacionais de Têxtil e Vestuário, que ocupam as últimas posições em termos de formação/qualificação do capital humano não podem continuar a pesar cerca de 30% das nossas exportações, se quisermos aspirar a um processo de convergência em relação à indústria comunitária.

- no seguimento do que foi dito acima, não fará sentido continuar a seleccionar sectores susceptíveis de apoio com base nas Vantagens Comparativas, o que nos dá uma preponderância em sectores intensivos em trabalho não qualificado; a selecção dos produtos, e não dos sectores (explicar a diferença) a apoiar deverá ser feita através dos índices de CIR, ou através da intensidade em capital humano por trabalhador em cada indústria. É assim possível avançar a hipótese de que, se tivessem sido utilizados estes critérios,

em vez da quota de exportação baseada nas Vantagens Comparativas, ter-se-ia verificado que os nossos sectores tradicionalmente exportadores (Têxtil, Vestuário, Calçado) ocupavam os últimos lugares no ranking.

Em resumo, entendendo a Convergência Real , em sentido restrito, como a aproximação dos níveis de vida (medidos pelo nível de rendimento per capita) e pela estabilidade do mercado de emprego (medida pelo nível das taxas de desemprego), existe convergência entre as economias quando aquelas que partem de um estágio de desenvolvimento mais incipiente (no caso presente, a economia portuguesa e os seus parceiros do Grupo dos 4), conseguem crescer a uma média superior à dos parceiros de integração.

A análise dos dados disponíveis aponta para o facto de a economia portuguesa ter conseguido aproximar-se das economias mais poderosas da União Europeia no seu conjunto, em termos de taxas de crescimento do PIB em volume, em períodos de crescimento económico generalizado a nível mundial, iniciando um processo de aumento da divergência quando a actividade económica começa a mostrar sinais de um abrandamento ou estagnação.

Por seu lado, o processo de Convergência Nominal, medido pela estabilidade dos principais agregados de índole monetária, orçamental e cambial tem vindo a seguir uma progressão, relativamente contínua, com excepção dos critérios de disciplina das contas públicas, no caminho da convergência, mantendo-se, apesar de todos os sacrifícios, muito longe dos objectivos pretendidos.

CONCLUSÃO

Conclusões Gerais

De acordo com os objectivos enunciados na Introdução, pretendia-se essencialmente confirmar ou infirmar a hipótese de que, no âmbito das premissas constantes no Tratado da União Europeia, no que respeita nomeadamente a constituição da União Económica e Monetária (UEM), e perante economias com graus de desenvolvimento económico bastante diferenciado, um processo de integração baseado em critérios de natureza monetária e financeira poderia ter consequências graves, particularmente sobre as estruturas económicas mais fracas.

Para a prossecução deste objectivo, utilizámos como objecto de estudo a evolução do conjunto das economias que foram fazendo parte do espaço comunitário, considerando três períodos temporais de referência. A escolha e partição destes períodos obedeceu a duas lógicas distintas: tentar mostrar que aquilo que definimos como convergência económica se verificava em épocas de crescimento económico (período de 1960-1973), enquanto as fases de crise ou estagnação do mesmo crescimento se evidenciariam as disparidades estruturais características de economias com graus de desenvolvimento diferenciado (período de 1974-1985). Um terceiro período seleccionado (1986 - 1992) serviu de suporte ao estudo particular da economia portuguesa que, do nosso ponto de vista, ilustra com pertinência os problemas que se deparam às estruturas económicas mais frágeis.

Assim, julgamos poder apontar as conclusões principais que decorrem do trabalho realizado:

- A análise dos dados disponíveis levou-nos a admitir que, dadas as disparidades profundas que caracterizam as economias que estão envolvidas no processo de integração europeia, se regista uma tendência para a convergência económica em períodos de crescimento económico mais intenso (o caso do período compreendido entre 1960 e 1973), acentuando-se a trajectória em fases de abrandamento ou estagnação da actividade económica (período compreendido entre 1974 e 1985). O alargamento da Comunidade aos países meridionais (Grécia, Portugal e Espanha), que evidenciam graus níveis de desenvolvimento bastante distanciados dos seus parceiros da Europa central e do Norte, contribuiu ainda mais para agravar essas disparidades.

- A visão da **Convergência Real num sentido restrito**, remetendo-a á análise da taxa de crescimento do Produto, dos níveis de rendimento per capita e da taxa de desemprego, não veicula, do nosso ponto de vista, uma perspectiva sustentada do que deveria ser corrigido num verdadeiro processo de desenvolvimento/convergência: o carácter de complementaridade subalterna, e não de concorrência, que caracteriza as estruturas produtivas das economias mais fracas em relação às mais desenvolvidas; a necessidade urgente de uma reestruturação profunda do aparelho produtivo das primeiras e, em consequência, de uma alteração na especialização internacional respectiva, de modo a dotá-las dos meios para poderem tornarem-se concorrenciais, alterando a sua posição relativa no contexto de uma Divisão Internacional do Trabalho cada vez mais exigente.

Acresce ainda que, pelo facto de se tratar de um objecto de trabalho muito complexo e com múltiplas ramificações, nos tenhamos preocupado exclusivamente com o contributo das estruturas produtivas e da especialização das economias face ao exterior para a evolução do processo de convergência/divergência das economias da Comunidade Europeia. Não podemos, no entanto, deixar de realçar o papel desempenhado por factores tão importantes como a disparidade na dotação de infraestruturas económicas e de comunicação, a utilização do PNB ou a formação/qualificação profissional do capital humano, determinantes para a melhoria da competitividade das várias economias num contexto de concorrência global acrescida. Consideramos ainda aspectos essenciais num verdadeiro processo de convergência económica, a similitude das estruturas de consumo das famílias ou a eficiência dos sistemas de investigação, ensino, saúde e assistência social, questões que poderão consistir objecto de estudo de próximas investigações.

Todos estes aspectos, que julgamos constituir as bases de uma verdadeira **Convergência Real em sentido amplo** e reflectem o verdadeiro nível de vida das populações, não têm sido, do nosso ponto de vista, tratados com o destaque que merecem, particularmente quando se discute os desafios que se deparam às economias mais débeis e termos de desenvolvimento económico.

- Pensamos assim que a inexistência ou subalternização deste tipo de preocupações se traduz numa certa "artificialidade" do processo de convergência das economias europeias: por outras palavras, os países

convergem em épocas de crescimento económico generalizado, devido, fundamentalmente, ao facto desse crescimento ajudar a dissimular as divergências profundas que caracterizam as economias a integrar; se a Convergência Real fosse perspectivada no sentido amplo que referimos acima, estamos convencidos que essa divergência se tornaria visível, mesmo em períodos de aceleração da actividade económica. Poder-se-ia mesmo aventar que se os critérios de acesso à 3ª fase da UEM tivessem sido definidos com base nalguns dos factores que estiveram em discussão ao longo deste estudo, seriam precisas décadas para que as economias mais atrasadas estivessem em condições de aderir a um espaço de moeda única.

- O primado da Convergência Nominal (CN) sobre a Convergência Real (CR): o nosso objectivo, particularmente no Capítulo IV, dedicado às economias mais débeis da União Europeia, era demonstrar que a prossecução da CN, que tem orientado as decisões macroeconómicas das autoridades dos vários estados-membros, não é suficiente para assegurar, de forma espontânea (como o pretendem os seguidores da Teoria Neoclássica, que suporta o cerne do processo de integração europeia) a CR das economias no sentido mais amplo da mesma. Na ausência de estruturas económicas coerentes e similares, a ênfase colocada nos objectivos de CN poderá, inclusivamente, atrasar os progressos que se esperam atingir a nível da CR, particularmente em épocas de crise ou de estagnação do crescimento económico.

Gostaríamos igualmente de salientar o que consideramos constituir alguns dos limites ou críticas que se poderão apontar ao desenvolvimento da Dissertação:

- Tratando-se de um tema muito vasto, que cobre virtualmente todas as categorias da estrutura económica, social, política e cultural dos países envolvidos, fomos obrigados a seleccionar alguns aspectos que nos pareceram mais relevantes para aferir da existência ou da ausência de convergência económica. Centrâmo-nos assim sobre a evolução das estruturas produtivas e da especialização das economias pela via do comércio externo, estando conscientes que muitos outros campos poderiam ter sido objecto de tratamento. No entanto, por manifesta necessidade de restringir o âmbito de investigação, optámos por excluir esses aspectos, estando no entanto, conscientes da sua pertinência.

- O insuficiente nível de desagregação de algumas das estatísticas seleccionadas, particularmente no que diz respeito à composição das estruturas produtivas, poderá ter impedido a obtenção de conclusões mais objectivas. Assim, se julgamos ter conseguido demonstrar a existência de uma trajectória de convergência durante o período compreendido entre 1960 e 1973, admitimos que, para o período seguinte (1974 - 1985), a interrupção dessa trajectória não tenha ficado claramente evidenciada.

- Admitimos igualmente que a análise da situação das economias menos desenvolvidas perante o processo de UEM tenha sido prejudicada pelo facto de nos termos limitado a tomar como exemplo exclusivo o caso da economia portuguesa. No entanto, e mais uma vez o referimos, tal opção deveu-se, fundamentalmente, à necessidade de restringir a área de investigação.

Uma última questão que ficou por analisar prende-se com a recente adesão à União Europeia da Suécia, Finlândia e Áustria. Julgamos indiscutível que o alargamento do espaço comunitário afectou, e continuará a afectar, o conjunto dos países já integrados e a integrar¹⁴⁰, no que respeita, nomeadamente, a modificação das relações de força/equilíbrio existentes, a reavaliação de alguns objectivos (relacionados, especificamente, com a definição dos critérios de passagem à 3ª fase da UEM ou com o prazo estabelecido para o início da circulação da moeda única), ou o processo de tomada de decisão nas instâncias comunitárias (tomemos como exemplo mais marcante a questão da representação dos pequenos países nos órgãos comunitários e a funcionalidade/eficiência na tomada de decisão).

Sabendo que a história da União Europeia se tem caracterizado, até ao momento presente, por uma precedência no tempo do Aprofundamento sobre o Alargamento, urge questionar se não terá havido uma inversão de prioridades a partir da entrada em vigor do Tratado da União Europeia. Tal assumpção assentaria no facto de serem cada vez maiores as dificuldades que os países têm vindo a encontrar, na actual conjuntura, para respeitar os requisitos necessários para a implementação plena da UEM, bem como os receios crescentes de grandes perdas de soberania nacional em favor das instâncias comunitárias.

¹⁴⁰ Referimo-nos concretamente ao desejo de adesão manifestado por alguns países do Leste da Europa e da zona do Mediterrâneo.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Álvares, P., (1992), " A Europa e o Futuro"; Publicações Europa América; Lisboa;
- " Análise Económica e Social: preparar Portugal para o Século XXI" (1993); Ministério do Planeamento e Administração do Território - SEPDR; Lisboa;
- Artis, M.J., (1992), " The Maastricht Road to Monetary Union", in Journal of Commom Market Studies; Vol.30;
- " As Regiões na Década de 90 - Quarto Relatório periódico relativo à situação sócio-económica e ao desenvolvimento das regiões da Comunidade", (1991); Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo;
- Barrell, R. (1992), " Economic Convergence and Monetary Union in Europe"; Association for the Monetary Union of Europe; Sage Publications;
- Barros, P., e Garoupa, N., (1993), " Convergência Portugal - CEE: alguma evidência", Working Paper nº 204; Julho 1993; Universidade Nova de Lisboa;
- Beaud, M., (1989), " L' Économie mondiale dans les années quatre-vingt", Ed. La Découverte, Paris;
- Bernis, D. e Byé, M., (1977), " Relations Economiques Internationaux", Vol.I, 4ª Edição, Dalloz, Paris;
- Bernis, D., e Byé, M. (1987), " Relations Economiques Internationaux", 5ª Edição, Dalloz, Paris;
- Bernis, D., (1988), " Théories Economiques et fonctionnement de l'économie mondiale"; UNESCO; Presse Universitaire de Grenoble; Paris;

- Blaug, M., (1993), " Public Enemy nº1: unemployment not inflation" . in Economic Notes, Monte dei Paschi di Siena, Vol.22, nº3;

- Boutillier, S., e Uzunidis, D., (1991); " La Grece face a l'Europe - dépendance et industrialization truquée"; Logiques Économiques/L'Harmattan;

- Boyer, R. (1995), " Nouveaux regards sur la théorie de la convergence: un processus de globalization mais encore le siècle des nations", CEPREMAP, in *Problèmes Économiques*, nº2415- 2416;

- De Grauwe, P., (1983), " The Political Economy of Monetary Union"; *The World Economy*, nº 16;

- Domingues, C., (1986); " Technologie et Crise"; Tese de Doutorado, sob orientação de C.Michalet; Universidade de Nanterre;

- Dornbush, R. e Fischer, S. (1988), " Macroeconomics", McGraw Hill International Edition;

- " Économie Européenne - Numero Special: l' évolution des structures sectorielles des économies européennes depuis la crise du pétrole, 1973-1978", Comissão das Comunidades Europeias, 1979;

- " Économie Européenne - nº 44" (1991); Capítulo II, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - Supplement B - nº3: Indicateurs Internationaux", (1994); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - Supplement A- nº 6/7: Prévisions Economiques pour 1993-1994", (1993); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - Supplement A-nº7: Convergence Nominale au commencement de la première étape de l'UEM", (1990); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - Supplement A- nº2/3 : Convergence Réelle dans la Communauté", (1991); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - nº55: Les grandes orientations sur la politique économique - Rapport sur la Convergence", (1993); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- " Économie Européenne - Supplement B - nº2: Utilization des capacités d'investissement dans l'industrie", (1994); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- Eklund, H., (1990), " A History of economic Theory and Method", McGraw Hill International Series;

- " Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura" (1995); Vários Autores; Editado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, UTL;

- Erbes, R., (1966), " L' intégration économique internationale", Ed. PUF, Paris;

- Esser, K., (1978), " A Comunidade Europeia e os países aderentes da Europa do Sul: exigências e capacidades de integração"; Instituto Alemão de Desenvolvimento, Berlim;

- Eurostaat, vários números;

- Farto, M., (1994), " A União Económica e Monetária e a crise no SME"; Documento de Trabalho nº 6/94; CEDIN-ISEG;

- Faustino, H., (1994), " O Comércio intra-sectorial intra-comunitário de Portugal e o 'cluster' dos principais produtos"; Documento de Trabalho nº1/94; CEDIN-ISEG;

- Fernandes, L., (1992), " A especialização da economia portuguesa- tendências e perspectivas"; Ministério do Planeamento e Administração do Território, SEPDR, DCP; Lisboa;

- Ferreira, E.S., (1983), " Integração económica: Teoria; CEE: adesão de Portugal"; Centro de Estudos da Dependência, Edições 70;

- Ferro Rodrigues, E., e Outros, (1983), " A Especialização de Portugal em questão", IACEP/GEBEI; Banco de Fomento Exterior;

- Fitoussi, J.P., (1994), " Entre convergences et intérêts nationaux: L'Europe"; References OFCE; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Paris;

- Fontoura, M.P., ((1994), " O efeito do IDE na composição das exportações da indústria transformadora portuguesa, 1991-1992"; Documento de Trabalho nº 7/94; CEDIN-ISEG;

- " Fundos Estruturais- que futuro?", (1992); Ministério do Planeamento e Administração do Território, SEPDR; Seminário;

- Gilly, J.P., (1991), " L'Europe industrielle horizon 93 - Les Groupes et l'intégration économique"; Edições Documentation Française;

- Goybett, C., (1993), " Copenhague ou le sommet des bonnes intentions", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 270;

- Grupo de Lisboa, (1994), " Limites à Competição", Fundação Calouste Gulbenkian - Publicações Europa América;

- Higgins, B. e Savoie, J., (1988), " Regional Economic Development: essays in honour of François Perroux", Institut Canadien de Recherche sur le Developpement Regional;

- Hines, M.A., (1989), " EC 92: challenges to integration", *Real Estate Finance*, Vol.6;

- " Industrie Mondiale: La competitivité a tout prix", (1986), Fouquin, M. e Outros; CEPII; La Documentation Française;

- Jacquemin, A., e Sapir, A., (1990), " The European Internal Market: trade and competition"; Oxford University Press;

- Jacquemin, A., e Wright, D., (1992), " The European Challenges post 1992 - shaping factors, shaping actors";

- Jouret, P., (1993), " Les conclusions d' Edimbourg sur le Paquet Delors II", *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*; n° 368; Maio 1993;

- Jungnickell, R., (1993), " Recent Trends in Foreign direct Investment", *Intereconomics*, Maio-Junho 1993;

- Kenen, P., (1969), " The theory of Optimum Currency Areas: an eclectic view", *Monetary Problems of the International Economy*; University of Chicago Press;

- Lafay, Gérard, (1995), " L'Europe a la recherche d'une stratégie monétaire", in *Problèmes Économiques*, n° 2430;

- Larre, B., e Torres, B., (1991), " La convergence est-elle spontanée? Experience comparé de l'Espagne, du Portugal et de la Grece", *Revue Economique de L'OCDE*; n° 16;

- " L'Économie mondiale 1990-2000: l'impératif de la croissance", (1993); CEPII, La Documentation Française;

- " Les Régions de la Communauté élargie ", (1987); Troisième Rapport sur la situation et évolution socio-économique des régions de la Communauté; Comissão das Comunidades Europeias, Direcção Geral da Política Regional - Bruxelas/Luxemburgo;

- Maggiulli, C., (1993), " Convergence et Union Monétaire Européenne".
Revue du Marché Commun et de L'Union Européenne; nº 370; Julho/Agosto, 1993;

- Maillet, P., e Rollet, P., (1988) " Intégration Economique Européenne: theorie et pratique"; Edições Nathan;

- Maillet, P., e Velo, d., (1994), " L'Europe à Geometrie Variable: transition vers l'intégration"; Edições L'Harmattan; Paris;

- Marchall, A., (1965), " L' intégration territoriale", Edições PUF; Paris;

- Matthies, K., (1993), " Lessons from three oil shocks", *Intereconomics*, Março/Abril, 1993;

- Mendonça, A., (1992), " O Sistema Monetário Europeu no contexto da União Económica e Monetária", Documento de Trabalho nº2/92; CEDIN-ISEG;

- Mendonça, A., (1992), " O Sistema Monetário Europeu", Documento de Trabalho nº 5/92; CEDIN-ISEG;

- Mendonça, A., (1994), " O Sistema Monetário Europeu: Passado, Presente e Futuro"; Documento de Trabalho nº 7/94; CEDIN-ISEG;

- Mundell, R., (1961), " The theory of Optimum currency areas"; *American Economic Review*; nº 51;

- Neto da Silva, H., (1993), " O Comércio Intra-Ramo entre Portugal e a CEE", Encontro de Economistas de Língua Portuguesa; Vol.VII; Faculdade de Economia do Porto;

- Neven, D.J. e Outros, (1992), " European Industrial Reestructuring in the 90's"; Ed. Macmillan;

- Neumann, M., (1994), " Reforming the European Monetary System", *Intereconomics*; Março/Abril 1994;

- " O Livro Branco do Crescimento, Competitividade e Emprego: os desafios e as pistas para entrar no Século XXI", (1993); Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;

- Perroux, f., (1966), " Intégration économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opère l'intégration ?"; Économie Appliquée, nº 19; Paris;

- Petrella, R., (1990), " Portugal: os próximos 20 anos"; Vol. VII; Reflexões sobre o Futuro de Portugal; Fundação Calouste Gulbenkian;

- " Portugal nas Comunidades Europeias", Vários anos; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado da Integração Europeia;

- " Portugal e a transição para a União económica e Monetária", (1991); Ministério das Finanças; Lisboa;

- Prate, A., (1992) " Les cheminements de l'Europe Monétaire", *ECU-EMU, Dossier UEM*, nº 19;

- " Previsões Económicas do Outono de 1994", (1994); Relatório anual sobre os progressos em matéria de convergência; Comissão das Comunidades Europeias;

- " Problèmes Économiques, nº 2290", (1992), vários artigos:

. " Les étapes de l'Union Economique et Monétaire", Rapport Annuel de la Banque des Reglements Internationaux; Junho 1992;

. " UEM: un point de vue critique"; Feldstein, M., *The Economist*, Junho 1992;

. " L'émergence de la monnaie européenne", Aglietta, M., e Boisseau, C., *Geneses*, Junho 1992;

. " Débat autour d'un Manifeste Allemand", vários autores, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*; Junho 1992;

- " Problèmes Économiques, n° 2329", (1993), vários Artigos:

. " Les Critères de Convergence dans l'UEM: fondements théoriques et difficultés pratiques", *Revue Le Trimestre du Monde*, 1993;

. " Maastricht: état des liens", *Conjoncture*, Banque Paribas; Abril 1993;

- " Problèmes Économiques, n° 2300", (1992):

. " La crise monétaire européenne: quels enseignements?", *La Lettre du CEPII*, Aglietta, M., e Outros, Outubro 1992;

- " Problèmes Économiques, n° 2358", vários Artigos:

. " La stabilité des changes: condition sine qua non du Marché Unique", *Financial Times*, Setembro 1993;

. " Le nouveau SME: la règle du jeu", *La Lettre du CEPII*; Setembro 1993;

. " Le rôle de la mobilité du travail dans l'UEM", Mantel, S., (1993), *Revue Économique et Statistique*;

. " Regimes Monétaires et régimes salariaux: quelles relations dans la perspective de la monnaie unique européenne?, Boyer, R., (1993), *Recherches Economiques de Louvain*;

- " Quinto Relatório Periódico relativo à situação sócio-económica das regiões da Comunidade", (1994); Comissão das Comunidades Europeias, Direcção geral da Política Regional, Bruxelas/Luxemburgo;

- Raoux, A., e Terrenoire, A., (1993), " A Europa e Maastricht: Guia Prático para a Europa 93"; Edições D.Quixote, Lisboa;

- " Rapport du Groupe d'experts d'analyses sectorielles: les mutations sectorielles européennes de 1960 a la recession", (1978), Relatório Maldague: Comissão das comunidades Europeias;

- " Relatório Económico Anual 1995", (1994); Com.615; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas;

- Reszat, B., (1993), " Twenty years of flexible exchange rates: experiences and developments", Intereconomics, Maio/Junho 1993;

- Romão, A., (1983), " Portugal face à CEE", Livros Horizonte; Lisboa;

- Romão, A., (1984), " O papel do IDE em Portugal", Comunicação à 2ª Conferência Nacional dos Economistas; APEC;

- Santos, C., (1994), " O Modelo de União Monetária no Tratado de Maastricht"; Documento de trabalho nº 2/94; CEDIN-ISEG;

- Seers, D., (1981), " La segunda ampliacion de la CEE", Vols I e II, Banco Exterior de España- Servizio de Estudios Economicos, Madrid;

- Tavitian, R., (1990), " Le Systeme Economique de Communauté Européenne", Edições Dalloz, Paris;

- Tavlas, G., (1992) " The 'New' Theory of Optimum Currency Areas"; *The World Economy*; nº 16;

- Taylor, P., (1983), " The limits of european integration", Croow Helm, London & Camberra;

- Tinbergen, J., (1991), " The Velocity of Integration", *The Economist-Leiden*, 139, nº1;

- Torres, F. e Giavazzi, F., (1993) " Adjustment and growth in the European Monetary Union"; Cambridge University Press - CEPR;
- Tratado da União Europeia/Maastricht , (Dezembro de 1991); Edição do Semanário Económico; Proinfec; Lisboa;
- Tratado de Roma, (Janeiro de 1958); Editora Almedina; Coimbra, 1991;
- Tsoukalis, L., (1990), " The New European Economy - regional Policies and distribution";
- Verspagen, B., (1993), " Uneven growth between interdependent economies", Avebury; Asgate Publishing Limited; England;
- Wallace, H., (1993), " European Government in turbulent times", *Journal of Common Market Studies*, Vol.31; nº3;
- Welfens. P., (1994), " The Single Market and EMS instability", *Intereconomics*, Março/Abril 1994;
- Winkler, A., (1994), " The EMS crisis and the prospects of European Monetary Union", *Intereconomics*, Março/Abril 1994;
- Zangt, P., (1993), " The financing of the Community after the Edinbourg european council", *Intereconomics*, Maio/Junho 1993;

- Publicações várias da Comissão das Comunidades Europeias;
- Artigos múltiplos dos jornais "Expresso", "Público", "Independente", " Diário Económico";
- Boletins Trimestrais do Banco de Portugal, vários números;
- Relatórios Anuais do conselho de Gerência do Banco de Portugal, vários anos;
- Publicações várias do Instituto Nacional de Estatística;

ANEXO

QUADRO 12A: EVOLUÇÃO DO DÉFICE PÚBLICO DOS ESTADOS MEMBROS, 1990 - 1993
(em % do PIB)

	1990	1991	1992	1993
BEL	5,8	6,6	6,9	7,4
DIN	1,5	2,2	2,6	4,4
ALE	2,1	3,2	2,6	4,2
GRE	18,6	16,3	13,2	15,5
ESP	3,9	5,2	4,6	7,2
FRA	1,5	2,1	3,9	5,9
IRL	2,2	2	2,2	3
ITA	10,9	10,2	9,5	10
LUX	-3,3	1	2,5	2,5
HOL	5,1	2,5	3,5	4
POR	5,5	6,4	5,2	8,9
RUN	1,2	2,7	5,9	7,6
EUR 12	4	4,6	5	6,4

FONTE: Relatório Económico Anual, 1994; Comissão das Comunidades Europeias

QUADRO 13A: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS MEMBROS, 1990 - 1993
(em % do PIB)

	1990	1991	1992	1993
BEL	128,3	129,5	131,9	138,4
DIN	66,4	71,7	73,4	78,5
ALE	43,7	41,9	44,7	50,2
GRE	95,3	100,9	106,7	113,6
ESP	44,5	45,5	48,8	55,6
FRA	35,4	35,5	39,2	44,9
IRL	96,1	95,9	91,6	92,9
ITA	97,8	101,4	108	115,8
LUX	7	6,2	7,3	10
HOL	78,8	79	79,7	83,1
POR	68,4	67,4	63,5	69,5
RUN	39,6	41	47,3	53,2
EUR 12	57,2	58	61,7	66,4

FONTE: Idem Quadro 12A

QUADRO 24A: Alguns Indicadores básicos para Portugal e a União Europeia

	1961/73		1974/85		1986/1992	
	Portugal	Eur12	Portugal	Eur12	Portugal	Eur12
INDICADORES						
1. Crescimento PIB, em vol.	6,9	4,8	2,2	2	3,7	2,7
2. Procura Interna (%)	7,3	4,9	1,1	1,6	6,2	3,2
3. Inflação média anual (%)	3,9	4,7	22,2	10,8	11,3	4,4
4. Crescimento Investimento (%)	7,9	5,7	-1,3	-0,1	8,5	4,2
5. Peso FBCF em % do PIB	24,1	23,2	26,9	21,1	25,4	20
6. Crescimento Consumo Privado (%)	6	5	1,4	2,2	5	3,2
7. Crescimento Consumo Público (%)	9,1	3,7	6,7	2,4	3,8	1,9
8. Crescimento Exportações, Vol.(%)	12,4	8,1	4,2	4,2	7,8	5
9. Crescimento Importações, Vol.(%)	12,7	8,1	1,1	2,6	12,5	6,5
10. Saldo da BTC em % PIB	0,4	0,4	-6,6	-0,2	-1,7	-0,1
11. Saldo Orçamental em % PIB	0,6	-0,5	-7,2	-4	-5,6	-4
12. Dívida Pública em % PIB	-	-	42,5	45,1	69,8	57,5
13. Taxa Desemprego (%)	2,5	2,1	6,9	6,8	5,5	9,5
14. Crescimento Emprego (%)	0,2	0,3	-0,5	0	0	0,8
15. Juros Dívida Pública % PIB	0,6		3,7	3,2	8,2	4,9
16. Taxas Juro Longo Prazo (%)		7,1	25,4	11,9	16,2	9,6
17. Crescimento Salários Nominais (%)	10,8	9,9	24,3	12,5	16,6	6,3
18. Crescimento Salários Reais (%)	6,7	5	1,7	1,5	4,7	1,7
19. Produção Industrial (%)	9,4	5,7	4,2	1,3	4,1	1,8
20. Crescimento Produtividade (%)	6,7	4,4	2,7	2	3,7	1,9

Fonte: Economie Européenne; Suplemento A; Previsões Económicas Outono 1994

QUADRO 25A: Taxas de crescimento do PIB em volume (em %)

	Portugal	U.E(12)	
1961/73	6,9	4,8	
1970	7,6	4,7	
1971	6,6	3,2	
1972	8	4,3	
1973	11,2	6,2	
1974	1,1	2	
1975	-4,3	-0,9	
1976	6,9	4,7	
1977	5,5	2,9	
1978	2,8	3,2	
1979	5,6	3,5	
1980	4,6	1,3	
1981	1,6	0,1	
1982	2,1	0,8	
1983	-0,2	1,6	
1984	-1,9	2,3	
1985	2,8	2,5	
1974/85	2,2	2	
1986	4,1	2,9	
1987	5,3	2,9	
1988	3,9	4,2	
1989	5,2	3,5	
1990	4,4	3	
1991	2,1	1,5	
1992	1,1	1,1	
1986/92	3,7	2,7	
1993	-1,2	-0,4	
1994	1,1	2,6	

Fonte: Economie Européenne; Suplemento A; Previsões Económicas Outono 1994